



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em População e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado

**Refugiados ambientais na Província de Gaza: Um estudo de caso de mulheres e crianças
no Distrito do Chókwè**

Estudante: Orlando Eduardo Chongo

Supervisora: Prof^a. Doutora Inês Macamo Raimundo

Maputo, Março de 2022



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

CENTRO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS

Mestrado em População e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado

**Refugiados ambientais na Província de Gaza: Um estudo de caso de mulheres e crianças
no Distrito do Chókwè**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em População e Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane

Estudante: Orlando Eduardo Chongo

Supervisora: Prof^ª. Doutora Inês Macamo Raimundo

Maputo, Março de 2022

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau do Mestre em População e Desenvolvimento, da Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Março de 2022

Orlando Eduardo Chongo

APROVAÇÃO DO JÚRI

Este trabalho foi aprovado com a classificação de _____ com a expressão numérica de _____ valores, no dia _____ de _____ de 2022 por nós, membros do júri examinador nomeado pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

O Presidente do Júri

A Supervisora

Prof^a. Doutora Inês Macamo Raimundo

O Arguente

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Eduardo Orlando Chongo e Leopoldina André Macamo por me terem feito acreditar desde a tenra idade que a educação é a base para erradicar qualquer tipo de ignorância.

À minha esposa Nasma Aissa Marquele e ao meu filho Milan Eduardo Chongo por terem entendido as minhas frequentes ausências no seu quotidiano.

Aos meus irmãos Adalberta Simã Eduardo Chongo (in memoriam); Yobe Emanuel Eduardo Chongo e Ida Elisa Eduardo Chongo pelo suporte.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à Deus pela protecção no meio de tantas adversidades.

Aos docentes do curso de Mestrado em População e Desenvolvimento-MPD da UEM pelas bases criadas, e em especial à Prof^a. Doutora Inês Macamo Raimundo pela paciência, orientação e sensibilidade em todas etapas.

Aos Gestores da Bolsa de Estudos do SIDA SAREC, nomeadamente, Prof. Doutor Carlos Arnaldo *(coordenador), Lucília (contabilista) e Hermenegildo Manjate (Motorista) por terem criado toda logística e em tempo recorde, permitindo que a recolha de dados decorre-se sem sobressalto.

Agradeço a todos colegas da turma do MPD-2019, especialmente os colegas Zeca Saíde, Salomão Xerinda e Idónio Livombo pela ajuda mútua.

Índice

Conteúdos	Pg.
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	iii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
GLOSSÁRIO	xii
1. Introdução	2
2. Problema	4
3. Objectivos	6
3.1. Geral.....	6
3.2. Específicos	6
4. Metodologia	6
4.1. Técnicas de recolha de informação utilizada	8
4.1.1. Entrevistas semi-estruturadas	8
4.1.2. Grupos Focais de Discussão	8
4.3. Selecção das Comunidades e das Participantes nas Entrevistas e Grupos Focais de Discussão.....	9
4.4. Análise e discussão de dados	9
5. Justificativa	10
6. Revisão Bibliográfica.....	11
6.1. Consolidação dos estudos sobre migrações	11
6.2. Migrações em Moçambique	15
6.3. Uma breve abordagem sobre o termo Refugiados Ambientais.....	19
6.4. Para o entendimento do termo “desastre natural”	20
6.5. Percepção do Risco e redução de riscos de desastres naturais	22
6.6. Risco.....	24
6.6.1. Ameaça/perigo (Os eventos físicos).....	26
6.6.2. Vulnerabilidade	26
6.6.3. Capacidades	28
6.7. Eventos extremos frequentes em Moçambique.....	29
6.7.1. Cheias	29
6.7.2. Secas	31
6.7.3. Ciclones	33
6.8. Estratégia e Quadro de Políticas e Legislação em Moçambique para a Gestão de Desastres Naturais	35
6.9. Políticas, Programas e Leis Gestão de Riscos de Desastres Naturais em Moçambique	38
7. Caracterização da área de estudo	41
7.1. Localização e Limites.....	41

7.2. Clima	42
7.3. Relevo, Solos e Hidrografia	42
7.4. População	43
7.5. Habitação.....	43
7.6. Actividades Económicas	43
7.7. Rede Escolar e Grau de Escolaridade	44
7.8. Abastecimento de Água	44
8. Resultados e sua Discussão.....	45
8.1. Participantes das Entrevistas semi-estruturadas e Grupos de discussão	45
8.2. Frequência de cheias, secas e ventos fortes nas comunidades do Distrito de Chókwè.....	53
8.3. Percepções de risco de cheias no Distrito de Chókwè	57
8.4. Locais de risco e de refúgios visitados e formas/meios de transporte usados.....	61
8. 5. Centros de acolhimento temporário e Impacto das Cheias	62
8.6. Participação comunitária no processo de redução de riscos de desastres naturais.....	64
8.7. Resposta local à desastres naturais.....	65
8.7.1. O Papel das Instituições do Estado e das Organizações da Sociedade Civil, Agências Humanitárias Internacionais e sua actuação na protecção da mulher e criança e redução de riscos de desastres.....	65
9. Conclusão.....	70
10. Referências Bibliográficas	72

LISTA DE QUADROS

Conteúdos	Pg.
Quadro nº. 6.1.1. Exemplo duma abordagem crítica às leis da migração de Ravenstein	13
Quadro no. 6.2.1. Migração interna de toda a vida por sexo e província – Moçambique, 1997	18
Quadro 6.2.2. Migração interna de toda a vida por sexo e província - Moçambique, 2007	18
Quadro nº. 6.6.1.1. Tipos de Ameaças/perigos naturais (hidro meteorológicas e geológicas).....	26
Quadro. nº. 6.6.2.1. Factores de vulnerabilidade e sua descrição	28
Quadro nº. 6.9.1. sobre Políticas, Leis e Estratégia de Gestão de Desastres Naturais.....	38
Quadro nº. 7.2.1. Clima do Distrito do Chókwè.....	42
Quadro nº.8.1.1 sobre Participantes das Entrevistas semi-estruturadas.....	45
Quadro nº. 8.2.1. Ocorrências de eventos naturais calamitosos no distrito de Chókwè.....	54
Quadro. nº. 8.2.2. de Cheias que ocorreram no distrito de Chókwè.....	55
Quadro nº. 8.2.3. Impacto das cheias de 2013 no distrito de Chókwè.....	56
Quadro nº. 8.4.1. sobre Áreas de risco e de refúgio segundo as informacoes dos Grupos de discussão	61
Quadro nº.8.7.1.1. Sobre Experiência com as entidades responsáveis pela protecção da mulher e criança e redução de riscos de desastres	68
Quadro nº. 6.7.1. Cheias, Tempestades ou Ciclones e Secas que ocorreram no país entre 1976 e 2019.....	84
Quadro nº. 8.6.1. Tarefas dos membros dos CLGRC.....	87
Quadro nº. 8.7.1.2. Principais Instituições (estado e das Organizações da Sociedade Civil e Agências Humanitárias Internacionais) que lidam com RRD no distrito de Chókwè.....	89

LISTAS DE FIGURAS, IMAGENS E MAPAS

Conteúdos	Pg.
Figura nº. 6.4.1. Sobre Conceitualização do desastre	21
Figura no. 6.6.1. Sobre Risco de desastre	24
Figura no. 6.6.2.1 Sobre Factores de Vulnerabilidade.....	27
Mapa no. 6.7.1.1 Riscos de Cheia por Distrito em Moçambique	31
Mapa no. 6.7.2.1. Risco de seca por distrito em Moçambique	33
Mapa no. 6.7.3.1. Riscos de Ciclones em Moçambique	34
Mapa 7.1.1. Distrito de Chókwè	41
Imagem. nº. 8.1.1. Casas Casas construídas no tempo colonial	52
Imagem. nº. 8.1.2. Casa feita de caniço com cobertura de chapas de zinco	52
Imagem no. 8.1.3. Casa de pau a pique	52
Imagem nº. 8.5.1. Refugiados ambientais aguardando doações no Centro de acolhimento temporário/reassentamento em Chiaquelane	63
Imagem nº. 8.5.2. Depósito de alimentos para doações no Centro de acolhimento temporário/reassentamento em Chiaquelane	63
Imagem no. 8.5.3. Exemplo de abrigo improvisado no Centro de acolhimento temporário/reassentamento em Chiaquelane	63
Imagem no. 8.6.1. Membros do Comité Local de Gestão de Riscos de Calamidade de Chiguidela	64
Imagem nº. 8.7.1.1. Mulher com Máscara oferecida pela ONU Mulher	67
Mapa 7.1.2. Comunidades da área de Estudo (Distrito de Chókwè)	86

RESUMO

O fenómeno migratório como consequência dos desastres naturais não é recente. Ao longo da história da humanidade, a ocorrência de fenómenos naturais adversos num ambiente de vulnerabilidade das comunidades ou países, sempre constituiu um catalisador para a mobilidade das pessoas das áreas inseguras para as seguras. O estudo é qualitativo baseado em entrevistas estruturadas e grupos focais de discussão e avalia a situação das mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças como refugiadas ambientais no Distrito do Chókwè. Os resultados apontam que a frequência escolar baixa; habitação precária; dependência total da agricultura como actividade de sustento e de geração de renda constituem alguns aspectos de vulnerabilidade à efeitos de desastres naturais nas mulheres chefes de agregados familiares no Distrito de Chókwè. Nos centros de acomodação as fracas condições socioeconómicas da mulher chefe de agregado familiar além de resultarem no acesso limitado aos serviços de saúde, o que contribuem para o surgimento de doenças entre mulheres e consequente perda de vida, devido a carência na alimentação estas são expostas à prostituição, pois a ajuda alimentar que é prestada é na sua maioria gerida por homens. A generalização das informações que constam dos relatórios oculta que os impactos de cheias são sentidos fundamentalmente pelas mulheres chefes de agregados familiares. Assim surge a necessidade de pesquisas no distrito que apontem os efeitos das cheias considerando a condição das mulheres chefes de agregados familiares e crianças.

Palavras-chaves: Refugiados ambientais, Desastres naturais, Distrito do Chókwè.

ABSTRACT

The phenomenon of migration as a consequence of natural hazards is not recent. Throughout human history, the occurrence of adverse natural phenomena in an environment of vulnerability of communities or countries, has always been a catalyst for the mobility of people from unsafe to safe areas. The study is qualitative based on structured interviews and focus group discussions and assesses the situation of female heads of households and their children as environmental refugees in Chókwè District. The results indicate that low school attendance; precarious housing; total dependence on agriculture as a livelihood and income generation activity constitute some aspects of vulnerability to the effects of natural disasters among female household heads in Chókwè District. In the accommodation centers, the poor socioeconomic conditions of the female heads of households not only result in limited access to health services, which contribute to the emergence of diseases among women and consequent loss of life, but also, due to the lack of food, they are exposed to prostitution, since the food aid that is provided is mostly managed by men. The generalization of information in the reports hides the fact that the impacts of floods are felt primarily by female heads of households. Thus the need arises for research in the district that points out the effects of floods considering the status of female heads of households and children.

Key words: Environmental refugees, Natural hazards, Chókwè District.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARA.SUL	Administração Regional das Aguas do SUL
ACNUR	Alto Comissariado da ONU para Refugiados
CRED	Centre for Research on the Epidemiology of Disasters
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional
CIF	Centro internacional de formação
CLGRC	Comités Locais de Gestão de Riscos de Calamidades
CVM	Cruz Vermelha de Moçambique
DNA	Direcção Nacional de Águas
EM-DAT	Emergency Events Database
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GFDRR	Global Facility for Disaster Reduction and Recovery
GM	Governo de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
INGD	Instituto Nacional de Redução de Riscos de Desastres
MAE	Ministério de Administração Estatal
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental Actual Ministério da Terra e Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PANCSO	Plano de Acção Nacional de Combate a Seca e Desertificação
RRC	Redução de Riscos de Calamidades
RRD	Redução de Riscos de Desastres
SDPI	Serviços Distritais de Infra-estrutura e Planeamento Físico
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para População
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNISDR	United Nations International Strategy for Disaster Reduction

GLOSSÁRIO

Inundação: considerara-se como sendo a “ocorrência de acumulação de massas de água mais ou menos profundas em terrenos que normalmente estão secos” (Sobrinho, 1980), ou seja, está associado à acção de cobrir de certo volume de água, devido a um excesso de pluviosidade em relação à capacidade de drenagem de determinada área, gerando uma inundação. Por outro lado, do ponto de vista hidrológico diz-se que há **cheia** quando o escoamento excede a capacidade do leito menor, que corresponde ao leito onde habitualmente corre o rio (KUIJPERS et al., 2013).

Medidas estruturais são aquelas que envolvem obras de engenharias que geralmente são de alto custo como construção de uma barragem, por exemplo. Já as **medidas não estruturais** relacionam-se com intervenções diversificadas, ao nível da participação de várias entidades (órgãos de gestão municipal, populações residentes em áreas de risco, etc.), utilizando-se instrumentos de carácter institucional e regulamentar, nomeadamente, regulamentos de zoneamento e de construção, assim como o planeamento integrado das bacias hidrográficas (SARAIVA, 1993; BERTONI e TUCCIM, 2003 & AMARAL, SANTORO e TOMINAGA, 2009).

Comunidade é um grupo de pessoas que vive na mesma área, e que, muitas vezes, partilha os mesmos interesses, objectivos, regras sociais ou familiares (MACUCULE, 2006 citando FAO, 1999).

Risco é a probabilidade de ocorrer consequências danosas ou perdas esperadas (mortos, feridos, edificações destruídas e danificadas, etc.), como resultado de interações entre um perigo natural e as condições de vulnerabilidade local (UNDP, 2004).

Adoptada em 1951, a Convenção Relativa ao Status dos Refugiados (Convenção de 51), define **Refugiado** como qualquer pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da protecção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ALVES, 2018).

Refugiado ambiental: são pessoas ou grupos de pessoas que, por razões imperiosas de mudanças súbitas ou progressivas no ambiente que adversamente afectam suas vidas ou condições, são obrigadas a deixar suas residências habituais/comunidade, ou escolher fazê-lo, seja temporária ou permanentemente (reassentamento), e que se mudam dentro do seu distrito/província/país (CLARO, 2018).

A **Declaração de Cartagena**, de 1984, considera refugiadas pessoas que tenham fugido de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade se encontram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham afetado gravemente a ordem pública (ALVES, 2018).

Migração: para Nolasco (2016) são todos os movimentos que implicam uma mudança de residência permanente ou semipermanente, não tomando em conta a distância como critério, considerando como migração a simples mudança de habitação num mesmo bairro, ou a mudança de habitação quando alguém vai viver para outro país. Por sua vez, William Petersen (1958) define como migração o movimento relativamente permanente de pessoas ao longo de uma distância significativa, dizendo que o tempo mínimo de permanência deverá ser um ano, sendo esse movimento classificado como visita se for inferior, e que por “distância significativa” podem existir vários entendimentos, nomeadamente geográficos e sociais.

1. Introdução

Autores como Licco (2013) e Guerra (2018), afirmam que o fenómeno migratório como consequência dos desastres naturais não é recente. Ao longo da história da humanidade, a ocorrência de fenómenos naturais adversos num ambiente de vulnerabilidade sócio económica, política e cultural das comunidades/países, sempre constituiu um catalisador para a migração das pessoas das áreas inseguras para as seguras. Para Christie e Hanlon (2001); MICOA¹ (2005) e Artur e Hilhorst (2011) as chuvas e inundações e cheias devastadoras do início de 2000 no sul de Moçambique dos Rios Limpopo, Maputo, Umbeluzi, Incomáti, Búzi e Save que afectaram 2 milhões de pessoas e dizimando outras 640; a seca 1994-95 que afectou o sul e centro de Moçambique, com 1,5 milhões de pessoas afectadas provocando escassezes de água potável e aparecimento de surto de cólera e os Ciclones Eline, Gloria e Hudah em 2000 que afectaram 1 311 000 de pessoas e causando a morte das outras 700 pessoas são as provas inequívocas desta constatação.

Segundo Tominaga et al. (2009) os vários processos e fenómenos que podem causar desastres naturais não envolvem somente a eventos extremos como terremotos, *tsunamis*, erupções vulcânicas, ciclones e furacões, mas contemplam, também, processos e fenómenos mais localizados tais como deslizamentos de terras, inundações e erosão, que podem ocorrer naturalmente ou induzidos pelo ser humanos.

Um desastre natural é resultado do impacto de um fenómeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, e que causa sérios danos e prejuízos que excedam a capacidade dos afectados em conviver com o impacto. De acordo com Kobiyama et al. (2006) Abdula, Taela (2005) ARA-Sul (2013), CONSULTEC e Salomon (2013), nas últimas décadas, o número de desastres naturais registados em várias partes do mundo vem aumentando consideravelmente. Isto se deve, principalmente, ao aumento da população, a ocupação desordenada e ao intenso processo de urbanização e industrialização. Dentre os principais factores que contribuem para desencadear estes desastres nas áreas urbanas destacam-se a impermeabilização do solo, o adensamento das construções, a conservação de calor e a poluição do ar, enquanto nas áreas rurais, salientam-se a compactação dos solos, o assoreamento dos rios, os desmatamentos e as queimadas (op. cit. Pg. 2).

¹ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental Actual Ministério da Terra e Ambiente.

Tendo em conta que para Luchino & Ribeiro (2016) o desastre ambiental destrói tudo o que encontra por seu caminho, sobretudo a vida das pessoas e a sua fonte de sustento e abrigo, as mesmas são forçadas a movimentar-se, deixando assim os seus locais de origem a procura de pelo menos um local onde possam ver as suas vidas salvas.

Em 2015 no Japão, teve lugar a Terceira Conferência Mundial da ONU para a RRD. Nesta Conferência, os 187 países, dentre eles Moçambique adoptaram o Marco de Sendai para a RRD, onde referiu-se que as práticas de redução do risco de desastres precisam ser multissetoriais e orientadas para uma variedade de perigos, devendo assim serem inclusivas e acessíveis para que possam se tornar eficientes e eficazes. Neste caso, e reconhecendo o papel de liderança, regulamentação e coordenação, os governos devem envolver de entre as partes interessadas as mulheres e as crianças na concepção e implementação de políticas, planos e normas (Nações Unidas, 2015).

Para MICOA (2005), GFDRR et al. (2014), Conselho de Ministros (2017) e MMAS (2019) nos últimos 45 anos Moçambique de pós independência, em particular a Província de Gaza tem sido fustigada por eventos naturais caracterizados por ciclones, cheias e secas com impactos devastadores sobre a população e organização da estrutura produtiva.

Conforme ilustra a figura 2 do Plano Director para a Redução de Risco de Desastres 2017-2030, pode-se afirmar que praticamente todos os anos Moçambique é fustigado por eventos naturais que resultam em perdas de vidas e materiais cujo ponto em comum é a exposição de populações a elementos da natureza, e estas frequentemente fazem com que a população se movimente das áreas inseguras (afectadas pelo desastres) para as áreas seguras, criando assim refugiados ambientais, onde a mulher e a criança não são excepção. A título de exemplo são as cheias de 2000 e 2013 ao longo do Rio Limpopo que afectaram parte da província de Gaza, o Ciclone Idai, que afectou as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, em Março de 2019 e Ciclone Kenneth que afectou as Províncias de Cabo Delgado e Nampula no Norte de Moçambique (Governo de Moçambique, 2019).

Embora em número não quantificado as recentes cheias de 2000 e 2013 que ocorreram no distrito de Chókwè, além de colocar muitas áreas submersas, alterando assim o quotidiano das pessoas, também resultaram em perdas de vidas, e materiais, fazendo com que as mulheres chefes de agregados familiares, que são as maiores responsáveis pelos agregados familiares, e crianças

fossem retiradas para os centros de acomodação de emergência ou casas de familiares situadas em locais seguros.

A pesquisa visa estudar a situação das mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças como refugiados ambientais em situação de cheias no Distrito de Chókwe.

2. Problema

Segundo Nações Unidas (2017) desde 2005, mais de 1,5 bilião de pessoas foram afectadas por desastres. As mulheres e crianças representam actualmente 72% do total de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza no mundo. Autores como Alisson (2012), Silva (2015) e Silva & Samora (2019) referem nos seus artigos que as mulheres e as crianças representam as maiores vítimas de desastres provocados por eventos climáticos extremos, como inundações e furacões.

Evidências sobre o reconhecimento da vulnerabilidade da mulher e da criança podem ser encontradas nos Marcos de Acção de Hyogo, de 2005, e do Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, onde as nações concordam na criação de uma abordagem preventiva mais ampla e mais centrada nas pessoas mais expostas aos desastres naturais (UNISDR, 2015). Pressupostos como os referidos nos Marcos ora mencionados, foram fundamentais para que as crianças do mundo, elaborassem a “Carta das Crianças para a RRD (Redução de Riscos de Desastres)” e a ONU-Mulheres (Organização das Nações Unidas) em parceria com a Federação Internacional da Cruz Vermelha, lançassem em Maio de 2017, o programa “Desigualdade de Género do Risco” (ONU News, 2017 e Jornal de Angola, 2017).

Para Nações Unidas (2011) e ONU News (2017) o objectivo de ambos programas internacionais é reduzir as perdas de vidas e criar meios de subsistência e aumentar a resiliência das mulheres e das crianças face à ocorrência de eventos naturais que possam causar desastres.

A abordagem de redução de risco de desastres plasmada na Carta das Crianças para a RRD, na ONU Mulheres e no Marco de Acção de Hyogo visa não só identificar e proteger os mais vulneráveis à desastres naturais, mas também, para Luchino & Ribeiro (2016) suscita a necessidade de mudança de paradigma alterando - mas não abandonando - o foco dos perigos naturais e sua quantificação para a identificação, avaliação e classificação das vulnerabilidades sociais. Apesar disto, a mulher e a criança refugiados ambientais internos são as que mais possuem potencial para promoção de mudanças deste cenário.

A utilização da informação por parte da mulher e criança refugiados ambientais internos, na visão do Centro Internacional de Formação (CIF) (2012) é fundamental para o conhecimento da redução de risco de desastres. Não se trata de um mero sistema de estímulo/resposta, mas de um sistema que toma em consideração o modo como as pessoas percebem e compreendem o mundo em que vivem, assimilam a informação e a incorporam na vida quotidiana e na construção da sua identidade com base no critério da utilidade.

Autores como Direcção Nacional de Águas (1988), Governo de Moçambique (2000), Queface (2009) e ARA - Sul (2013) sustentam que Moçambique, sobretudo o Distrito de Chókwè é ciclicamente afectado por cheias que provocam desastres naturais e consequentemente, produzem refugiados ambientais, onde as mulheres e crianças são as principais vítimas. Exemplo concreto são as cheias de 2013 que afectaram segundo o Governo do Distrito do Chókwè (2013) cerca de 28.621 famílias correspondente 141.243 pessoas, provocando assim cerca de 78.400 refugiados ambientais internos temporários² e permanentes.

A sustentação dos autores arrolados no parágrafo precedente, mostra que os desastres naturais não só resultam em perdas económicas e sociais, mas também colocam em causa o quotidiano das pessoas que vivem na área afectada, bem como as demais que dependem daquele local.

Entre outros prejuízos, os desastres podem erodir o tecido protetivo familiar e os laços familiares levando a uma descontinuidade dos serviços sociais e comunitários, perda dos principais meios de vida da população, da segurança e proteção, expondo as pessoas mais vulneráveis, particularmente, jovens, mulheres e raparigas em risco de pobreza, violência e abuso (UNFPA, 2015: p.5).

Como consequência de desastres naturais as mulheres e crianças do distrito de Chókwè, além de perderem a sua fonte de sustento e habitação, este último que faz com que durante o desastre elas fiquem em cima dos telhados das casas e das árvores, e quando sai antes do desastre ou resgatada, as mesmas são alojadas em Centros de Acolhimento Temporários, com carência de alimentação (Muitas crianças em áreas afectadas por calamidades naturais não têm acesso aos alimentos nutritivos de que precisam para seu desenvolvimento saudável), higiene, saneamento e saúde, não obstante a inobservância da sua fragilidade (ONU NEWS, 2013 e RTP, 2013).

Apesar da existência de vários actores à nível distrital, nomeadamente, Comités Locais de Gestão de Calamidades, Organizações Governamentais, através dos Serviços de Planeamento e

² Os primeiros são aqueles que foram deslocados temporariamente por causa de um *stress* ambiental. E os segundos compreendem aqueles que tiveram de ser permanentemente deslocados e restabelecidos em uma nova área (RAMOS, 2011).

Infraestruturas e Não-governamentais Delegação da Cruz Vermelha de Moçambique, responsáveis pela redução de riscos de desastres no Distrito de Chókwè, e de alguns autores, como, Pereira, Sambo e Chaimite (2013) terem debruçado sobre as cheias no distrito Chókwè, pouco se sabe sobre a verdadeira situação das mulheres e crianças como refugiadas ambientais no distrito do Chókwè, este facto é aliado a dificuldade em encontrar estudos sobre a matéria nas bibliotecas físicas incluindo a virtual, o que dificulta o entendimento do processo de redução de riscos de desastres naturais neste grupo alvo, permitindo assim que prevaleçam perdas de bens e de vidas humanas em face de eventos extremos. Em face do acima exposto, e tendo em conta que os impactos dos desastres não são igualmente distribuídos entre todas as pessoas das comunidades, o presente trabalho visa discutir as condições estruturais e não estruturais em que as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças encontram-se como refugiados ambientais no Distrito de Chókwè.

3. Objectivos

3.1. Geral

- Avaliar a situação das mulheres e crianças como refugiadas ambientais no Distrito do Chókwè.

3.2. Específicos

- Identificar o perfil das mulheres e crianças refugiadas ambientais no Distrito de Chókwè;
- Caracterizar a incidência dos deslocamentos internos das mulheres e crianças do Distrito em estudo; e
- Analisar o grau de vulnerabilidade das mulheres e crianças em contexto de desastres naturais no Distrito do Chókwè.

4. Metodologia

Para o alcance dos objectivos preconizados na presente pesquisa, foi combinada a consulta bibliográfica com o trabalho de campo.

A consulta bibliográfica foi realizada com o propósito de seleccionar, discutir e clarificar os conceitos utilizados ao longo deste trabalho. Também foi consultada diversa bibliografia sobre

migrações, em específico aquela que tem referência sobre refugiados ambientais, deslocamentos forçados, desastres naturais e risco de desastres.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e explorou duas técnicas de recolha de informação, nomeadamente, entrevista semi-estruturada; e Grupos Focais de Discussão.

A opção pela pesquisa qualitativa está alinhada com o preceituado por Knechtel (2014), pois permite que a pesquisadora descreva e analise não apenas o dado/resultado imediato “que lhe é apresentado, mas também preocupar-se em trazer a fundamentação do dado apresentado ou colectado, sendo assim, a pesquisadora dá primazia ao “compreender o quotidiano” do grupo alvo bem como a ênfase na descrição e explicação de fenómenos; a utilização de processos indutivos, a fim de construir conceitos, hipóteses e teorias. Outro aspecto não menos importante é encontrado em Günther (2006) quando afirma que “ (...) a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a colecta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermenêuticamente ”.

Embora Moreira (2002) na sua obra sobre “O método fenomenológico na pesquisa” arrole outros tipos de entrevistas como a estruturadas, não estruturadas ou completamente abertas e semi-estruturadas, a entrevista semi-estruturada que é a opção para a colecta de dados desta pesquisa, permite uma maior possibilidade de percepção das questões estudadas nesse ambiente, pois ajuda não somente na realização de questões que são necessárias à pesquisa e não podem ser deixadas de lado, porém também a relativização dessas perguntas, dando liberdade a entrevistada e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pela pesquisadora, o que poderá criar uma melhor compreensão do objecto em questão.

O processo de colecta de dados por meio de Entrevistas na forma de Grupos de discussão visa criar uma discussão que tem como objectivo a defesa de pontos de vista diferentes entre os membros do grupo, permitindo assim que as entrevistadas revelem mais daquilo que pensam, se comparadas aos procedimentos de inquérito feitos por meio de respostas prontas (Vieira, 2010). Esta técnica também visa trazer a inclusão na produção do conhecimento científico conforme Godoi (2015) citando Manrique & Pineda (2009) “ (...) a finalidade do grupo de discussão reside em recuperar a participação activa do sujeito na pesquisa, outorgando-se a liberdade para expressar sua opinião sobre o sentido de suas acções relacionadas à sua vida quotidiana”.

Outro aspecto não menos importante sobre Grupos de discussão pode ser encontrado em Weller (2006) e Meinerz (2011), quando sustentam que estes além de constituírem uma forma interativa da colecta de dados também economizam tempo através da obtenção de mais de um depoimento ou opinião sobre um determinado assunto, pelo que as ideias apresentadas não são apenas a soma de opiniões individuais, porém são produto de interação mútua.

4.1. Técnicas de recolha de informação utilizada

4.1.1. Entrevistas semi-estruturadas

A entrevista aos representantes da Administração do Distrito de Chókwè, da Caritas Moçambique, do Projecto sobre Redução de Riscos de Desastres nos Distritos de Chibuto, Guijá e Chókwè, implementado pela Cruz Vermelha-Delegação de Gaza e do Instituto Nacional de Acção Social-Delegação de Chókwè teve como objectivo central obter informação referente a participação das suas instituições e da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças na redução de riscos de cheias (vide o guião de entrevista, em anexo B).

4.1.2. Grupos Focais de Discussão

Os grupos de discussão com mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças na redução de riscos de cheias foi com o objectivo de obter informações referentes a frequência das cheias nas comunidades; Impacto das cheias na comunidade; experiência da sua estadia nos Centros de Acolhimento Temporários/Reassentamentos e com entidades responsáveis pela protecção de pessoas vulneráveis; e redução de riscos de desastres naturais participação da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças.

Os participantes dos grupos de discussão foram seleccionados pelos chefes dos Bairros e pelos líderes comunitários, tendo sempre como base os critérios definidos no ponto sobre a “Amostra e selecção das comunidades”.

Além dos informantes chaves e do moderador fez parte do processo de recolha de dados o guia do campo.

Nesta secção de entrevistas na forma de grupo de discussão, os participantes foram seleccionados pelos chefes dos Bairros e pelos líderes comunitários líderes.

4.3. Selecção das Comunidades e das Participantes nas Entrevistas e Grupos Focais de Discussão

A selecção das comunidades não se orientou por uma amostra representativa em termos estatísticos, porém pela construção de um *corpus* com base no conhecimento e na experiência dos entrevistados sobre o tema (BAUER, 2002).

Para o caso desta pesquisa, três razões foram cruciais na selecção dos participantes dos grupos de discussão:

- Ser mulher mãe com idade igual ou acima de 18 anos, que seja chefe de agregado familiar;
- Ser um jovem, com idade de 18 anos, cujo chefe de agregado familiar é uma mulher; e
- A mulher e chefe de agregado familiar³ deve pelo menos ter sido assolada pelo menos pelas cheias de 2000/2013, cuja área de residência até a data de ocorrência desses eventos era Distrito de Chókwè.

Os locais de residências dos refugiados ambientais foram seleccionados com base em três critérios, nomeadamente, áreas afectadas por cheias; centros de trânsito ou de reassentamento; e locais próximos à uma via de acesso e com acessibilidade de transporte.

4.4. Análise e discussão de dados

A compilação dos dados colectados no campo iniciou com uma fase de interpretação, denominada por Weller (2006) como interpretação formulada e que consiste nos seguintes aspectos:

- Divisão da entrevista por temas e subtemas ou passagens e subpassagens segundo os critérios comunidades localizadas nas áreas de risco (localidades de Macarretane; Lionde; Conhane; Chiguidela e Chilembene) e segura (localidades de Matuba; Hókwè; Mapapa e Chiaquelane);
- Selecção das passagens relevantes para a pesquisa;
- Transcrição da passagem inicial, das passagens de foco e daquelas relevantes para a pesquisa; e

³ Chefe do Agregado Familiar é a pessoa responsável pelo agregado ou aquela que, para efeitos do recenseamento, foi indicada como tal pelos restantes membros (INE, 2019: 11p).

- Reconstrução da estrutura temática da passagem a ser analisada, que também foi dividida em temas e subtemas.

A análise dos dados recolhidos no campo baseou-se em Meinerz (2011) que consiste na articulação entre a síntese do discurso produzido nos grupos, o marco teórico em que se insere a investigação e as intuições do pesquisador. Trata-se de um processo de interpretação, de uma leitura da realidade feita a partir da escuta e da fala, com a pretensão de construir um saber científico consciente e capaz de apresentar uma forma a mais de explicar os fenómenos da vida.

As mulheres chefes de agregado familiar e suas crianças constituíram o grupo alvo da pesquisa, tendo em conta que para o Centro Internacional de Formação (2012) e Abdula & Taela (2005) têm uma vulnerabilidade maior e são as que mais sofrem com os efeitos adversos de situações de desastre naturais, devido às condições de género e iniquidade, mas também pela exposição directa da sua actividade económica; por outro lado, estas mulheres têm uma maior capacidade de percepção das condições de risco, assim como uma importante capacidade de gestão de processos de resposta, como a atenção aos abrigos provisórios e a reconstrução da economia familiar.

5. Justificativa

Autores como Queface (2005); Tominaga, Santoro & Amaral (2009) e Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (2008) afirmam que, os efeitos nefastos dos desastres naturais sobre a população pobre e residente em áreas de riscos constitui um tema cada vez mais presente no quotidiano das pessoas, independentemente de estas residirem ou não em áreas de risco, daí que os factores de vulnerabilidade necessitam de acções bem planificadas, estreita colaboração inter institucional para a prevenção e redução do impacto dos desastres naturais. Os impactos negativos são sentidos com maior intensidade nas áreas em que a capacidade de adaptação é menor, ou por outra, nas áreas onde residem pessoas com nível socioeconómico mais baixo.

Tendo em conta que eventos naturais extremos, como cheias, secas, ciclones entre outros afectam a qualidade de vida em várias áreas, o que faz com que as migrações sejam a única escolha para os habitantes dessas áreas. Trabalhos desta natureza tendo como base unidades geográficas definidas, podem contribuir para o aumento do nível de educação/preparação dos cidadãos/população acerca da natureza dos desastres naturais a que podem estar expostos e como

reconhecê-los assim como o comportamento a tomar perante o fenómeno, e desta forma reduzindo o risco dos desastres naturais e conseqüentemente o surgimento de refugiados ambientais.

Ademais, para Ferreira et al. (2011) assume carácter inovador, pois, por um lado, se trata de um domínio de pesquisa e acção recente, ainda em pleno desenvolvimento e, por outro, rompe com as tradicionais fronteiras entre o saber científico-técnico e o saber comunitário, promovendo uma verdadeira ecologia de saberes. Tem larga aplicação, não só à situação das mulheres e crianças afectados por cheias e secas no distrito de Chókwè, mas também à redução de riscos de desastres naturais nas comunidades.

Para além desta importância, o trabalho tem uma enorme relevância social, devidos as recentes cheias que após 13 anos da ocorrência das cheias catastróficas de 2000 voltaram a causar perdas de vidas, de bens e destruição de infra estruturas.

Além dos motivos acima mencionados pretende-se com este trabalho proporcionar às mulheres e crianças do distrito de Chókwè, uma base sólida com vista a identificar os principais impactos nefastos dos desastres naturais, tornando-as por um lado potenciais disseminadores de informações relevantes sobre redução de riscos de desastres naturais, e por outro tornar o distrito onde esse grupo alvo habita um território resiliente em relação aos riscos de tais eventos naturais calamitosos.

6. Revisão Bibliográfica

Antes de debruçar-se sobre o drama das mulheres e crianças como refugiadas ambientais no distrito do Chókwè, é pertinente primeiro trazer uma abordagem sobre origem de migrações e migrações internas em Moçambique.

6.1. Consolidação dos estudos sobre migrações

O debate sobre as migrações é bastante complexo, devido à multiplicidade de razões que envolvem as migrações internas, uma vez que cada área apresenta características peculiares, sua cultura, seus recursos naturais, sua economia, suas políticas e suas dificuldades. Assim sendo, vários podem ser os factores que influenciam o processo da migração interna (KLEIN, MASSUQUETTI & SPRICIGO, 2012).

De Castro (2012) afirma que esta complexidade é notável a partir das críticas de autores como Lee, Harris & Todaro; Singer (1980), Samir Amin entre outros, ao primeiro quadro teórico (leis gerais que regiam as migrações) idealizado por Ernest George Ravenstein (1852-1913) baseando-se nos dados censitários da Inglaterra e do País de Gales (naturalidade e residência, entre 1871 e 1881), tendo ainda analisado dados semelhantes sobre populações da Europa e da América do Norte, onde concluiu que não havia aleatoriedade nas escolhas geográficas dos indivíduos.

Para Ravenstein a decisão de se migrar de um determinado território para outro, é tomada em função do binómio geográfico em que se consideram as vantagens e desvantagens económicas, laborais, sociais, entre outros, de residir e trabalhar no local 1 versus o local 2. Ravenstein está na base de todos os modelos modernos de atracção-repulsão - ou, na sua denominação mais vulgar, os modelos de *push-pull*. Considerava-se nesse sentido o princípio de que para alguém migrar, sempre iria pesar na influência de factores repulsivos do território 1 (por exemplo, desemprego, baixos salários, fracas oportunidades de ascensão profissional ou académica, etc.). Em contraste, no território 2 o migrante colocaria em evidência factores atrativos (por exemplo, disponibilidade de emprego, salários elevados, oportunidades de formação profissional e académica, etc.) (PEIXOTO, 2004; Dos Santos, et al., 2010 e De CASTRO, 2012).

Os princípios apresentados pelo pioneiro das migrações, podem ser melhor compreendidos em Dos Santos (2010) quando apresenta os (04) pressupostos que nortearam os estudos de migrações naquela época.

Para Dos Santos (2010: p.10)

a) há uma estreita relação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo; b) tanto a população quanto as actividades económicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão-de-obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão-de-obra (regiões agrícolas); c) o principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão-de-obra nos grandes centros industriais; d) os migrantes se deslocam buscando melhorar a sua situação material.

O binómio geográfico que condiciona as migrações apresentado por Ravenstein foi criticado por ser de carácter empírico, e sem fundamentação teórica (Vide o Quadro nº. 6.1.1).

Quadro nº. 6.1.1. Exemplo duma abordagem crítica às leis da migração de Ravenstein

Leis da Migração, de Ravenstein	Análise crítica
Muitos migrantes deslocam-se para curtas distâncias	Os movimentos transoceânicos (Europa- América) tiveram bastante importância porque envolveram um número substancial de migrantes
O volume das migrações aumenta com o desenvolvimento da indústria e do comércio	Pode não acontecer em países receptores com políticas migratórias restritivas
A direção da migração é fundamentalmente das áreas agrícolas para as industriais (rural-urbana)	Também pode tomar outras direções (urbana-rural, por exemplo no caso das migrações séniores do Norte/Centro para o Sul da Europa)
As migrações de longa distância dirigem-se para os principais centros comerciais e industriais	As de curta distância também se podem dirigir para esses centros
A migração processa-se por etapas	No caso de migrações forçadas (refugiados e deslocados), tal pode não acontecer
Todas as correntes migratórias geram uma contra corrente	Questão relativa da “totalidade” das migrações assumida pelo autor
A população natural das cidades migra menos que a dos campos	Princípio relativizado pela circulação migratória de quadros com elevadas qualificações profissionais, oriundos de áreas urbanas
As mulheres têm maior mobilidade interna que os homens, mas os homens aventuram-se a migrar para locais mais distantes	Hoje em dia há tendências para uma equiparação do género, embora em algumas nacionalidades prevaleçam os fluxos masculinizados (por exemplo, países árabes)
Os migrantes são geralmente adultos. As famílias raramente emigram para grandes distâncias	Podem migrar adultos mais velhos (por exemplo, migrações séniores). As famílias podem migrar para grandes distâncias (por exemplo, o caso das migrações transatlânticas)
As grandes cidades crescem mais à custa das migrações do que do crescimento natural	Poder-se-á aplicar esse princípio a todas as áreas da cidade?
As principais causas das migrações são de ordem económica	As teorias das migrações defendem outros factores intervenientes na decisão de migrar (por exemplo, aquisição de formação académica)

Fonte: De CASTRO (2012: 205p)

Na sequência dessas críticas Everett Lee reformulou a interpretação de Ravenstein relativamente aos factores *push* e *pull*, acrescentando novos factores que entram na decisão de migrar e no processo migratório, nomeadamente, (a) factores associados à área de origem e de destino; (b) factores intervenientes; e (c) factores pessoais.

Com relação aos factores associados às áreas de origem e de destino, existem diversos: aqueles que actuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área, ou atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las, assim como existem pessoas que são indiferentes aos mesmos. Podem-se citar, dentre os diversos factores, por exemplo, o clima saudável, a poluição, o sistema de educação, a segurança, que atingem cada indivíduo de forma muito particular, dentro de situações específicas, sob vários pontos de vista. Os factores intervenientes, presentes nos países de origem

e de destino, que podem impelir ou prevenir fluxos migratórios, nomeadamente: as leis nacionais migratórias; as fronteiras políticas; os custos das viagens; as barreiras físicas; a distância. O autor considera ainda um conjunto de outros factores individuais que facilitam ou retardam a migração. Nos citados por Lee, estão a idade, género, classe social, educação, inteligência e/ou sensibilidade permitem avaliar os benefícios ou prejuízos entre permanecer ou emigrar, bem como a capacidade de adaptação a um novo meio social (KLEIN, MASSUQUETTI & SPRICIGO, 2012; DE CASTRO, 2012; e NOLASCO, 2016).

Lee (1966: p.112) chama a atenção para o facto de que as migrações são sempre selectivas, sendo que os obstáculos intervenientes serviriam “para peneirar alguns dos débeis e incapazes”. O autor também destaca que a migração tende a ocorrer em certas etapas do ciclo de vida do indivíduo – o que também consiste em um factor de selecção dos migrantes – e que o migrante tende ter características intermediárias entre a população do local de origem e do local de destino.

Enquanto isso, Harris & Todaro (1980) através dos seus estudos concentrados nos sectores rural e urbano, com relação ao desemprego e ao desenvolvimento sustentam que os altos salários oferecidos no sector urbano à mão de obra como um todo em relação ao sector rural seriam os aspectos motivadores da migração rural-urbana. Como resultado daquelas motivações, haveria um deslocamento de mão-de-obra do sector rural em direcção ao sector urbano. Para estes autores, enquanto não houver uma política de incentivo para o sector rural, que se traduz na melhoria do nível de vida e do bem-estar dos indivíduos, continuarão ocorrendo as migrações para o sector urbano, o que teria como consequência, maior concentração da população no sector urbano e aumento do desemprego.

Sobre as migrações associadas ao ambiente Kaenzig & Pigué (2011) afirmam que muitas vezes são descritas como sendo um fenómeno recente. Entretanto os factores ambientes como motivos para a migração já mereceram destaque nas primeiras teorias sistemáticas das migrações. Para aqueles autores, em 1889, Ravenstein atribuiu a um “clima pouco atraente” o facto “de ter produzido e ainda produzir fluxos migratórios” como sendo elemento crucial para a repulsão da mobilidade da população.

Naquele diapasão, a migração deixa de responder claramente aos factores de expulsão do território 1 devido a factores que para Lobo & Matos (2011) “são de ordem económica, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades, e ao retorno às localidades de origem após a aposentação”, mas sim respondem a mobilidade devido às causas ambientais que se materializam na fixação de habitação numa área vulnerável à eventos naturais

que provocam desastres naturais meio para o refúgio temporário ou permanente no território 2 (local seguro).

Ainda que alguns autores afirmem que a relação entre migrações e alterações climáticas é difícil de identificar, é evidente que os factores ambientais têm um papel decisivo na mobilidade da população. As estatísticas apresentadas pelo Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos que acompanha desde 2008 os deslocamentos induzidos por desastres mostram consistentemente que o número anual de novas deslocações internas devido aos desastres é muito maior do que o número de novas deslocações causadas por conflitos e violência. A título de exemplo, somente em 2018, aproximadamente 17,2 milhões de pessoas foram deslocadas dentro do seu próprio país como consequência de um desastre. Embora as previsões variem significativamente, espera-se que muitas pessoas sejam deslocadas em todo o mundo nas próximas décadas devido à desastres naturais em locais de risco, desafiando assim à governação em diferentes escalas de poder que precisam de ser enfrentados internacionalmente de forma coordenada (JACOBS & ALMEIDA, 2020).

6.2. Migrações em Moçambique

O movimento migratório em Moçambique não é recente, Patrício (2016); Raimundo e Raimundo (2015) salientam que não obstante este fenómeno remonta o período da migração Bantu (...) “fazia parte da rota comercial entre a costa oriental de África e o Golfo Pérsico e a Índia percorrida pelos árabes que se dedicavam ao comércio”. Este fenómeno está enraizado com o passado histórico dos povos que actualmente fazem parte do território moçambicano (as migrações dos povos bantu saídos da África Central.

As migrações *bantus* correspondem a um grupo de pessoas provenientes da região central e ocidental de África que abandonaram a região e se dirigiram para o sul do continente. Estas migrações foram motivadas pelo controlo dos recursos naturais, principalmente solos e água, pois a disputa foi de tal forma intensa que os povos foram-se dispersando, ou porque eram expulsos pelos mais fortes, ou porque não conseguiam resistir a grande concorrência. Tanto a expansão do povo Bantu, quanto a contra-corrente de Soshangane assim como dos povos falantes da língua *Swahili* para o sul de África resultaram na difusão da língua, pela mistura de diferentes povos em pequenas ou grandes comunidades, situadas em novos espaços geográficos (RAIMUNDO, & RAIMUNDO, 2015).

Para Raimundo (2009a, 2011) citado por Patrício (2016) os movimentos migratórios em Moçambique, são características preponderantes das populações locais, assentes nos condicionalismos sociais, económicos e políticos resultantes da descolonização, oportunidades de emprego e de formação, conflitos internos, cooperação internacional e desastres naturais.”

Após a independência nacional em 1975, mais do que os impactos climáticos e ambientais (cheias, inundações, ciclones e secas), as imperfeições das políticas socialistas traçadas pelo Estado moçambicano que se traduziram no insucesso do desenvolvimento cooperativista; a criação de campos de reeducação, projectos modernizadores, como as aldeias comunais, a guerra civil que afectou o país durante os 16 anos, as incursões armadas dos países vizinhos, realizadas na época pela África do Sul e ex-Rodésia (Zimbabwe), constituíram um catalisador para o movimento das populações dentro das fronteiras internas e internacionais (FEIJÓ, 2018; PATRÍCIO, 2016 e MUANAMOHA & RAIMUNDO, 2018).

Araújo (2003) e Patrício (2016) lembram que a ocorrência de factores conjunturais adversos, como a guerra civil, calamidades naturais, os desequilíbrios do *modus vivendi* económico e o desenvolvimento social da população urbana em relação à população rural, não só criou assimetrias entre o campo e a cidade, através da alteração do desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos, como também permitiu que se assistisse um aumento considerável de fluxos humanos oriundos do meio rural para o meio urbano.

Ao contrário do que sucedeu no período anterior, descrito por Araújo (2003) e Patrício (2016) cuja migração envolveu a maior parte dos camponeses para as cidades, conforme Patrício (2016) e Feijó (2018) actualmente uma nova onda de migração sucedeu em Moçambique. Esta nova forma de mobilidade envolve vários segmentos da sociedade – indivíduos (incluindo quadros qualificados), famílias inteiras e mesmo grupos – são complexos e manifesta-se através de investimentos à escala nacional, por exemplo, nos corredores de desenvolvimento de Maputo, Beira e Nacala, e na presença de multinacionais europeias, asiáticas, norte americanas e da América do Sul – que se dedicam à exploração de recursos naturais.

Independentemente da literatura sobre migrações mostrar que existe multiplicidade de factores que condicionam a migração em Moçambique, Raimundo no seu artigo sobre “Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique”, revela que a migração e a mobilidade em Moçambique variam de acordo com alguns factores como a localização regional,

perfis histórico, económico e ambiental, realizando-se “em forma de trabalho migratório, movimentos pendulares e circulação de pessoas e bens entre fronteiras regionais – comércio transfronteiriço” (RAIMUNDO, 2009^a: p. 15).

Apesar do primeiro censo de demográfico após a independência ter sido feito em 1980, só em 1997 que se passou a incluir questões sobre migrações, nomeadamente, (i) lugar de residência actual; (ii) lugar de nascimento; (iii) lugar de residência 1 ano anterior à data do censo; (iv) lugar de residência 5 anos anteriores à data do censo (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018).

Para aqueles autores as questões que fazem parte do boletim de recolha de dados do Instituto de Nacional de Estatística “(...) permitem aferir apenas informação sobre estoques de migração dos lugares e períodos considerados e não sobre quem migra e nem como é tomada a decisão para migrar, entre outros aspectos”. Assim sendo, a inclusão daquelas questões além de ser incipiente para a compreensão das migrações no país, a ausência de instrumentos legais (lei e políticas, decretos) que regulam as migrações mostra que a mobilidade de pessoas seja por motivos ambientais, económicos, assim como políticos ainda é um assunto que ainda não merece destaque.

Sob ponto de vista legal a mobilidade dos moçambicanos no território nacional é um direito Constitucional, nos termos dos nos 1 e 2, do artigo 55, da Constituição da República de 2004.

Neste contexto, o estudo de Muanamoha e Raimundo (2018) sobre “Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007” comprova que a mobilidade no território nacional é uma realidade, pois segundo estes autores “Os dados da migração interprovincial acumulada por sexo, para 1997 e 2007 indicam que, em 1997, a migração interna acumulada envolveu um total de 1.274.830”. Outro aspecto importante é a classificação das províncias tendo em conta a tendência de migrações:

No primeiro grupo fazem parte as províncias de Niassa, Manica e Maputo que, em todos os períodos de referência, se apresentaram como províncias de imigração interna. O segundo grupo é composto pelas províncias de Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza que, em todos os períodos analisados, revelaram-se como sendo províncias de emigração interna. Por último, no terceiro grupo estão as províncias que, de um período de referência para outro, mudaram de uma tendência migratória para outra. Concretamente, pode-se falar da província de Sofala que passou de uma tendência de província de imigração, na migração de toda a vida de 1997 e 2007, para a de emigração no período 2002-2007 (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018: p. 57).

Neste capítulo de mudanças de tendências no que diz respeito ao sexo de quem migra, algo importante ocorreu entre 1997 e 2007, pois contrariamente a afirmações que diziam que a mulher é a que menos migrava, os Dados da Migração Interprovincial Acumulados para 1997 e 2007

indicam que, em 1997, a migração interna acumulada envolveu um total de 1.274.830 pessoas, 48%, eram mulheres. Para 2007, um total de 1.549.101 Migrantes Internos Acumulados de todas as províncias, as mulheres correspondiam 49,1% do volume total da migração (Vide os Quadros nº 6.2.1 e 6.2.2).

Quadro no. 6.2.1. Migração interna de toda a vida por sexo e província – Moçambique, 1997

Província	Imigrantes internos absolutos		Emigrantes internos absolutos		Migração líquida absoluta (ou saldo migratório)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Niassa	20.811	12.25	18.115	13.28	+2.696	-1.031
Cabo Delgado	18.208	12.93	25.368	16.86	-7.160	-3.930
Nampula	48.685	36	42.174	27.78	+6.511	+8.213
Zambézia	28.054	26.447	100.479	53.812	-7.2425	-2.7365
Tete	19.514	17.721	39.266	37.054	-19.752	-19.333
Manica	65.176	61.041	21.306	20.589	+43.870	+40.452
Sofala	83.204	68.178	63.779	62.997	+19.425	+5.181
Inhambane	29.117	37.197	129.260	113.140	-100.143	-75.943
Gaza	30.846	34.866	108.433	131.241	-77.587	-96.375
Maputo	133.604	130.125	38.436	54.876	+95.168	+75.249
Maputo Cidade	182.733	178.125	73.336	83.243	+109.397	+94.882
Total	659.952	660	659.95	614.9	0	0

Fonte: MUANAMOA e RAIMUNDO (2018)

Quadro 6.2.2. Migração interna de toda a vida por sexo e província - Moçambique, 2007

Província	Imigrantes internos absolutos		Emigrantes internos absolutos		Migração líquida absoluta (ou saldo migratório)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Niassa	27.387	18.093	20.312	15.650	+7.075	+2.443
Cabo Delgado	24.957	15.990	28.154	20.637	-3.197	-4.647
Nampula	54.596	42.978	59.735	39.147	-5.139	+3.831
Zambézia	35.119	31.884	132.277	79.185	-97.158	-47.301
Tete	22.130	19.159	44.483	42.537	-22.353	-23.378
Manica	80.021	77.648	27.010	26.509	+53.011	+51.139
Sofala	92.470	78.828	81.400	78.990	+11.070	-162
Inhambane	29.250	37.876	138.892	133.914	-109.642	-96.038
Gaza	29.965	33.484	108.413	143.247	-78.448	-109.763
Maputo	223.936	229.411	35.028	50.473	+188.908	178.938
Maputo Cidade	168.948	174.971	113.075	130.033	+55.873	+44.938
Total	788.779	760.322	788.779	760.322	0	0

Fonte: MUANAMOA & RAIMUNDO (2018)

6.3. Uma breve abordagem sobre o termo Refugiados Ambientais

Apesar de a mobilidade da população por motivos ambientais não ser um fenómeno recente e autores como Vogt; Black; Brown e Gemenne já se terem debruçado sobre o assunto, na perspectiva de Ramos (2011) “na literatura ainda não existe um consenso sobre a expressão ou termo mais adequado e representativo para descrever o fenómeno”.

A divergência na nomenclatura a ser utilizada para denominar as pessoas envolvidas nas migrações induzidas por causas ambientais, fica mais saliente quando Organizações Governamentais e não-governamentais, pesquisadores e escolas de pensamento, usam termos como, refugiados climáticos; migrantes ambientalmente forçados; migrantes ambientalmente induzidos, deslocados ambientais; pessoas ambientalmente deslocadas; pessoas forçadas a se deslocar por causas ambientais; deslocados do clima; deslocados induzidos pela mudança climática; ecomigrantes; migrantes ambientais; migrantes ambientalmente motivados à respeito do tema refugiados ambientais (CLARO, 2018 & RAMOS, 2011).

Sob a perspectiva dos organismos internacionais de migração, nomeadamente do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), as terminologias utilizadas para os “refugiados ambientais” são: (i) pessoas deslocadas no contexto da mudança climática e (ii) migrante ambiental, respectivamente (UNHCR apud CLARO, 2018: p.76-77).

Este facto além de reflectir a própria compreensão sobre o tema e os possíveis limites de actuação dos pesquisadores, para Thomann (2015) associa-se a inexistência de uma definição clara e objectiva decorrente da questão de que as relações causais entre migração e degradação ambiental como uma consequência da mudança do clima são difíceis de estabelecer, e decisões migratórias individuais são frequentemente motivadas por outros factores.

Embora o termo “Refugiados Ambientais” na literatura sobre Migrações tenha sido tratado desde 1948 por Vogt quando referia-se aos “refugiados ecológicos” e por Lester Brown em 1970 quando utilizou a expressão para se referir aos refugiados relacionados às causas ambientais, foi em publicação de 1985 para o então Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), hoje ONU Meio Ambiente, que Essam El-Hinnawi conceituou pela primeira vez o termo Refugiados Ambientais, como sendo, “em um sentido amplo, todas as pessoas deslocadas podem ser descritas como refugiados ambientais, dado que foram forçadas a sair de seu habitat original (ou saíram voluntariamente) para se protegerem de danos e/ou para buscar uma maior qualidade de vida” (EL-HINNAWI, 1985: p. 3).

A definição ora estabelecida por El-Hinnawi é lacónica, pois embora não abranje as pessoas deslocadas por motivos políticos ou por conflitos civis e migrantes que buscam empregos melhores com bases económicas, na visão de Ramos (2011) não “faz uma distinção clara entre refugiado e migrante voluntário, nem entre deslocados internos e externos”.

Após El-Hinnawi, autores como Jacobson (1988) e Myers (1995) também deram o seu contributo para a compreensão do termo “refugiados ambientais”. Apesar das divergências no uso do termo refugiado ambiental, os autores arrolados são unânimes em afirmar que as pessoas envolvidas neste processo, são refugiados não convencionais, pois não são protegidos pela Convenção de Genebra de 1951, e são migrantes forçados em situação de vulnerabilidade e que se veem obrigados a deixar sua residência habitual por motivos ambientais de início lento ou de início rápido, causados por motivos naturais, antropogénicos ou pela combinação de ambos.

Para Brito (2016: p.53)

As causas naturais, ou estritamente ambientais, respeitam aos desastres naturais e aos fenómenos extremos, destacando-se a actividade sísmica (terramotos e erupções vulcânicas), as actividades de movimento (avalanches de neve, derrocadas de terra), as actividades atmosféricas (ciclones, tornados, furacões, tufões, tempestades) e as actividades hidrológicas (cheias, inundações). Em qualquer caso, os impactos ambientais, sociais e económicos são variáveis, podendo ser devastadores, causando perdas humanas e materiais, forçando uma parte da população à deslocação temporária ou permanente.

As causas antropogénicas evidenciam a existência de actividade humana excessiva, que tende a ser condicionada pela esfera económica, promotora de desequilíbrios socioambientais e que resulta na criação de uma sensação de incerteza e insegurança na população, em resultado das ameaças e riscos associados. Estes factores são frequentemente identificados com o aumento da pobreza, complementado pela degradação ambiental que, de forma associada, podem resultar em desastres ambientais involuntários mas de difícil controlo (*Ibid*: p.54).

Tendo em conta que as “categorias e definições sobre as migrações ambientais são frequentemente marcados por uma terminologia ambígua e contestada, para a presente pesquisa considera-se refugiado ambiental como sendo pessoas ou grupos de pessoas que, por razões imperiosas de mudanças súbitas ou progressivas no ambiente que adversamente afectam suas vidas ou condições, são obrigadas a deixar suas residências habituais/comunidade, ou escolher fazê-lo, seja temporária ou permanentemente (reassentamento), e que se mudam dentro do seu distrito/província/país.

6.4. Para o entendimento do termo “desastre natural”

Segundo Monteiro et al. (2010) há pelo menos uma razão para o debate sobre o esclarecimento daquele termo/fenómeno, pois não existe unanimidade quanto ao conceito ou definição de desastre natural. Na literatura existem dois termos utilizados como sinónimos, nomeadamente,

“fenómeno natural” e “desastre natural”. Fenómeno natural é toda manifestação da natureza, resultado do seu próprio funcionamento interno e a ocorrência de um “fenómeno natural”, seja ele previsível ou extraordinário, não necessariamente provoca um “desastre natural”.

Como lembra Maskrey (1993) não podemos simplesmente considerar uma chuva torrencial como catastrófica ou desastrosa devido às erosões e sedimentações que esta provoca na paisagem natural.

De acordo com Moura & Silva (2008) os eventos naturais/fenómeno natural (cheias, secas, inundações, entre outros) somente se convertem em desastres quando atingem seres humanos. Essa relação está sempre associada a danos, que ultrapassam a esfera económica e interrompem a continuidade do funcionamento normal da sociedade, atingindo directamente a qualidade de vida da população.

Tendo em conta a abordagem acima mencionada, para Maskrey (1993) um desastre natural seria a correlação entre um fenómeno natural perigoso (terramoto, furacão etc.) e vulnerabilidades socioeconómicas e físicas que produzem um efeito significativo de sofrimento para pessoas ou grupos (vide a Figura nº. 6.4.1).

Figura nº. 6.4.1. Sobre Conceitualização do desastre



Fonte: JUNGLES (2012)

Para Monteiro et al. (2010) a abordagem de desastre natural usada neste trabalho apoia-se no banco de dados EM-DAT (Emergency Events Database), desenvolvido e administrado pelo CRED (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters) da Universidade de Louvain-Bélgica, onde está plasmado que, para um fenómeno natural ser catalogado como desastre natural, pelo menos deve preencher um dos seguintes requisitos ou elementos:

- a) 10 ou mais vítimas fatais;
- b) 100 ou mais pessoas afectadas;

- c) declaração de estado de emergência; e
- d) pedido de assistência internacional.

A opção por aquela base de dados fundamenta-se pelo facto de apesar da existirem e outros bancos de dados de desastres naturais, o EM-DAT torna-se o banco de dados mais confiável, visto que seus dados são fornecidos por agências da ONU, agências governamentais, universidades e centros de pesquisa em desastres. Dessa forma, tais dados podem ser utilizados como indicadores estatísticos que demonstram, de forma geral, a vulnerabilidade de cada país frente às ameaças naturais e, nesse sentido, facilitar a elaboração de políticas alternativas que contribuam para a redução do risco de desastres (MONTEIRO et al., 2010).

6.5. Percepção do Risco e redução de riscos de desastres naturais

Os estudos sociais sobre percepção de riscos iniciaram na década 1970/80, como sendo contraste à visão utilitarista das análises técnicas de risco, assentes no conhecimento da economia e ciências naturais que ignoravam os diferentes contextos em que tais riscos são elaborados e discutidos, como as imagens, crenças, receios e inquietações das comunidades envolvidas (MOURA, 2011 e AMARAL, 2018).

A relação entre a percepção de risco, a tomada de decisão e a adopção de estratégias de mitigação não é directa, uma vez que, é condicionada pelas crenças fatalistas diante de situações de risco ou de catástrofe, experiências pessoais ou colectivas ao evento, a comunicação, nível de conhecimento ou de acesso à informação e as expectativas futuras (TAVARES et al., 2011 e MOURA, 2011).

Dos factores ora mencionados, Moura (2011) sustenta que a experiência individual ou colectiva passada com o evento é o mais relevante, pois pode criar as subculturas dos desastres que ajudam no processo de mitigação aos impactos dos estresses relacionados com os desastres. As subculturas dos desastres segundo Moura (2011) citando (Moore, 1961: p.195) envolvem " (...) ajustamentos reais ou potenciais, social, psicológico e/ou físico que são usados por residentes destas áreas em um esforço para lidar com os desastres que aconteceram ou que a tradição indica que poderão acontecer no futuro".

Exemplo da assunção acima referida por Moura (2011) pode-se encontrar em Meltsner (1978) citado pelo mesmo autor, quando relatou que (...) Após o terramoto de 1971, que afectou San Francisco, na Califórnia, muitas medidas foram adoptadas para mitigar os terramotos futuros.

Para o caso de Moçambique, foi depois das cheias de 2000, que o Governo moçambicano através do então Instituto Nacional de Gestão de Calamidades actual Instituto Nacional de Redução de Desastres introduziu o processo de Gestão do Risco de Calamidades, a eficiência desta estratégia no que diz respeito à gestão das emergências reduziu consideravelmente nos anos 2001, 2003, 2007 e 2008 o número de vítimas mortais como consequência de desastres naturais (INGC, 2009).

O Plano Director Para Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (2006-2016) aprovado pelo Governo de Moçambique em 2006, cujo objectivo central era de abalizar as linhas gerais da estratégia para a mitigação dessas calamidades e definir um programa de acção de 10 anos para conduzir Moçambique a um estado de prontidão e capacidade de resistir e responder aos efeitos de calamidades naturais, é resultado das experiências do passado com eventos naturais catastróficos (CONSELHO DE MINISTROS, 2017).

Também, deveu-se as cheias de 2000 que ao nível comunitário, criou-se segundo Artur & Maia (2008) e Guerrero & Zelada (2009) um grupo de pessoas voluntárias da mesma comunidade, composto por 12 a 18 pessoas que se dedica a desenvolver actividades de prevenção, mitigação e prontidão nas suas comunidades, envolvendo os líderes e as autoridades locais (distritais e comunitárias) designado por Comités Locais de Gestão de Riscos de Calamidades-CLGRC.

Outro aspecto que vale apenas ressaltar é descrito por Boshier (2011) citado por Tavares al., (2011), quando afirma que “há evidentes incongruências entre as percepções do risco por parte dos diferentes actores (municipes, autoridades governamentais e ONGs), o que condiciona visivelmente as estratégias de mitigação.”

Tendo em conta que a construção social do risco é apresentada frequentemente como um impacto das formas de comunicação, nomeadamente condicionando os riscos que percebemos e a relevância que lhes atribuímos, entretanto igualmente dependente das redes sociais em que os indivíduos se movem. O acesso à informação e a capacidade para a descodificar constituem elementos fundamentais para a construção social do risco, ou ainda, à semelhança de Kaspersen (2005), os processos de amplificação dos riscos estão intimamente relacionados com a percepção do risco e com a sua comunicação, e dependentes da competência e credibilidade de quem faz a

comunicação e da capacidade que as comunidades têm para a compreender (TAVARES et al., 2011).

Em relação a confluência na percepção do risco entre especialistas e outros actores envolvidos ou interessados, sobretudo assente em factores como a familiaridade, a atitude e a confiança ou desconfiança, segundo Tavares al., (2011) “decorre das formas de comunicação e de envolvimento, as quais são influenciadas pela comunicação e educação sobre os riscos ou são promovidas através de um pré -requisito que é a comunicação eficaz dos riscos”.

6.6. Risco

Para Gonzalez & Costa (2016) e Sulaiman & Aledo (2016) os estudos sobre riscos de desastres assim como o uso do conceito de risco vêm ganhando diferentes abordagens e tem sido utilizados em diversas ciências e ramos do conhecimento que tratam assuntos ambientais de forma diferente.

Santos (2012: p.16) no seu artigo sobre Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres, conceitualiza o risco como sendo:

O resultado de interações entre ameaças ou perigos (geológicas, meteorológicas, hidrológicas, oceânicas, biológicas) a que está exposta uma comunidade e as condições de vulnerabilidade (localização inadequada dos aglomerados e dos edifícios, urbanização caótica, construção não resistente, pobreza, segregação social, deterioração ambiental, carência de emprego digno, debilidades de preparação, défices no conhecimento do risco, etc.).

Figura no. 6.6.1. Sobre Risco de desastre



Fonte: QUEFACE (2009: p.9)

Para Queface (2009: p.9) “se um destes lados aumentar, a área do triângulo também aumenta, e deste modo o Risco aumenta. Se um dos lados diminuir, o risco reduz. Se pudéssemos eliminar um dos lados, então o risco desaparece” (vide a Figura nº. 6.6.1. Sobre Risco de desastre).

Aquela lógica de análise de risco foi aprimorada, pelo que, segundo Mendes (2018: p.471) foi incorporada a capacidade de protecção e de resposta das pessoas e das comunidades. A fórmula passa a incluir, então, as capacidades das pessoas e das populações:

$$\text{Risco de desastre} = (\text{Ameaça ou perigo} \times \text{Vulnerabilidade}) / \text{Capacidade}$$

Tomando em consideração o desenvolvimento de políticas internacionais, nacionais e locais para a mitigação, os riscos passaram a fazer parte da agenda política, e os Estados signatários dessas agendas (Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015 e de Sendai 2015-2030) foram obrigados a definirem planos de actuação específicos, nos países mais desenvolvidos por pressão das seguradoras, o risco de desastre passou a integrar também esses factores institucionais. A fórmula mais comumente utilizada é a seguinte (MENDES, 2018):

$$(\text{RD}) = \text{Perigo (P)} \times [(\text{Vulnerabilidade (V)}/\text{Capacidade} -) - \text{M (Mitigação)}]$$

Tendo em conta o acima descrito, o risco é sempre social, pois para Veyret (2007) citado por Gonzalez & Costa (2016) “não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos”. O Centro Internacional de Formação (2012) é mais elucidativo ao afirmar que a ocorrência de um evento natural, independentemente da sua dimensão ou intensidade, não pode causar prejuízos a uma sociedade/indivíduo se não existirem elementos expostos aos seus efeitos.

Centro Internacional de Formação (2012: p.47)

Os desastres não são, portanto, causados por simples ameaças ou fenómenos da natureza, nem actos divinos ou efeitos fortuitos ocasionais no tempo, mas consequência de um processo de acumulação de riscos que os seres humanos vão criando através de práticas pouco adequadas, inclusivamente perigosas, nos sistemas de desenvolvimento que implementamos nas nossas sociedades, territórios e comunidades.

Sendo assim e em concordância com Queface (2009) e FAO (2014) o nível de risco está sempre em função da intensidade das ameaças/perigo, das vulnerabilidades, assim como das capacidades de resposta e resiliência dos elementos expostos, as quais, da mesma forma que o risco, constituem condições latentes na sociedade.

6.6.1. Ameaça/perigo (Os eventos físicos)

Para Queface (2009) e Morais (2014) a Ameaça/perigo é um elemento do risco, e corresponde:

ao perigo latente que representa a provável manifestação de um – ou vários – fenómenos físicos de origem natural, socionatural ou antropogénica, que pode produzir efeitos adversos nas pessoas, nos ecossistemas, na produção, na infraestrutura, nos bens e nos serviços. Representa o factor físico do risco, externo ao elemento ou grupo exposto (CIF, 2012: pg. 7) (Vide o Quadro nº. 6.6.1.1).

Quadro no. 6.6.1.1. Tipos de Ameaças/perigos naturais (hidro meteorológicas e geológicas)

Ameaças hidrométricas	Exemplos
<ul style="list-style-type: none">• Processos ou fenómenos naturais de origem atmosférica, hidrológica ou oceanográfica que podem causar a morte ou lesões, danos materiais, interrupção da actividade social e económica ou ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Inundações, fluxos de lama e detritos.• Ciclones tropicais, ondulações de temporal, ventos, chuvas, tempestades, neve e relâmpagos.• Secas, desertificação, incêndios Florestais, temperaturas extremas, tempestades de areia ou de poeira; e• Geadas, avalanchas de neve.
Ameaças geológicas	Exemplos
<ul style="list-style-type: none">• Processos ou fenómenos naturais terrestres que podem causar a morte ou danos materiais, interrupção da actividade social e económica ou degradação ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Sismos, Tsunamis, actividade e erupções vulcânicas;• Movimentos de massas, deslizamentos, desprendimento de pedras, liquefação, deslizamento dos fundos marinhos; e• Colapso de superfícies, actividade de falhas geológicas.

Fonte: CIF (2012)

Segundo Moura (2011) a percepção do perigo/ameaça como elemento do risco está relacionada aos desastres e é influenciada por um conjunto de factores interrelacionados que incluem não só as experiências, atitudes actuais em relação ao evento, personalidade e valores, assim como as expectativas futuras. Um factor importante é a experiência passada com o evento. A experiência prévia com o evento, em nível individual ou colectivo pode criar as subculturas dos desastres que ajudam mitigar os efeitos do estresse relacionados ao desastre.

6.6.2. Vulnerabilidade

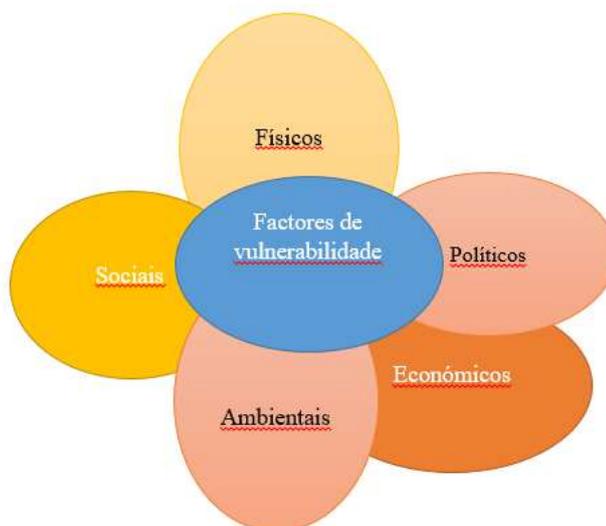
O termo vulnerabilidade surge como um importante conceito teórico e analítico em relação aos riscos/perigos e ao contexto de mudanças climáticas. À semelhança da ameaça, a vulnerabilidade também representa o factor interno do risco, e para autores como INGC (2011), CIF (2012) e Iwama et al. (2016) envolve múltiplos factores e processos ambientais sociais/culturais, económicos, políticos e uma comunidade que a tornam susceptível aos efeitos devastadores de um

evento extremo. A vulnerabilidade varia significativamente no seio de uma comunidade e com o decorrer do tempo (INGC, 2011).

Segundo Lázaro (2013) a concentração no estudo sobre a vulnerabilidade social surge com o trabalho de Chambers (1989) na Inglaterra em meados dos anos oitenta, associado aos estudos na área de pobreza.

Embora a vulnerabilidade não seja exclusivamente devido à pobreza, estudos como do Centro Internacional de Formação (2012) e Abdula & Taela (2005) destacam que as populações mais pobres (vulneráveis) são as que mais sofrem os impactos dos desastres naturais. Para Lázaro (2013) aspectos sociais como a pobreza, bem como a fragilidade das infra-estruturas e serviços públicos precários são factores contribuintes para maior vulnerabilidade (Vide a Figura nº. 6.6.2.1. e o Quadro. nº. 6.6.2.1.)

Figura no. 6.6.2.1 Sobre Factores de Vulnerabilidade



Fonte: Figura elaborado pelo autor com base em INGC (2009), CIF (2012) e LÁZARO (2013)

Quadro. no. 6.6.2.1. Factores de vulnerabilidade e sua descrição

Factores	Descrição
Físicos	Estes factores de vulnerabilidade têm relação directa com o tipo de construção das infra-estruturas, materiais e a localização inapropriada das residências e infra-estruturas em geral.
Económicos	Estão relacionados com o acesso a recursos e prestação de serviços (residência, água, energia, saúde, transporte).
Sociais	São usos e costumes que estão baseados na conduta das pessoas e que se relacionam com os conhecimentos tradicionais, percepção do risco, participação da comunidade no processo de GRC, organização local, estrutura social e etária.
Políticos	Associado especialmente do sistema democrático (CEPAL, 2000), com suas consequências negativas na eficiência das políticas públicas, a legitimidade da ação governamental, a participação limitada de cidadãos na tomada de decisão, a coordenação com os governos locais e organizações da sociedade civil, gestão das emergências, processamento das demandas e necessidades dos cidadãos e a capacidade de responder a elas.
Ambientais	São factores relacionados com a gestão dos recursos naturais: solo, água, vegetação, floresta e biodiversidade, que pode ser aproveitado em actividades de rendimento, consumo humano e equilíbrio dos ecossistemas.

Fonte: INGC (2009), CIF (2012) e LÁZARO (2013)

6.6.3. Capacidades

As capacidades constituem o antepenúltimo elemento ou factor que também influencia na diminuição ou aumento do risco.

Para CIF (2012: p. 7) as capacidades são os meios pelos quais as comunidades ou as organizações utilizam as suas habilidades e recursos disponíveis para enfrentar o impacto de um desastre. No âmbito das capacidades encontra-se uma das mais importantes ao nível local: resiliência.

A resiliência em Birkman (2013) citado por Mendes (2018) corresponde "a capacidade das sociedades, das comunidades e dos indivíduos ou de um sistema socioecológico de lidarem com os impactos e as consequências adversas de acontecimentos perigosos".

Na definição considerada por Mendes (2018) como sendo excelente das diferentes propostas teóricas sobre o conceito de resiliência bem com da sua relação com o conceito de vulnerabilidade. Manyena (2006, p. 446) define resiliência como "a capacidade intrínseca para um sistema, uma comunidade e uma sociedade afectada por um choque ou *stress* adaptar-se e sobreviver, alterando os seus hábitos não essenciais e reconstruindo-se".

Esta alteração ou adaptação no seu quotidiano significa que a comunidade ou organizações devem adoptar formas de pensar que vão para além da simples redução da vulnerabilidade, e que se identifique quais os elementos essenciais e não-essenciais em presença nas comunidades, partindo de práticas de discriminação positiva, em vez de infundáveis avaliações de risco e da reação a ambientes negativos (MENDES, 2018).

6.7. Eventos extremos frequentes em Moçambique

Para MICOA (2005) e Conselho de Ministros (2017), Moçambique é um país vulnerável a eventos extremos (vide o Quadro nº. 6.7.1) sendo os mais comuns as cheias, secas, ciclones, epidemias, pestes assim como queimadas descontroladas, tempestades, e desabamentos de terra. Conforme MICOA (2006) a frequência de ocorrência desses eventos extremos que resultam em desastres naturais em Moçambique é estimada em 1.67, o que significa, que todos os anos o país é afectado por pelo menos um desastre natural.

A ocorrência desses eventos naturais além de alterar o quotidiano das comunidades, quebrar o tecido familiar através de mortes de pessoas, também destrói culturas agrícolas, o que resulta em insegurança alimentar, e conseqüentemente aumenta a importação de produtos agrícolas e a dependência da ajuda alimentar externa, perdas no crescimento económico e nas taxas de rendimento, destruição de infraestruturas (de saúde, escolas, estradas, entres outros), redução do investimento estrangeiro directo, perdas de rendimento em diversos sectores da economia do país, desvio de aplicação dos fundos do Estado para atender a situação pontual gerada pelos desastres (Ex: a implementação das acções de mitigação dos impactos da seca no período 2004/05 em Moçambique foi estimado em USD 14453 milhões) em detrimento dos programas de desenvolvimento anteriormente planificados (MICOA, 2006).

Dada a sua origem hidro-meteorológica, magnitude e impacto, as cheias, secas e ciclones são os que merecem maior destaque.

6.7.1. Cheias

Quase todos os anos Moçambique é assolado por cheias/inundações que atingem proporções catastróficas. As mais comuns são as cheias/inundações imediatas, caracterizadas por chuvas torrenciais concentradas em poucas horas que tendem a inundar extensas áreas do país. As

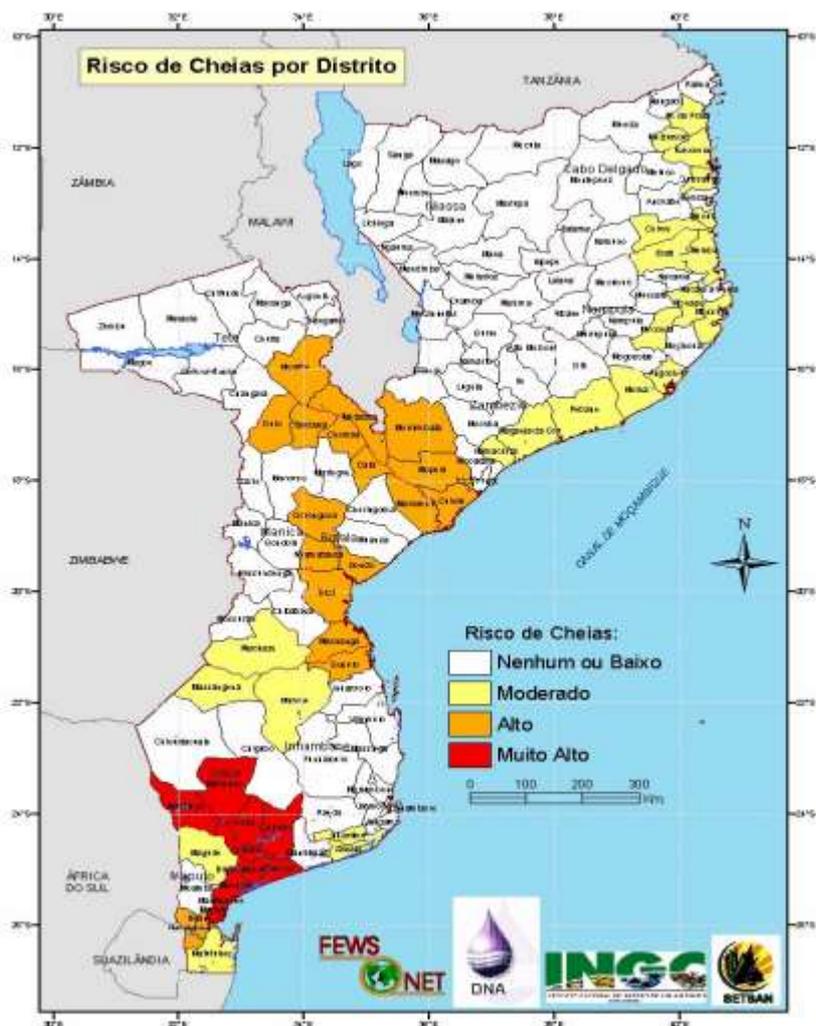
províncias do sul Moçambique (Maputo, Gaza, Inhambane) são as mais vulneráveis em relação às outras regiões do país (QUEFACE, 2009).

Em Moçambique as cheias são causadas por diversos factores, nomeadamente, precipitação que ocorre dentro do território nacional, ventos ciclónicos, e escoamento das águas provenientes das descargas das barragens dos países vizinhos situados a montante das bacias hidrográficas partilhadas (MICOA, 2005; GFDRR et al., 2014 e Governo de Moçambique, 2019).

À semelhança dos outros eventos naturais que provocam desastres, os impactos negativos gerados pelas cheias no país, incluem a perda de vidas de pessoas, de animais domésticos e fauna bravia, a destruição de culturas agrícolas, de infra-estruturas sociais e económicas, o aumento da dependência da ajuda internacional, o aumento dos preços dos produtos agrícolas e a deterioração da saúde humana, degradação ambiental e perda de ecossistemas (MICOA, 2007).

Conforme o Mapa (n.º 6.7.1.1) sobre riscos de cheia por distrito, a Província de Gaza apresenta nível Muito Alto de Risco de cheia, sendo os distritos de Xai-Xai, Chókwè, Chicualacuala, Mabalane, Massingir, Chibuto e Massangena são os mais vulneráveis a ocorrência de cheias no país. Nas outras províncias o nível varia de Moderado a alto, na províncias de Maputo (Matutuine, Boane, Moamba, Marracuene, Manhiça e Magude), Inhambane (Inharrime, Vilanculos, Inhassoro e Govuro), Sofala (Machanga, Búzi, Nhamatanda, Dondo, Marromeu, Caia e Chemba), Manica (Machaze, Mossurize, Sussundenga e Tambara), Tete (Mágoe, Zumbo, Cahora Bassa, Chiúta e Mutarara), Zambézia (Morrumbala, Mopeia, Chinde, Inhassunge, Namacurra e Maganja da Costa), Nampula (Moma, Angoche, Memba e Laláua) e Cabo Delgado (Macomia, Mocímboa da Praia, Palma e Pemba-Metuge).

Mapa no. 6.7.1.1 Riscos de Cheia por Distrito em Moçambique



6.7.2. Secas

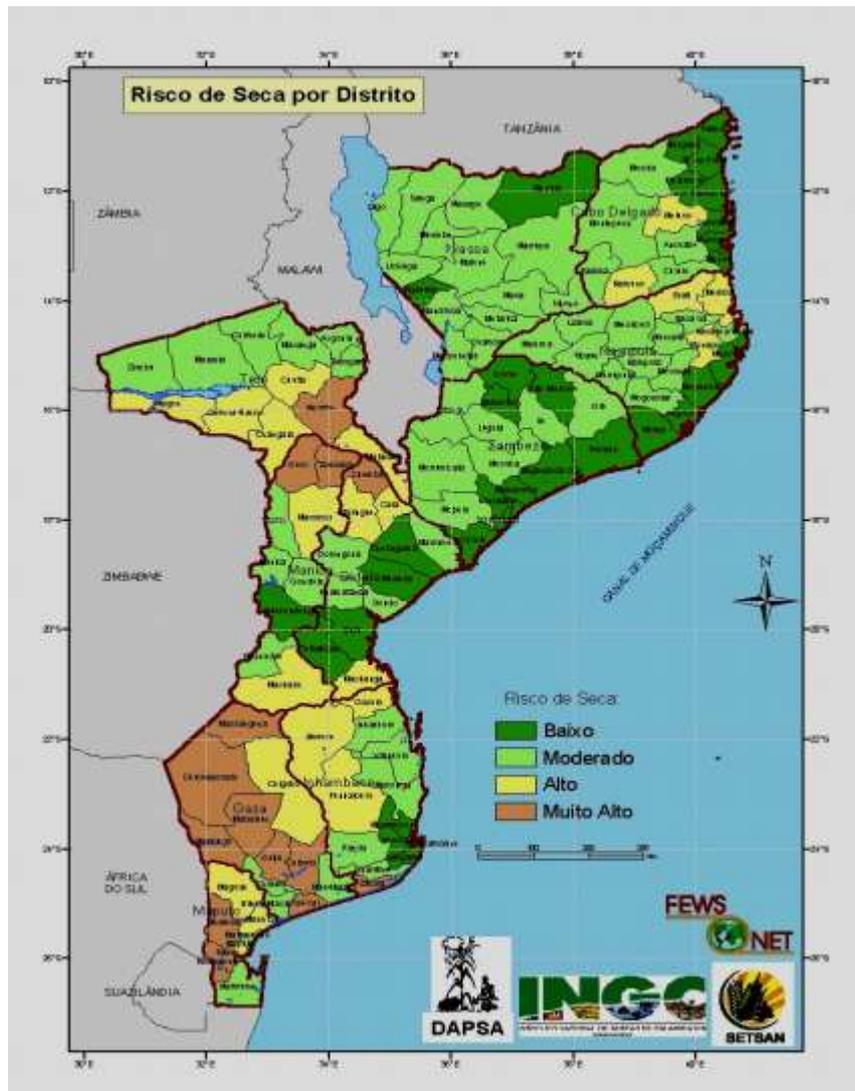
A Seca além de ser um fenómeno físico extremo e transitório caracterizado pela escassez de água associada a períodos extremos de reduzida precipitação mais ou menos longos, também apresenta graves consequências sociais e económicas. Os custos sociais são elevados e traduzem-se na perda de oportunidades de obtenção de meios de subsistência seja ao nível do emprego, produção directa para auto consumo ou ainda pelo desmembramento de famílias por morte ou migração (MICOA, 2005 e 2007).

Em Moçambique, a seca é comum nas províncias de Inhambane, Gaza e Tete, caracterizadas por uma precipitação media anual muito baixa, inferior a 500 mm, que resultam na falta de água para manutenção da cobertura vegetal e o uso excessivo e inadequado dos solos para agricultura e

pecuária. Esta escassez de chuvas está associada ao fenómeno El Niño ou ENSO (El Niño Southern Oscillation). Contrariamente a fenómenos como ciclones e cheias, a seca não ocorre de forma repentina, e não provoca perda imediata (é uma ameaça “gatinhante” ou de ocorrência lenta e de difícil definição espaço-temporal) de bens ou propriedade; os seus impactos negativos são cumulativos, isto é, começam a ser sentidos ao longo do tempo e perduram por longos períodos, atingindo ainda extensas áreas (ABDULA & TAELA, 2005), MICOA (2005 e 2007) e GUERRERO, et al. (2017).

Segundo o mapa (nº. 6.7.2.1) sobre risco de seca por distrito, no sul do país precisamente nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane o nível de risco predominante varia entre Moderado à Muito alto, sendo que a província de Gaza (Chibuto, Chicualacuala, Chigubo, Guijá, Mabalane, Massangena e Massingir) é aqui apresenta um nível muito alto de risco de seca. No centro do país a província de Tete é aqui apresenta um nível muito alto de risco de seca (Cahora Bassa, Changara, Magoe e Mutarara). Contrariamente as duas primeiras áreas, no norte do país o nível de risco de seca varia de Alto à Baixo, onde os distritos de Namuno e Meluco (Cabo Delgado) e Erati, Memba e Monapo (Nampula) são os que apresentam o nível Alto de risco de Seca.

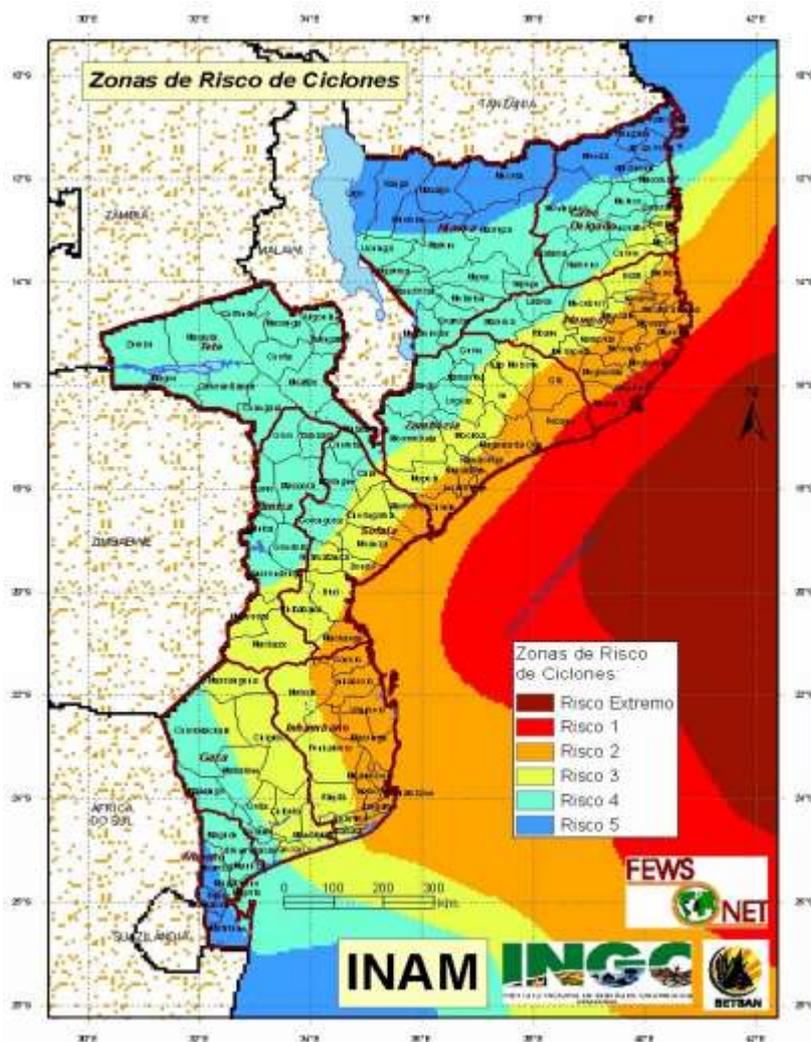
Mapa no. 6.7.2.1. Risco de seca por distrito em Moçambique



6.7.3. Ciclones

Conforme o Mapa (nº. 6.7.3.1) sobre risco de ciclones, normalmente em Moçambique os ciclones ocorrem ao longo da costa em função de depressões tropicais que têm origem no oceano Índico (Oceano que banha o país à leste), entretanto às vezes estende-se para alguns territorios do interior, onde causa impactos negativos consideráveis. Tendo em conta que 2/3 da população moçambicana vive nas áreas costeiras bem como a existência de infra-estruturas de grande valor económico (portos, indústrias, etc.), segundo MICOA (2007) nessas áreas constitui uma preocupação as projecções dos impactos das mudanças climáticas para a economia nacional, que pressupõem um aumento em frequência e intensidade dos eventos extremos.

Mapa no. 6.7.3.1. Riscos de Ciclones em Moçambique



MICOA (2005; 2007) e Governo de Moçambique (2019) referem que em Moçambique, a época ciclónica é de Outubro a Abril e a sua intensidade aumenta no período de Fevereiro a Abril. Normalmente, os ciclones tropicais que atingem a costa moçambicana são acompanhados de precipitação intensa que tem resultado em cheias, e o exemplo mais recente são as cheias do ano 2000 que resultaram da ocorrência dos ciclones tropicais Eline, *Glória* e *Idai*, que afectou as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, em Março de 2019 e Ciclone *Kenneth* que afectou as Províncias de Cabo Delgado e Nampula no Norte de Moçambique. Os ciclones tropicais são entre os sistemas meteorológicos mais fortes e destrutivos, globalmente, estes ocorrem de forma cíclica, acompanhados de ventos fortes e chuvas torrenciais. Causam destruição de infra-estruturas resultando em falhas nos sistemas de abastecimento de água potável e energia eléctrica, considerável número de desalojados e agravamento das deficitárias condições de saneamento do meio retrocessos sociais e económicos, perdas de vidas, sofrimento humano, destruição de

propriedades, degradação do meio ambiente e ruptura das actividades normais. Contudo, estes eventos extremos podem contribuir para o suprimento de água nas áreas outrora secas, redistribuição da flora e fauna.

Apesar da ocorrência cíclica de eventos naturais que provocam desastres, mais de 70% da população moçambicana vive ao longo dos rios e nas áreas costeiras e está exposta aos desastres naturais tais como ciclones, tempestades e cheias mais do que qualquer outro país em África, e sempre que aqueles ocorrem a população daquelas áreas é parcial ou inteiramente evacuada com regularidade por causa dos ciclones e cheias. Para tal o reassentamento tem sido a principal solução adoptada pelo Governo de Moçambique, através do Instituto de Redução de Riscos de Desastres, para reduzir o impacto de futuros desastres naturais sobre as pessoas e o sector económico. Medidas como estas têm como objectivo central incentivar a população deslocada afectada pelas cheias para procurar abrigo nos centros de acomodação durante a emergência e ao invés de regressar para esses territórios, reassentar-se em áreas mais seguras (LORENZETTI, 2013 e JOCOBS e ALMEIDA, 2020).

Lorenzetti (2013) afirma que, as pessoas vivendo perto dos rios devem ser reassentadas, entretanto, estima-se que apenas aproximadamente 40% da população recentemente deslocada está a viver permanentemente nas áreas de reassentamento alocadas pelo Governo. O motivo para esta razão tem sido associado ao facto de que a maior parte dos locais onde esta população é reassentada não têm infra-estruturas nem serviços, daí que as famílias sempre regressam para as suas áreas de origem que são propensas aos desastres naturais.

6.8. Estratégia e Quadro de Políticas e Legislação em Moçambique para a Gestão de Desastres Naturais

Conforme refere o Plano Director para a Redução de Risco de Desastres 2017-2030, figuras 1 e 2, Moçambique foi fustigado por diversos eventos naturais que ao encontrarem uma população vulnerável causaram interrupção no funcionamento normal do país, provocando uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, económicos e ambientais que excederam a capacidade nacional, de fazer face à situação adversa mediante o uso de seus próprios recursos. Sobre estes eventos calamitosos é de destacar as cheias na bacia do rio Limpopo (1977) e de outros rios (1978/79), bem como uma seca generalizada que causou fome em 1982/83. O governo de Moçambique respondeu a cada desastre à medida que este ocorreu, dependendo na altura da ajuda internacional para a resposta humanitária e para a recuperação

(SANTOS, 2012, INGC e World Bank, 2014 e República de Moçambique-Conselho de Ministros 2017).

Em reacção à aquelas adversidades impostas pela natureza, foi criado através do Decreto Presidencial nº 44/80, do dia 3 de Setembro, O Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (CCPCCN), onde o seu órgão executivo, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN) teve como mandato exclusivo prestar assistência humanitária aos refugiados, aos deslocados internos, e às populações afectadas pela seca (INGC e World Bank, 2014).

Tendo em conta que uma política nacional promove a integração da gestão do risco de desastres nos planos de desenvolvimento nacionais e sectoriais. A mesma também enfatiza a importância da coordenação inter-sectorial na prevenção e resposta à desastres, foi neste contexto que pela primeira vez o país adoptou uma Política de Gestão de Desastres, em 1999, onde o Governo começou a introduzir medidas pró-activas de gestão de desastres através do uso de sistemas de aviso-prévio e de envolvimento/participação comunitária. O Governo de Moçambique, também fez a alocação de fundos para contingências e apoiou a recuperação de meios de subsistência das populações afectadas por desastres, através de estratégias de uso de mão-de-obra intensiva. Esta política fez parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento pós-independência que promoveu a mudança de abordagem do governo, passando da prestação de serviços com base na oferta para a prestação de serviços baseados na participação comunitária efectiva na tomada de decisões e na gestão de sistemas.

A promulgação da Política Nacional de Gestão de Desastres, em 1999, e com o objectivo de dar uma resposta rápida e eficiente a situações de calamidades naturais, orientando e coordenando os esforços dos vários órgãos do aparelho do Estado envolvidos no combate às calamidades naturais (Decreto Presidencial nº. 4/99, de 10 de Junho), fez com que o DPCCN fosse substituído por uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, vocacionada para a gestão, em todo o seu ciclo (da prevenção à mitigação), dos desastres naturais, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Trata-se do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), criado pelo Decreto nº. 38/99, de 10 de Junho.

A tutela do então Ministério dos Negócios Estrangeiros, reflectia a dependência do país da ajuda externa para garantir a implementação das acções de recuperação após desastres. Para contrariar aquela prática (de dependência do país da ajuda externa), o INGC foi transferido do Ministério

dos Negócios Estrangeiros para o Ministério da Administração do Estatal em 2005, o que lhe conferiu a possibilidade de desenvolver uma colaboração mais estreita com os Ministérios de tutela e com os governos provinciais durante as emergências e na fase de recuperação. Uma vez reestruturado, o INGC passou a ter uma acção activa, pois passou a concentrar-se em duas áreas principais: a resposta a emergências e redução da vulnerabilidade (INGC e World Bank, 2014 e Conselho de Ministros, 2017).

De acordo com IFRC e Cruz Vermelha de Moçambique (2012) “o Plano Quinquenal do Governo de Moçambique de 2005 a 2009 tinha como um dos objectivos alcançar, o reforço da capacidade de prevenção e mitigação de calamidades”. Este objectivo foi materializado através da criação do Centro Nacional Operativo de Emergência, (CENOE) - para coordenar as operações de emergência e o apoio humanitário em geral e, a Unidade de Protecção Civil (UNAPROC) com a responsabilidade principal de realizar operações de busca e salvamento. No mesmo período, a base legal usada no INGC foi reforçada através do seu estatuto orgânico (2007 e 2008) e da aprovação do regulamento interno pelo Conselho de Ministros (2009).

INGC e World Bank (2014: p.4) relatam que:

A partir de 2005, o espírito de “auto-estima” ganhou terreno como princípio orientador do desenvolvimento nacional. Isso mudou o enfoque do governo na gestão de desastres, que deixou de ser baseado na dependência da ajuda externa para passar a basear-se no fortalecimento da capacidade nacional. Embora o financiamento tenha continuado a ser mobilizado a partir de fontes externas, a avaliação e a planificação por parte das instituições nacionais passou a realizar-se de forma mais pró-activa.

Entre 2005 e 2009, o INGC ganhou credibilidade como líder e gestor de situações de emergência, principalmente depois da capacidade de resposta demonstrada nas operações de resposta eficazes aquando das cheias de 2007/8 no centro do país (nas bacias dos Rios Zambeze, Búzi e Save).

Em Moçambique o processo de gestão de risco de Calamidades (GRC) surge com a consolidação do Programa de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II-2006) e está explicitamente incorporada no Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Governo desde 2005. A partir destes documentos, o Governo de Moçambique reconheceu que a gestão eficiente do risco de desastres atenua o impacto negativo dos eventos climáticos recorrentes, mas também que a redução do risco está intrinsecamente ligada à redução da pobreza das populações mais expostas a este tipo de calamidades (INGC e World Bank, 2014 e Conselho de Ministros, 2006).

A abordagem proactiva visando reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais, da economia e das infraestruturas adopada pelo Governo também é referenciada no Plano Director para

Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN) 2006-2014, que segundo Conselho de Ministros (2006) é, referido como parte integrante da estratégia do governo para a redução da pobreza. A Política atribui ainda às comunidades um papel importante na planificação, organização e execução de actividades de GRC através dos Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC). Ademais, o PDPMCN destaca a relevância da coordenação regional para a gestão do risco de desastres naturais transfronteiriços.

Segundo INGC (2014: p.4-5)

O Plano Director para a Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (2006-2014) é o documento chave para a Gestão do Risco de Desastres em Moçambique. Este Plano estabelece claramente a ligação entre a mitigação e a recuperação por um lado, com a pobreza e a redução da vulnerabilidade por outro lado, no contexto de uma economia baseada na agricultura. Por exemplo, a gestão dos recursos hídricos inclui considerações tanto concernentes à irrigação (para melhorar a produção agrícola), como ao controle dos níveis de água (para mitigar o impacto das inundações e secas). As considerações de segurança alimentar também se estendem para além das reservas estratégicas de sementes e rações de emergência, promovendo a introdução de plantas resistentes à seca que podem ser usadas industrialmente para alterar a estrutura da economia rural nas zonas semi-áridas. A prontidão para desastres é baseada no aviso-prévio, na gestão da informação, na comunicação e na capacidade técnica para busca e salvamento. A estratégia de implementação deste plano é descentralizada, de modo a envolver os governos locais, as estruturas tradicionais, e a sociedade civil, entanto que gestores primários da informação e do risco. O INGC tem estado a actualizar este Plano Director desde meados de 2013.

6.9. Políticas, Programas e Leis Gestão de Riscos de Desastres Naturais em Moçambique

Em termos de Políticas, Programas e Leis sobre Gestão de Riscos de Desastres, Moçambique tem um quadro regulamentar detalhado e consolidado segundo o Quadro nº. 6.9.1. sobre Políticas, Leis e Estratégia de Gestão de Desastres Naturais a seguir:

Quadro no. 6.9.1. sobre Políticas, Leis e Estratégia de Gestão de Desastres Naturais

Ord.	Instrumento Legal	Objectivo
1	Constituição da República	A constituição moçambicana explica o significado do ambiente para os seus cidadãos e constitui um instrumento importante para a protecção do ambiente (art. 90 e 117).
2	Plano de Acção para Redução da Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um quadro regulador e capacitar as agências para a gestão ambiental; • Monitorizar as concessões de exploração para efeitos de sustentabilidade ambiental
3	Resolução nº 18/99 de 10 de Junho (Política de gestão das calamidades)	Contribuir para a conservação e preservação do ambiente e gestão de calamidades.
4	Resolução Nº 7/96, 2 de Abril (Política de Desenvolvimento da Meteorologia)	Proporcionar ao país avisos prévios sobre condições climáticas adversas e extremas.
5	Resolução nº 43/2006, de 26 de Dezembro (Estratégia de	Minimizar o impacto das calamidades naturais e outros factores climáticos no desenvolvimento de Moçambique.

	Desenvolvimento da Meteorologia)	
6	Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (2013-2025)	Estabelecer as directrizes de acção para criar resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local.
7	Estratégia Ambiental de Desenvolvimento Sustentável (2007-2017)	Define os seus objectivos dentro de quatro grupos principais: protecção e gestão dos recursos naturais, planeamento urbano, poluição do ar e população.
8	Plano Director para Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (2006-2016 e 2017-2030)	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um banco de dados que possibilite a realização dos estudos nas áreas do clima e seus impactos. • Efectuar o mapeamento das áreas de risco. • Reforçar os meios do sistema de aviso prévio. • Mobilizar recursos para a prevenção e mitigação e reforçar a coordenação institucional, inter-sectorial de resposta aos efeitos das calamidades naturais, etc.
9	Programa de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do sistema de aviso prévio. • Fortalecimento das capacidades dos produtores agrários que lidam com as mudanças climáticas. • Gestão dos recursos hídricos no âmbito das mudanças climáticas • Redução do impacto das mudanças climáticas nas áreas costeiras.
10	Programa de Mudança climática e desenvolvimento, reconhecendo o papel de florestas e recursos hídricos na adaptação às mudanças climáticas (NAPA)-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que políticas nacionais reduzam vulnerabilidade e aumentem a capacidade adaptativa à variabilidade e mudanças climáticas aos níveis local e nacional.
11	Programa Conjunto das Nações Unidas de valorização ambiental e adaptação às mudanças climáticas em Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar as comunidades de ferramentas para resistir ao impacto das mudanças climáticas e outros eventos climáticos extremos. • Dotar as comunidades de opções alternativas de meios de sobrevivência que permitam gerar rendimentos. • Integrar os resultados na formulação de políticas e iniciativas de planeamento ao nível provincial e nacional. • Promover capacitação por meio de programas de formação aos diversos parceiros.
12	Programa de Impacto das mudanças climáticas sobre o risco de desastres e adaptação	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear à escala regional e extrapolar para uma escala nacional as mudanças previstas devido às mudanças climáticas e suas implicações nos termos da vulnerabilidade de Moçambique. • Mapear à escala local a vulnerabilidade actual às mudanças climáticas e estudar as implicações das políticas actuais e das actividades nos termos da vulnerabilidade aos desastres naturais, considerando as mudanças previstas do clima; • Monitorar à escala local a taxa de mudança dos

		factores chave tais como inundações, seca, nível das águas do mar, etc. e os factores socioeconómicos tais como a diversificação dos meios de subsistências, dos rendimentos das culturas.
13	Programa de Integração de mecanismos de adaptação às mudanças climáticas no quadro da política, desenvolvimento e investimento em Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que a redução de risco de calamidades seja uma prioridade nacional e local com forte base institucional. • Identificar, avaliar e monitorar riscos de desastres e reforçar sistemas de aviso prévio. • Reduzir os factores de risco subjacentes.
14	Programa Conjunto das Nações Unidas para o fortalecimento da redução de riscos de calamidades e da prontidão para emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as capacidades nacionais para se preparar para responder e mitigar o impacto humanitário das emergências das populações vulneráveis no país.
15	Plano Quinquenal do Governo de Moçambique de 2005 a 2009	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da capacidade de previsão, em particular de cheias, seca e ciclones, através do sistema de alerta e aviso prévio e a subsequente intervenção com vista à minimização dos efeitos destas calamidades; • O reforço da capacidade institucional e a melhoria na coordenação multissetorial com a introdução das seguintes medidas.
16	Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto (Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres).	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer o Regime Jurídico de Gestão e Redução do Risco de Desastres, com vista a torná-lo consentâneo com os desafios impostos pelo risco de desastres e pela necessidade de construção da resiliência aos eventos extremos, ao abrigo do disposto no número 1, do artigo 178 da Constituição da República, a Assembleia da República.

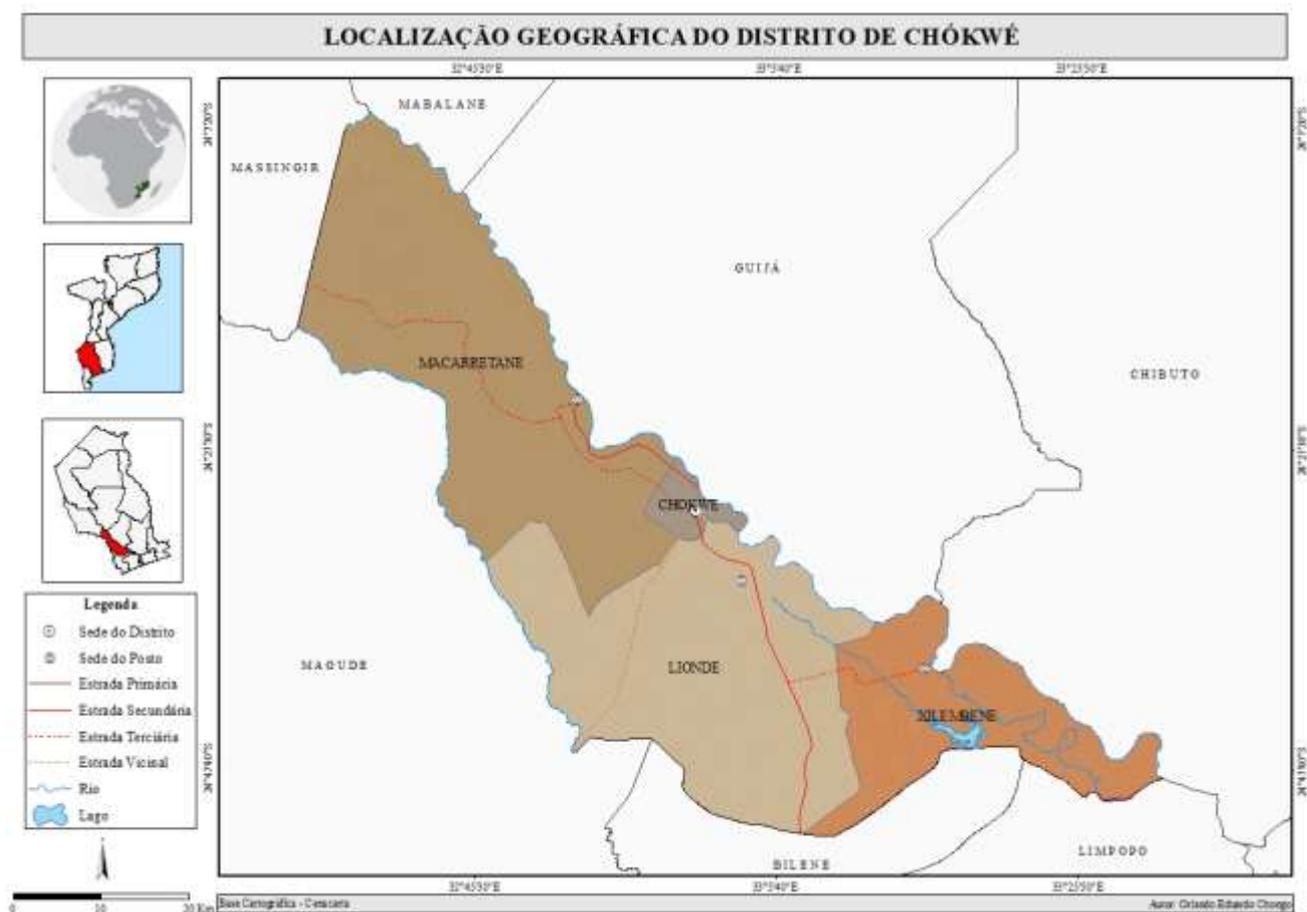
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de IFRC e CVM (2012) e LIVANINGO (2020)

7. Caracterização da área de estudo

Esta secção versa sobre a localização geográfica e limites geográficos do Distrito de Chókwè conforme mapa (4). Também, apresenta a divisão administrativa e características do clima, relevo, solos, hidrografia e sua população, habitação, actividades económicas, acesso à educação e abastecimento de água.

7.1. Localização e Limites

Mapa 7.1.1. Distrito de Chókwè



O Distrito de Chókwè está situado a Sul da Província de Gaza, no curso médio do Rio Limpopo (próximo da confluência do Rio Limpopo e Changana), tendo como limites a Norte o Rio Limpopo que o separa dos distritos de Massingir, Mabalane e Guijá, a Sul o distrito de Bilene e o Rio Mazimuchope que o separa do distrito de Magude, a Este confina com os distritos de Xai-Xai e Chibuto e a Oeste com os distritos de Magude e de Massingir com cerca de 2,443 km² de

superfície, correspondente a 3.2% da superfície Total da província de Gaza (MAE, 2005 e INE, 2010) (vide o Mapa 7.1.1. do Distrito de Chókwè).

De acordo com PNUD & FAO (2010) e INE (2020), o Distrito do Chókwè possui administrativamente quatro (4) Postos e 10 localidades, nomeadamente, a Sede onde se situa o Município (localidades de Nkavelane, e Machel), Lionde (localidades de Lionde Sede, Conhane e Malau), Macarretane (localidades de Macarretane Sede, Matuba e Machinho), Chilembene (localidades de Chilembene Sede e Chiduachine).

7.2. Clima

Quadro no. 7.2.1. Clima do Distrito do Chókwè

Ord.	Itens sobre o clima	Descrição
1	Tipo de Clima	Semi-árido (seco de Savana)
2	Precipitação	500 a 800mm
3	Evapotranspiração Potencial de Referência	1400 a 1500 mm
4	Temperaturas Médias Anuais	22°C e 26°C
5	Humidade Relativa Média Anual	60-68.3%

Fonte: MAE (2005)

Tendo em conta o Quadro nº. 7.2.1. Clima do Distrito do Chókwè, a baixa pluviosidade, aliada às elevadas temperaturas, resulta numa acentuada deficiência de água. A irregularidade das chuvas ocasiona estiagem e secas frequentes, mesmo durante a estação das chuvas (MAE, 2005).

7.3. Relevo, Solos e Hidrografia

De acordo com MAE (2005), todo o Distrito de Chókwè é uma planície com menos de 100 metros de altitude e composta por aluviões ao longo do rio Limpopo, que atravessa todo o distrito no sentido NW-SE, e por depósitos indiferenciados no resto do distrito. Verifica-se a ocorrência de terraços no extremo Sudeste do distrito (PA de Chilembene), junto ao distrito de Bilene. Em Macarretane e Matuba ocorrem argilas vermelhas.

Tendo em conta o Mapa 4. do Distrito de Chókwè e MAE (2005) o distrito em estudo tem um grande potencial hidrográfico, sendo banhado pelo Rio Limpopo e pelo Rio Mazimuchope, possuindo ainda os riachos periódicos de Ngonwane, Munhuane, Chuezi, Nhambabwe e as lagoas de Chinangue, Ngondzo, Nha-Nhai, Mbalambe e Khokhotiva.

7.4. População

Segundo INE (2019), o Distrito de Chókwè possui 217.019 habitantes distribuídos entre 97.021 homens e 119.998 mulheres. Conta com 43.740 agregados familiares, sendo 21.496 chefiados por homens, enquanto 22.244 são chefiados por mulheres.

7.5. Habitação

Conforme Governo do Distrito de Chókwè (2012) o tipo de habitação que predomina no Distrito é a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de estacas. As palhotas são construídas com material vegetal, natural, facilmente deteriorável, colocando-as em situação de extrema vulnerabilidade aos fenómenos naturais. Outro tipo de casas mais comum é construído com base em material convencional constituído por blocos de cimento e areia, cobertura de chapa de zinco ou telha e outros materiais duráveis. A cidade de Chókwè, é a que apresenta melhores condições habitacionais verificando-se que 62% das famílias têm rádio, 12% vivem em casas com água canalizada (ligação domiciliária) e 50% ligação à porta do quintal, 90% possui retrete ou Latrina e 23% têm energia eléctrica. A terceira categoria de casas é de pau-a-pique com cobertura de chapa de zinco também vulneráveis aos ventos ciclónicos.

7.6. Actividades Económicas

A actividade económica do Distrito do Chókwè assenta, fundamentalmente, na agricultura⁴ e na pecuária. Outras actividades que contribuem para o aumento da produção e geração de rendimentos são a pesca, a exploração de argila para a construção civil, o comércio e as indústrias alimentar e de bebidas (MAE, 2005 e Governo do Distrito de Chókwè, 2012).

A agricultura é a principal actividade económica do distrito e envolve aproximadamente 80% da população activa do distrito, constitui uma importante fonte de subsistência, emprego e rendimento. É praticada em explorações familiares com 1.5 hectare, em média, e em regime de consociação com base em variedades locais. Em algumas regiões há recurso à tracção animal e tractores. A área total cultivada pelo sector familiar corresponde cerca de 5% da área total do distrito, tendo como culturas básicas o milho, arroz, feijão-nhema, mandioca, batata-doce e feijão manteiga, sendo a agricultura em sequeiro predominante e dominada pela cultura do milho. As mulheres dedicam-se principalmente à agricultura e os homens à pecuária e algumas operações

⁴ A produção é feita em regimes de sequeiro e regadio, sendo as principais culturas praticadas o milho, arroz, feijão-nhema, amendoim, batata-doce, batata-reno e hortícolas (Governo do distrito de Chókwè, 2012).

culturais nos campos agrícolas. O distrito possui uma intensa actividade comercial, de transportes, serviços públicos e negócios em mercados paralelos (MAE, 2005 e ABBAS, 2018).

Embora em menor dimensão comparativamente aos outros distritos da província de Gaza, o Distrito de Chókwè ainda possui, como umas das características da sua economia, a deficiência no seguimento das cadeias de valor dos seus produtos agropecuários, o que faz com que grande parte desses produtos sejam comercializados em bruto, desperdiçando-se desta forma a possibilidade de processamento dos mesmos, o que representaria uma fonte de criação de emprego e geração de renda (Governo do Distrito de Chókwè, 2012).

7.7. Rede Escolar e Grau de Escolaridade

A taxa de cobertura da rede escolar é de 93%, EP1, 37 %; EPC2, 48 %; para o ensino Secundário geral, 7% e Ensino superior, 1%. A taxa de analfabetismo entre as populações é de 31% (Governo do Distrito de Chókwè, 2020).

Com 42% da população alfabetizada, o Distrito do Chókwè tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que metade dos seus habitantes, principalmente residentes na cidade de Chókwè e no PA de Chilembene, frequentam ou já frequentaram o ensino primário (Governo Distrito de Chókwè, 2012).

7.8. Abastecimento de Água

O abastecimento de água no distrito, é feito através de uma rede pública, e através de 47 Sistemas de abastecimento de água, que abrangem todos Postos Administrativos. Para além destes, o distrito conta também com 141 Furos Operacionais com Bombas manuais. As comunidades recorrem também à água dos 05 poços tradicionais e outras fontes tais como rios, lagoas, canais de regadio e represas, para consumo que em alguns locais é salobra (Governo do Distrito de Chókwè, 2012 e 2020 e ABBAS, 2018).

O Distrito tem uma taxa de cobertura de abastecimento de água de 58.96%. A gestão de água na cidade, sede do Posto Administrativo de Lionde, aldeia de Conhane, Massavasse, Mapapa e na Sede da Localidade de Chilembene, é feita pelo FIPAG. Ao nível das localidades e aldeias, a gestão é feita com a participação das comunidades, existindo 04 comités de água que asseguram a colecta de fundos, aquisição de peças sobressalentes, manutenção e segurança das fontes (Governo do Distrito de Chókwè, 2012 e 2020 e ABBAS, 2018).

8. Resultados e sua Discussão

O presente capítulo apresenta e discute resultados da avaliação da situação das mulheres e crianças como refugiadas ambientais no Distrito do Chókwè. Estes resultados são baseados nas respostas obtidas através das Entrevistas semi-estruturadas e na forma de Grupos de Discussão sobre: (I) Frequência de cheias, secas e ventos fortes nas comunidades do Distrito de Chókwè; (II) Percepções de risco de cheias no Distrito de Chókwè; (III) Centros de acolhimento temporário e Impacto das Cheias; (IV) Participação comunitária no processo de redução de riscos de desastres naturais; e (VI) Resposta local à desastres naturais. Recorreu-se à literatura não só para confrontar a realidade encontrada no local de estudo bem como responder à questões que colocam a mulher e criança como principal vítima de desastres naturais no Distrito de Chókwè.

8.1. Participantes das Entrevistas semi-estruturadas e Grupos de discussão

Constituíram participantes das entrevistas e Grupos de discussão no presente trabalho os seguintes (vide o Quadro nº.8.1.1)

Quadro nº.8.1.1 sobre Participantes das Entrevistas semi-estruturadas

Tipo de Entrevista	Função	Nº. de Pessoas
Semi-estruturada	Coordenação de Projectos na Cáritas Moçambique no distrito de Chókwè	2
	Coordenação de Projectos de RRD na Cruz Vermelha de Moçambique	1
	Gestão de Repartição de Programas de protecção social no Instituto Nacional de Acção Social-Delegação de Chókwè	1
	Direcção de Serviços de Planeamento e Infra-Estrutura no Distrito de Chókwè	1

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas respostas obtidas através de entrevistas e grupos de discussão

Entrevistas na forma de Grupos Focais de Discussão

Grupo II Comunidades das áreas de riscos de cheias

Para a presente pesquisa constituíram comunidades das áreas de riscos de cheias no Distrito de Chókwè as seguintes: Macarretane; Conhane; Chilembene; Chiguidela; Lionde; e Matuba.

Grupo III Comunidades das áreas Seguras (refúgio)

No Grupo III denominado como áreas Seguras/Refúgio fizeram parte as comunidades de Mapapa; Hókwè; e Chiaquelane.

As listas dos participantes dos grupos de discussão foram disponibilizadas pelas autoridades comunitárias (Líderes Comunitários). Todas entrevistas na forma dos grupos de discussão tiveram lugar nos centros das comunidades, durante os meses de Novembro e Dezembro 2020.

Perfil dos participantes dos Grupos de Discussão

Esta secção faz a descrição das características das mulheres chefes de agregados familiares com idade igual ou acima de 18 anos e que pelo menos tenham sido afectadas pelas cheias de 2000/2013, cuja área de residência até a data de ocorrência desses eventos era Distrito de Chókwè, das comunidades seleccionadas, sob ponto de vista de nível de educação; ocupação/actividade que pratica para garantir sustento; acesso aos meios de comunicação e tipo de habitação. Estas características permitem compreender e contextualizar a vulnerabilidade da mulher chefe de agregado familiar decorrente das cheias.

Conforme o indicado na metodologia deste trabalho, os participantes dos Grupos de Entrevistas na forma de Grupos de discussão são pessoas em idade adulta e economicamente activa. De entre as profissões desempenhadas pelas mulheres chefes de agregados familiares, residentes nas áreas de risco e de reassentamento no distrito de Chókwè, destaca-se a agricultura, comércio e domésticas (estas últimas foram consideradas por serem portadoras de deficiência física).

Sobre a agricultura como actividade principal, a maioria das mulheres chefes de agregados familiares participantes das entrevistas na forma de grupos de discussão nas áreas de reassentamento pratica a agricultura de Sequeiro, ao passo que, a minoria delas obtém o seu sustento praticando a agricultura nas Terras húmidas (ricas em nutrientes trazidos pelas cheias) entre o Rio Limpopo e o Regadio do Limpopo. Em contrapartida, nas áreas Inseguras, isto é, vulneráveis às cheias, a maioria pratica a agricultura de irrigação e em menor número praticam a agricultura nas Terras húmidas entre o Rio Limpopo e o Regadio do mesmo nome. Para testemunhar este facto, algumas das mulheres chefes de agregados familiares nas áreas de risco e seguras afirmaram o seguinte:

Posso afirmar categoricamente que a maioria das mulheres chefes de agregados familiares desta comunidade que fixaram as suas residências após as cheias de 2000 e 2013, praticam a agricultura de sequeiro, pois as Terras húmidas entre o Rio Limpopo e o Regadio do mesmo nome foram ocupadas pelos nativos (Participante do grupo de discussão em Mapapa, Chókwè, 21 de Dezembro de 2020).

Senhor!!! Esta terra apesar de ser afectada pelas cheias ela é ouro, sempre brota algo para nos alimentar, pois mesmo que a sua machamba não seja contemplada pelo regadio para irrigação, o facto de estarem próximas do Limpopo tornam-nas férteis (Participante do grupo de discussão em Chiguidela, Chókwè, 14 de Dezembro de 2020).

(...) Eu até tentei viver em Chiaquelane (01 ano) após as cheias de 2000, mas acabei regressando à Lionde devido à fome, que estava associada ao tipo de agricultura que eu praticava, pois lá eu tinha que depender da chuva, mas aqui em Lionde a minha machamba como tem contacto com o canal consigo irrigar as plantas e assim eu e os meus filhos não passamos por aquela carência de alimentos que experimentamos nos centros de trânsito/reassentamento (Participante do grupo de discussão em Lionde, Chókwè, 11 de Dezembro de 2020).

Tendo em conta que o estudo também centra-se nas mulheres chefes de agregados familiares que ainda vivem em áreas de riscos, por forma a reduzir/eliminar o risco de cheias que provocam desastres Lorenzetti (2013) afirma que, as pessoas vivendo perto dos rios devem ser reassentadas, entretanto apenas 40% da população recentemente deslocada está a viver permanentemente nas áreas de reassentamento alocadas pelo Governo, isto deve-se ao facto de a maior parte da terra alocada não apresentar infra-estruturas nem serviços, daí que as famílias têm tendência de regressar para as suas áreas de origem que são propensas aos desastres.

Sobre o retorno às áreas de origem, uma participante do grupo de discussão partilhou o seguinte:

“Senhor conforme você vê a única coisa que temos em abundância são as machambas que se localizam nas Terras húmidas entre o Rio Limpopo e abrangidas pelo Regadio que herdamos dos nossos familiares (...) começar a vida noutra local seria um grande sacrifício, pois além de trabalhar a terra, nada podemos ou sabemos para garantir o nosso sustento e dos nossos dependentes.” (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020).

Aqui nós vivemos de chima e hortaliça, (...) não podemos aguentar aquela vida de Chiaquelane onde a base de alimentação é mandioca e cacana (Participante do grupo de discussão em Conhane, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020).

(...) O Hospital, Muitas Escolas Secundárias do 2º Ciclo e Institutos Básicos e Médios estão aqui ao redor, o que facilita a nossa vida no que diz respeito ao valor de transporte para os nossos filhos (...) Entretanto onde somos alocados não existem estas condições (Participante do grupo de discussão em Lionde, Chókwè, 11 de Dezembro de 2020).

(...) Nós temos energia e água aqui (...) (Participante do grupo de discussão em Chilembene, Chókwè, 07 de Dezembro de 2020).

Os depoimentos das mulheres chefes de agregados familiares mostram que além dos aspectos levantados por Lorenzetti (2013), a mobilidade que em parte culmina com o reassentamento deste grupo alvo apresenta outros contornos, por uma razão porque as mulheres em causa a sua maioria pratica a agricultura de irrigação ou em terras húmidas entre o canal e o Rio Limpopo, e o local onde são reassentadas pratica-se a agricultura de sequeiro. Outro aspecto constatado reside no facto da maioria das mulheres chefes de agregados familiares entrevistadas, que residem nas áreas vulneráveis à cheias terem na agricultura como actividade geração de renda (para comprar cadernos, roupa entre outras coisas), pois, além de trabalharem nas suas machambas também fazem *biscates*⁵ nas machambas dos pequenos e médios agricultores. Neste caso, o argumento do então INGC actual INGD de que o reassentamento é a única forma que pode reduzir os refugiados ambientais (mulher chefe de agregado familiar e suas crianças) é colocado em causa, pois não se pode olhar apenas a segurança do espaço (que não é afectado pelas inundações), mas também a forma como a mulher chefe de agregado familiar produz o sustento para si e para os seus dependentes, pois segundo Kerkhof (2016) “a deslocação para as terras seguras poderá significar a diversificação (agrícola⁶/rural⁷) dos seus meios de subsistência e obter novas habilidades”.

“hiii... meu Senhor, aqui pelo menos existem as machambas dos Senhores Phunyuka, Vamupete, Magona⁸, entre outros, onde trabalhamos como biscateiras e de lá conseguimos comprar cadernos, uniformes dos nossos filhos, sal, açúcar, óleo entre outros produtos” (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020).

A constatação da Kerkhof (2016) torna-se difícil tendo em conta que maior parte dos participantes possui uma baixa frequência escolar, isto é, o nível de escolaridade é baixo (a maioria frequentou⁹ o 1º Grau e em número insignificante frequentaram o ensino médio), o que constitui um entrave para candidatar-se a um emprego formal nas áreas de reassentamento. Outro aspecto relevante é

⁵ Palavra usada pelos participantes para denominar trabalhos sazonais.

⁶ A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais actividades agropecuárias em uma propriedade rural; por exemplo, uma propriedade que produza café, milho, leite e crie suínos é considerada uma propriedade “agricolamente” diversificada (SIMÃO, 2005).

⁷ A diversificação rural refere-se à implantação simultânea de actividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.) ou pela da combinação de actividades urbanas do setor terciário com o conjunto das actividades agropecuárias (SIMÃO, 2005).

⁸ Nomes feitiços de agricultores locais que têm criado empregos sazonais.

⁹ Para este trabalho, frequência escolar refere-se ao nível de ensino que a pessoa frequenta (INE, 2019).

destacado pelo Governo do Distrito de Chókwè (2012) que está associado a deficiência no seguimento das cadeias de fornecimento (*supply chain*)¹⁰ dos seus produtos agropecuários, o que faz com que grande parte desses produtos sejam comercializados em bruto, desperdiçando-se desta forma a possibilidade de processamento dos mesmos nas áreas seguras, o que representaria uma fonte de criação de emprego e geração de renda. Esta é a razão pela qual no estudo da Kerkhof (2016) a maioria das pessoas que se mudam são compostas por idosos, pois estes consideram-se velhos demais para recuperar um outro período de cheias. O nível de escolaridade baixo e ausência de uma formação profissional das participantes dos grupos de discussão pode ser confirmado a partir de seguintes vozes de mulheres chefes de agregados familiares:

Senhor não te posso mentir, eu estudei até 3ª Classe” (Participante do Grupo Focal de discussão em Chiguidela, Chókwè, 14 de Dezembro de 2020).

(...) Eu terminei na 4ª Classe” (Participante do grupo de discussão em Matuba, Chókwè, 16 de Dezembro de 2020).

(...) Eu nem posso dizer que estudei porque só transitei da 1ª Classe para a 2ª Classe e não cheguei a frequentar a 2ª classe (...)” (Participante do grupo de discussão em Conhane, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020).

(...) Mesmo que coloquem outros serviços nas áreas de reassentamento, eu não tenho nenhuma formação, isto é, além da agricultura nada posso fazer para conseguir sustentar-me. (Participante do grupo de discussão em Lionde, Chókwè, 11 de Dezembro de 2020).

Em Chiaquelane e Mapapa só podem viver apenas os idosos pois eles são oferecidos casas, recebem uma sexta básica e nós como somos jovens somos informados que devemos trabalhar para obter o nosso sustento” (Participante do grupo de discussão em Chilembene, Chókwè, 16 de Dezembro de 2020).

Devido à razões apresentadas nos parágrafos anteriores e pelo facto da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças (estes últimos a sua mobilidade depende da decisão das suas progenitoras) apresentarem uma mobilidade restrita e empregos sazonais mal remunerados, entre outras, esta (mulher chefe de agregado familiar no distrito de Chókwè) continuará a ser a que mais sofre em decorrência de desastres naturais, pois mesmo sendo reassentada ou passando pelos centros de acolhimento temporário sempre regressará ao seu local de residência habitual, fazendo com que segundo Monteiro, Calengo e Mavume (2012) os esforços contínuos do Governo e seus parceiros

¹⁰ Mentzer et al. (2001) *describes the supply chain as: 1the processes from the initial raw materials to the ultimate consumption of the finished product linking across supplier-user companies; and 2the functions within and outside a company that enable the value chain to make products and provide services to the customer.*

na mobilização dos cidadãos e comunidades e no reforço e consolidação da capacidade multisectorial para enfrentar os desafios impostos pelas calamidades naturais sejam inutilizados. Assim sendo, no caso do distrito de Chókwè é urgente e pontual reforçar as medidas *estruturais e não-estruturais*¹¹ de preparação dos seus cidadãos sobretudo mulheres e crianças, infraestruturas, para de forma eficiente e eficaz reduzirem os riscos de cheias, pois estas segundo Machado e Poleza (2017) são eventos que não podem ser evitados, porém pode haver uma melhor adaptação às suas ocorrências, minimizando os impactos causados por sua passagem por regiões susceptíveis a elas.

Comunicação

As dificuldades de acesso aos meios de transporte, comunicações e meios de comunicação social tornam estas comunidades rurais desconectadas, reduzindo sobre maneira a sua capacidade para mobilizar e solicitar aconselhamento técnico e apoio dos diferentes actores em caso de necessidade (Lorenzetti, 2013).

Questionados sobre o acesso à telefone celular nas áreas vulneráveis às cheias (Macarretane; Lionde; Conhane; Chilembene e Chiguidela), constatou-se que a maioria das mulheres chefes de agregados familiares que participaram na entrevista na forma grupo de discussão dispõem de um telefone celular e mesmo as que não dispõem têm um vizinho que tem e sempre que há uma chamada para elas tem acesso.

Através dos depoimentos dos participantes de entrevistas na forma de grupos de discussão, percebeu-se que pelo menos um membro de uma família/visinho possui um telemóvel e actualmente estão habituados a usá-lo para comunicação. Este dispositivo electrónico está progressivamente a mudar a forma em que os membros das povoações se conectam com o “resto do mundo” e cria oportunidades que devem ser tomadas em conta em qualquer programa no futuro, para ser implementado nestas áreas “recônditas”.

¹¹ Medidas estruturais são aquelas que envolvem obras de engenharias que geralmente são de alto custo como construção de uma Macarretane, por exemplo. Já as medidas não estruturais relacionam-se com intervenções diversificadas, ao nível da participação de várias entidades (órgãos de gestão municipal, populações residentes em áreas de risco, etc.), utilizando-se instrumentos de carácter institucional e regulamentar, nomeadamente, regulamentos de zonamento e de construção, assim como o planeamento integrado das bacias hidrográficas (SARAIVA, 1993; BERTONI e TUCCIM, 2003 & AMARAL, SANTORO e TOMINAGA, 2009).

(...) eu não tenho telefone celular, mas sempre que alguém liga para falar comigo, a minha vizinha, a Sra. Fulana manda as crianças para entregarem-me o telefone (Participante do grupo de discussão em Chiguidela, 14 de Dezembro de 2020).

A alínea g), do artigo 7, do Diploma Ministerial n.º 80/2004, de 14 de Maio, que aprova o Regulamento de Articulação dos Órgãos das Autarquias Locais com as Autoridades Comunitárias estabelece-se que um dos deveres dos chefes tradicionais e secretários de bairro ou aldeia é “informar as comunidades sobre a previsão de ocorrência de calamidades naturais, formas de prevenção e reparação de prejuízos bem como comunicar às autoridades administrativas do Estado sobre os efeitos provocados por essas calamidades”.

Portanto, apesar de a maior parte dos participantes ter um telemóvel verifica-se uma demora na transmissão de informação sobre desastres, contribuindo para a perda de vida e de bens decorrente das cheias nas comunidades, este instrumento pode ser de grande valor no aumento do quesito tempo para as comunidades prepararem-se e saírem das áreas inseguras para as áreas seguras através do envio de chamadas gravadas para os seus contactos.

Este cenário foi evidente nas cheias de 2000 e 2013, pois quando as autoridades locais informaram-nos sobre a retirada para as áreas seguras a água já havia cercado todos caminhos de fuga, facto que resultou em muitas mortes e perda de bens (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020).

Com o ponto de vista do autor no parágrafo precedente, não se pretende de forma alguma afirmar que aquela seja a maneira mais certa para aumentar o tempo para as comunidades prepararem-se e saírem das áreas inseguras para as áreas seguras, porém a mesma medida deve estar devidamente enquadrada num plano de curto e médio prazo de programas de instituições que participam no processo de gestão de RRD.

Habitação

Sobre o tipo de habitação conforme as respostas dos participantes dos grupos de discussão o tipo de habitação predominante é precário e consiste em palhotas, ou casas com pavimento de terra batida, caniço, tecto de capim, colmo ou chapas de zinco e paredes de estacas. As casas são construídas com recurso ao material local (vegetal, natural). Outro tipo de casas mais comum é construído com base em material convencional constituído por blocos de cimento e areia, cobertura de chapa de zinco ou telha e outros materiais duráveis. Nesta classificação enquadram-

se as casas que os participantes chamaram de “*tiyindlo ta swicolonyi*”¹² que o autor separou da classificação anterior como forma de mostrar que não foram construídas pelas actuais proprietários (vide as imagens n.ºs. 8.1.1; 8.1.2 e 8.1.3)

**Imagem. n.º. 8.1.1. Casas Casas
construídas no tempo colonial**



Fonte: Autor, Chókwè, Conhane, 18 de Dezembro de 2020

**Imagem. n.º. 8.1.2. Casa feita de caniço com
cobertura de chapas de zinco**



Fonte: Autor, Chókwè, Lionde, 11 de Dezembro de 2020

Imagem no. 8.1.3. Casa de pau a pique



Fonte: Autor, Chókwè, Chiguidela, 14 de Dezembro de 2020

Tendo em conta que a maioria dos entrevistados habita em casas construídas por material facilmente deteriorável, colocando-as em situação de extrema vulnerabilidade aos fenómenos

¹² Casas construídas no tempo colonial.

naturais, medidas de Arquitectura Adaptativa para a Redução de Risco de Calamidades precisam ser implementadas, conforme UN-Habitat (2014) elas consistem na capacidade de ajustar a sua estrutura, comportamento e recursos às condições geológicas e climáticas locais, isto é, uma estrutura robusta capaz de suster o impacto de riscos naturais severos ou contribuir para facilitar a vida das comunidades, ajustada ao contexto local e consequentemente sustentável.

A combinação da robustez e sustentabilidade das casas nas comunidades vulneráveis à eventos naturais que podem provocar desastre resulta da acrescida resiliência da comunidade, estabelecida no sector da Arquitectura Adaptativa para a Redução de Risco de Calamidades como a capacidade de um sistema não só manter níveis aceitáveis de funcionalidade dentro de um período de tempo especificado; recuperar plena funcionalidade dentro de um período de tempo especificado depois do evento; bem como providenciar ferramentas adicionais às comunidades para poderem enfrentar as adversidades climáticas. Sob ponto de vista da arquitectura adaptativa é essencial aprender da construção tradicional ou das especificações habitualmente utilizadas nas construções públicas e providenciar soluções apropriadas e rentáveis para as comunidades. Neste sentido, é de destacar várias áreas de acção como, (a) Incremento da sensibilização: através de materiais simples e de fácil uso na perspectiva do construtor; (b) Criação de um entendimento: forjar uma apreciação de construções seguras e fiáveis em relação às construções não seguras e fiáveis no contexto do desastre relacionado com a intensidade da violência, fardo e efeitos adicionais; e (c) Facilitação da aplicação: mediante a criação de um clima propício para a aplicação de normas que garantem segurança estrutural UN-Habitat (2014: p.12).

Aquela recomendação da UN-Habitat sobre Arquitectura Adaptativa para a Redução de Risco de Calamidades, na visão de Macamo (2012) ela tem validade tomando em consideração à acção social local, pois as comunidades além de serem homogéneas, as pessoas agem para serem capazes de agir.

8.2. Frequência de cheias, secas e ventos fortes nas comunidades do Distrito de Chókwè

Moçambique é bastante vulnerável a eventos climáticos extremos (cheias, secas, ciclones, epidemias, pestes assim como queimadas descontroladas, tempestades, e desabamentos de terra), entretanto dada a sua magnitude e impacto, segundo os participantes de entrevistas e entrevistas na forma de grupos de discussão no distrito de Chókwè, os mais comuns são as cheias, secas e Ventos fortes.

Os participantes dos grupos de discussão e entrevista nas comunidades de Macarretane; Matuba; Lionde; Conhane; Chilembene; Chiguidela; Hókwè; Mapapa; e Chiaquelane, referem que as cheias de 1977, 2000, 2012 e 2013 foram as que mais afectaram as comunidades entrevistadas. Sendo que, a comunidade de Macarretane apresenta-se como a que foi afectada (4) quatro vezes pelas cheias, e o restante das comunidades afectadas (3) três vezes. Importa referir que estes eventos calamitosos ocorreram uma vez nas comunidades em cada ano apresentado na tabela (Frequência = 1) (vide o Quadro n.º. 8.2.1).

Sobre a seca, os grupos de discussão nas diferentes comunidades entrevistadas afirmaram que apesar do distrito de Chókwè ser um território propenso às cheias também há ocorrência de seca, sendo de destacar a de 1983 e 2016.

Em relação aos ventos fortes, os grupos de discussão afirmaram que apesar de ocorrerem no distrito os mesmos não têm tido impacto como a seca e a cheia. A voz de uma participante do grupo de discussão de Matuba é a aprova desta assunção:

Têm havido ventos fortes aqui em Matuba que têm derrubado árvores, os tectos das casas e a seca que destrói a nossa produção e as vezes ambos resultam em perdas de vidas de humanas e de gado (principalmente o bovino em 2017), mas o seu impacto é insignificante comparado com o resultado das cheias (Participante do grupo de discussão em Matuba, Chókwè, 16 de Dezembro de 2020).

Quadro no. 8.2.1. Ocorrências de eventos naturais calamitosos no distrito de Chókwè

Ord.	Comunidades afectadas	Anos de ocorrências de eventos naturais calamitosos						
		Cheias			Secas		Ventos Fortes	
1	Macarretane	1977	2000	2012	2013	1983	2016	Ocorrem mas não são tão graves quanto a seca e a cheia
2	Matuba			-				
3	Lionde			-				
4	Conhane			-				
5	Chilembene			-				
6	Chiguidela			-				

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas respostas obtidas através de entrevistas e grupos de discussão

Apesar de terem ocorridos vários eventos de cheias (15 eventos) no distrito de Chókwè, as respostas das entrevistas e grupos de discussão revelam quatro cheias.

As cheias de 1977, 2000 e 2013 são as mais apontadas pelas comunidades, por um lado pelo facto destas terem sido mais catastróficas em relação as outras (as cheias de 1977 com altura de 8.47 m e caudal de 5822 m³/s; as de 2000, com altura de 10.24 m e caudal de 9214 m³/s e as cheias de 2013 com altura de 9.54 m e caudal de 6686 m³/s) e por outro lado por terem sido os que ouviram

falar ou presenciaram (vide a Quadro n.º. 8.2.2). Esta afirmação pode ser confirmada com a seguinte declaração:

(...) Estas cheias são as que vivenciamos embora os nossos avós tenham nos informados que há muito tempo houve cheias de grande magnitude (Participante do grupo de discussão em Chilembene, Chókwè, 07 de Dezembro de 2020).

Quadro. no. 8.2.2. de Cheias que ocorreram no distrito de Chókwè

Ord.	Anos de ocorrência	Altura das Cheias	Caudal: Q = m ³ /seg	Estação
1	1955	8.01	-	Chókwè
2	1958	7.88	5205	
3	1966	7.2	3914	
4	1967	7.42	4212	
5	1971	6.6	3176	
6	1972	8.1	5454	
7	1975	8.09	5174	
8	1976	6	2403	
9	1977	8.47	5822	
10	1978	7.18	3823	
11	1981	7.63	4163	
12	1985	5.48	1941	
13	1988	6.6	2844	
14	2000	10.24	9214	
15	2013	9.54	6686	

Fonte: DNA, 1988; GM (2000) e ARA - Sul (2013)

Analisando o Quadro. n.º. 8.2.2. sobre cheias que ocorreram no distrito de Chókwè, facilmente chega-se a conclusão de que as cheias no distrito de Chókwè não são um assunto recente, e para DNA (2013) diversos factores contribuem para a vulnerabilidade, principalmente as precipitações intensas à montante, a hipsometria do território, com extensas planícies pouco elevadas em relação aos rios que as atravessam, os elevados caudais de cheias provenientes dos países vizinhos, em bacias hidrográficas partilhadas, e as alterações do coberto vegetal e do uso do solo.

Para o mesmo autor as cheias/inundações também têm impactos na estrutura social das comunidades afectadas, nomeadamente perdas de familiares, elevado número de pessoas deslocadas e que posteriormente parte delas são reassentadas em novos locais considerados seguras, destruição total/parcial das habitações, comunicações, interrupção de serviços públicos diversos, como os de energia, saúde, educação, e perdas de bens e investimentos pessoais, entre outros. Relativamente aos impactos em infra-estruturas, praticamente todas as cheias acabam

tendo um certo nível de impacto sendo as mais afectadas as estradas e pontes, linhas férreas e estruturas hidráulicas de atravessamento de linhas de drenagem, diques, pequenas barragens, regadios e seus equipamentos, estações hidrométricas, e edifícios públicos e privados.

As cheias de 2013 que afectaram o distrito de Chókwè além de alterarem/interromperem a vida normal das pessoas também resultaram em perdas de vidas humanas e materiais, conforme apresenta o quadro nº. 8.2.3, a seguir:

Quadro no. 8.2.3. Impacto das cheias de 2013 no distrito de Chókwè

P.A do distrito de Chókwè	Óbitos	Feridos	Casas			Salas de aulas	Uni. San.	Latrin as Dest.	Arm azéns	Barr acas	Casas de culto
			Parc. Des.	Total des.	Inunda das						
Cidade de Chókwè	9	0	5.386	1.384	11.963	0	3	12.967	19	1.872	59
P.A.Lionde	0	0	3.951	857	7.281	8	3	9.295	5	852	27
P.A.Macarretane	6	0	1.195	527	4.927	15	2	4.321	3	589	19
P.A. Chilembene	1	0	2.749	729	8.517	20	6	10.113	8	984	35
Total	16	0	13.281	3.497	32.688	43	14	36.696	35	4.297	140

Fonte: Governo do distrito de Chókwè (2013)

Em termos de prejuízos que causam à economia nacional, as cheias de 2000 provocaram perdas tão elevadas que o PIB se reduziu nos dois anos seguintes. No ano de 2013, o Governo de Moçambique estimou os custos de reposição dos prejuízos em 322 milhões de USD, o equivalente a 4% do PIB. Em 2015/2016 Moçambique foi novamente atingido por fortes chuvas, ventos e inundações nas regiões Centro e Norte, onde o custo dos danos causados foi estimado em cerca de US \$384 milhões, ou 2,4 por cento do PIB (DNA, 2013 e MANJORO, ROSSE e FERREIRA, 2020).

Os impactos das cheias em 2013 obrigaram a uma revisão profunda do PES que já havia sido aprovado. Estudos diversos mostram que os eventos de cheia causam em média uma redução anual no Produto Interno Bruto de cerca de 0,5 pontos percentuais em Moçambique. Para além disto, as cheias causam prejuízos económicos indirectos ao reduzir o comércio e o desenvolvimento de outras actividades económicas (DNA, 2013).

A forma genérica com que são apresentados os dados sobre impacto das cheias por DNA (2013) Governo do distrito de Chókwè (2013), Manjoro, Rosse e Ferreira, (2020) entre outros autores invisibiliza a especificidade dos efeitos da tragédia para grupos de indivíduos vulneráveis como é o caso das mulheres e crianças refugiados ambientais no distrito de Chókwè. O que é preocupante

ainda segundo Fragoso, Gehlen & Silva (2012) é a falta de atenção por parte das autoridades e a carência de estudos que reconheçam as diferenças de género em relação às situações de desastres naturais, pois que não é considerada pelas instituições e órgãos competentes do Estado a dimensão de género nos registos sobre os impactos negativos dos desastres naturais, o que torna mais difícil visibilizar as situações de riscos vivenciadas pelas mulheres muito menos planificar e implementar políticas públicas que possam, minimamente, atenuar sua exposição aos desastres.

8.3. Percepções de risco de cheias no Distrito de Chókwè

A percepção de risco constitui a forma como os não especialistas (leigos) pensam no risco, referindo-se à avaliação subjectiva do grau de ameaça potencial de um determinado acontecimento ou actividades (LIMA, 2005).

Para o mesmo autor as pessoas leigas ou público geral, por vezes, têm um défice de informação sobre os riscos/perigos/ameaças iminentes, porém, a sua conceptualização básica de risco pode ser muito mais rica que a dos especialistas e reflecte preocupações legítimas que são frequentemente omitidas pelas avaliações de risco feitas pelos técnicos.

Recuperando a abordagem de Tavares et al. (2011) e Moura (2011) quando afirmam que a relação entre a percepção de risco, a tomada de decisão e a adopção de estratégias de mitigação não é directa, uma vez que, é condicionada pelas crenças fatalista diante de situações de risco ou de catástrofe, experiências pessoais ou colectivas ao evento, a comunicação, nível de conhecimento ou de acesso à informação e as expectativas futuras.

Nas cheias de 2000 havia pouca informação ao nível da comunidade sobre cheias de grande magnitude, nem as autoridades comunitárias falavam tanto sobre cheias o quanto falam agora (Participante do grupo de discussão em Conhane, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020).

Quando a água ultrapassou a estrada principal (Estrada Nacional no.205) ficamos sem saber para onde ir (...) neste cerco criado pela água muitos irmãos foram arrastadas pela água. (Participante do grupo de discussão em Lionde, Chókwè, 11 de Dezembro de 2020).

Os meus pais informaram-me que esta aldeia surgiu após as cheias de 1977, pois antes disso eles viviam nas terras próximas ao Rio Limpopo onde hoje são as nossas machambas, é por isso que demoramos sair daqui, pois julgávamos que este local não seria afectado (Participante do grupo de discussão em Matuba, Chókwè, 16 de Dezembro de 2020).

Devido à problemas de transporte relacionados com a carência ou falta de condições alguns irmãos foram arrastadas à caminho dos centros de trânsito/reassentamento (Participante do grupo de discussão em Conhane, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020).

As cheias aqui na nossa comunidade são provocadas pela água que sai do rio Limpopo. (...) O seu poder destrutivo é conhecido por todos, desde a destruição dos bens materiais até à morte de nossos familiares e vizinhos (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020).

As nossas crianças também têm conhecimento sobre as causas das cheias e o seu impacto só não podem explicar da mesma forma que estamos a expor, pois eles ainda são novos. Caso queira confirmar pergunta se não perderam algum brinquedo, uniforme, ou caderno decorrente delas e terá a resposta (Participante do grupo de discussão em Hókwè, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020)?

Estas cheias geralmente acontecem no período chuvoso, precisamente nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março (Participante do grupo de discussão em Chiguidela, Chókwè, 14 de Dezembro de 2020).

As experiências narradas pelos participantes dos grupos de discussão de diferentes comunidades que fazem parte da área de estudo, além de mostrarem a conceptualização básica de risco com base em imagens e crenças e em alguma experiência anterior, como por exemplo, o conhecimento de desastres anteriores e a relação com informações sobre a probabilidade de um evento natural ocorrer, experiências pessoais ou colectivas ao evento, a comunicação, nível de conhecimento ou de acesso à informação conforme já havia sido abordado por Tavares et al. (2011) e Moura (2011) e relatado por Amaral (2018) na sua tese de Doutoramento sobre “Mudanças ambientais, percepções de risco e estratégia de adaptação aos eventos extremos em moçambique: estudo de caso em Machanga” também deixam evidente que antes de 2000 e 2013 não houve ocorrência de cheias de grande magnitude, daí que há mudanças notáveis quanto à periodicidade de ocorrência de cheias assim como o nível de destruição.

Tendo em conta a compilação, análise e interpretação dos diferentes depoimentos dos participantes dos grupos de discussão, constituem principais causas de mortes e perda de bens devido as cheias no Distrito de Chókwè os seguintes: Inexistência de comités, desconhecimento das rotas de evacuação (nas cheias de 2000), a saída tardia, permanência na áreas de risco e falta de transporte.

Inexistência de uma entidade vocacionada a redução de riscos de desastres nas comunidades

Nas cheias de 2013 tínhamos informação regular sobre o estágio do caudal do Rio Limpopo a partir das autoridades locais e dos comités, mas em 2000 todos incluindo os líderes estávamos na escuridão, pois ninguém tinha informação sobre o que se estava a passar (Participante do grupo de discussão em Macarretane, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020)

Para os participantes dos grupos de discussão este motivo influenciou na perda de vida e de bens nas cheias de 2000 no Distrito de Chókwè, na medida em que:

- Na sua comunidade/distrito antes das cheias de 2000 não existia entidade ou grupo de pessoas que informassem aos membros da comunidade sobre a ocorrência de cheias (desde o alerta e como agir perante as cheias), razão pela qual a maioria da população abandonou as áreas de riscos no momento da chegada da água nas suas residências, o que fez com que a população não tivesse tempo suficiente para retirar os seus bens, muito menos chegar às áreas seguras; e
- Não havendo alguém responsável em divulgar informações referentes a cheias a nível comunitário, a informação difundida não chegava a toda população ou se chegasse era ignorada pela população.

Desconhecimento das rotas de evacuação

Quando vimos que a água já havia galgado a estrada velha, corremos em direcção à Linha férrea e após aproximadamente 20 minutos de caminhada percebemos já estávamos cercado pela água, (Participante do grupo de discussão em Lionde, Chókwè, 11 de Dezembro de 2020).

Influenciou na medida em que a população pensou que, quanto mais afastado estiver do rio Limpopo seria a solução, facto que fez com que a maioria da população fosse cercada pela água das cheias, e não lhe restando outras opções para além de refugiar-se no tecto das casas ou nas árvores.

Saída tardia

Ninguém pensava que teríamos cheias daquela magnitude e num curto espaço de tempo, mesmo o Governo (...)

As lembranças das cheias de 1977 contribuíram bastante para haver perdas de bens e de vidas, pois a maioria afirmava que não podia se retirar porque mesmo as cheias daquele ano só havia afectado as machambas e as residências próximas ao Rio Limpopo (Participante do grupo de discussão em Lionde, Chókwè, 11 de Dezembro de 2020).

A saída tardia das áreas propensas à cheias (áreas de risco) influenciou nas mortes e perda de bens devido a aspectos como:

- Não se acreditava que haveria cheias, que pudessem causar óbitos, embora tenham sido avisados (2000);
- Não se acreditava nas informações que lhes eram dado pelo comité, uma vez que para a maioria dos membros da comunidade em pouco tempo (2000 a 2013) não seria possível ocorrer dois eventos naturais calamitosos;
- As pessoas não acreditavam que as cheias pudessem chegar nas suas residências, uma vez que tinham como referencia os eventos anteriores que a água não atingiu a sua actual área residencial (sobretudo as cheias de 1977 para as cheias de 2000);
- Por outro lado, eles não esperavam a ocorrência de cheias de grande dimensão naquele intervalo de tempo (1977-2000 e 2000-2013), porém num intervalo de 25-50 anos;
- Devido a problemas de Comunicação, uma vez que a informação sobre a retirada da população na área de risco chegou tarde e não havia meios para a difusão da informação; e
- Um dos factores que contribuiu para a perda de muitos bens da comunidade em 2013 foi o rombo de Machiana¹³, onde a água deixou de seguir o seu percurso normal e como a população controlava o caudal do rio Limpopo e este não demonstrava tanta preocupação, razão pela qual a comunidade descreditava nas informações difundidas pelos líderes comunitários (nas cheias de 2013) da vinda da água.

Permanência na área de risco

Constitui como causa para a perda de vida humanas e de bens, na medida em que, uma parte da população não saiu porque tinha medo que alguém ficasse a furtar seus bens (móvel, gado, aves, etc.). O depoimento a seguir apresentado é prova disso:

Aqui há pessoas que quando há cheias não saem para as áreas seguras, pois têm nas cheias uma oportunidade para saquear os bens dos outros. (...)

Falta de Transporte

Tem contribuído para maior morte e perda de bens, uma vez que não havia transporte suficiente para retirar a população e os seus bens, ainda que existisse o preço era especulado (distâncias que no período normal pagava-se 15/25mts chegou-se a pagar 200 a 500 Mts).

¹³ Local onde a água provocou um rombo e resultou nas cheias de 2013 que afectaram o distrito de Chókwè.

Senhor!! Mesmo que você queira sair para Mapapa ou Chiaquelane com a ausência de fiscalização há aproveitamento das pessoas que têm viaturas, pois cobram valores muito altos que equivalem à uma viagem para locais distantes (Participante do grupo de discussão em Conhane, Chókwè, 18 de Dezembro de 2020).

Dos 05 motivos responsáveis pelas mortes e perda de bens decorrente das cheias no distrito de Chókwè, os participantes dos grupos de discussão, referem que, a saída tardia, foi a principal causa de Mortes e perda de Bens nas cheias de 2000 e 2013.

8.4. Locais de risco e de refúgios visitados e formas/meios de transporte usados

Moçambique tem sido fustigado por inúmeras ocorrências, destacando-se as de origem natural, o que resultou na movimentação sistemática das populações de locais que ofereciam grandes riscos para outros de menor risco. Desse modo, os desastres respondem por uma parte significativa da mobilidade populacional, estabelecendo uma proporção de responsabilidade na ocorrência de desastres ligados à saúde pública, ordenamento urbano e rural, etc. (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018).

Para Kerkhof (2016) a ocorrência de eventos perigosos para as comunidades locais e seus meios de subsistência, é notória a mobilidade da população das áreas inseguras/risco em direcção às áreas seguras, onde há falta de condições básicas de vida (vide o Quadro nº. 8.4.1).

Para as comunidades seleccionadas para o presente trabalho constituem áreas de riscos e seguras no distrito de Chókwè as seguintes:

Quadro nº. 8.4.1. sobre Áreas de risco e de refúgio segundo as informacoes dos Grupos de discussão

Ord.	Grupos de discussão	Áreas Seguras (de Refúgio)
1	Macarretane	Chinhacanine
2	Matuba	Chinhacanine e no cemitério (Magwavini), o ponto mais elevado
3	Lionde	Hókwè; Mapapa; Mazivila, Dzimbene; Chiaquelane e Macia
4	Conhane	
5	Chilembene	
6	Chiguidela	Hókwè; Mapapa; Matsolo e Chiaquelane

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados

Na minha casa nem bicicleta tenho, (...) a única forma que tenho usado para sair das áreas inseguras para as seguras é caminhado (Chilembene, Chókwè, 07 de Dezembro de 2020).

À respeito do(a)s formas/meios de transporte usados para se deslocarem das áreas de risco para as de refúgio nas cheias de 1977, 2000 e 2013, os participantes dos grupos de discussão afirmaram que usaram a tração animal (burro ou gado bovino); Bicicleta; Carro; e Helicóptero (este último usado nas cheias de 2000 a quando do resgate das pessoas pela Força aérea da África do Sul), sendo os deslocamentos à pé a que constituem a forma com que os membros da comunidade mais usam para o refúgio.

8. 5. Centros de acolhimento temporário e Impacto das Cheias

Os depoimentos dos participantes dos Grupos de discussão de Macarretane, Lionde, Conhane, Hókwè, Chilebene, Chiguidela, Mapapa e Chiaquelane afirmaram que conhecem e já estiveram abrigados nos centros de acolhimento temporário, excepto os membros da comunidade de Matuba. Segundo eles, trata-se de lugares com as seguintes características:

- Trata-se de um lugar com um aglomerado de pessoas, onde mulheres, homens e crianças partilham o mesmo espaço;
- Devido ao número elevado de pessoas e com escassez de água, verifica-se problemas sérios de higiene e saneamento e facilmente eclodem doenças como cólera e malária, que têm causado mortes aos refugiados e a população local;
- Tendo em conta a incapacidade do Governo e dos seus parceiros em disponibilizar tendas para abrigar todos refugiados, algumas pessoas vivem em baixo das árvores (cajueiro, canhoeiro, mafurreiras, entres outras), incorrendo o risco de molhar com a chuva (vide a imagem 8.5.3);
- Uma vez perdidos os seus mantimentos e utensílios, o governo de Moçambique, ONGs, sociedade Civil e organizações humanitárias fazem doações de comida, roupa, utensílios entre outras coisas (vide as imagens n^{os}. 8.5.1. e 8.5.2 da Deutsche Welle- Empresa pública de radiodifusão da Alemanha); e
- Estas doações são maioritariamente geridas por homens.

Imagem nº. 8.5.1. Refugiados ambientais aguardando doações no Centro de acolhimento temporário/reassentamento em Chiaquelane



Imagem nº. 8.5.2. Depósito de alimentos para doações no Centro de acolhimento temporário/reassentamento em Chiaquelane



Fonte: Disponíveis em <<https://www.dw.com/pt-002/mo%3%A7ambique-cheias-desalojam-milhares-de-fam%3ADdias-em-gaza/a-56516120>> acesso no dia 09.02.2021

Imagem no. 8.5.3. Exemplo de abrigo improvisado no Centro de acolhimento temporário/reassentamento em Chiaquelane



Fonte: Disponíveis em <<https://www.dw.com/pt-002/mo%3%A7ambique-cheias-desalojam-milhares-de-fam%3ADdias-em-gaza/a-56516120>> acesso no dia 09.02.2021

Aqui não há crianças para não falarmos dessa questão que tanto nos apoqueta, as mesmas árvores de mafurreira e cajueiro que servem de abrigo para refugiados, na calada da noite são locais para algumas mulheres se prostituírem para terem dinheiro para comprar comida para alimentar os seus dependentes (Participante do Grupo de discussão, Chiaquelane, Chókwè, 21 de Dezembro de 2020).

Eu vivi essa triste realidade em Chiaquelane nas cheias de 2013, onde mães solteiras e adolescentes que partilham connosco as tendas saiam de noite para envolverem com homens a troco de dinheiro ou alimentação (Participante do Grupo de discussão, Lionde, Chókwè, 15 de Dezembro de 2020)

A descrição apresentada pelos participantes de entrevistas na forma de grupos de discussão, assim como as duas transcrições de entrevistas acima apresentadas à respeito dos centros de acomodação temporários, mostram que a sua precariedade aliada às fracas condições socioeconómicas da mulher chefe de agregado familiar além de resultarem no acesso limitado aos serviços de saúde, o que contribuem para aumentar o número de doenças entre mulheres, o índice de abortos e a mortalidade materna e infantil, devido a carência na alimentação a mulher chefe de agregado familiar sofre assédio sexual e expõe-se à prostituição, pois a ajuda que é prestada aos afectados pelas cheias é na sua maioria gerida e controlada por homens, excluindo-se assim as mulheres, suas necessidades, competências e experiências para contribuir com essas actividades, o que podia minimizar a exposição ora referida.

8.6. Participação comunitária no processo de redução de riscos de desastres naturais

De acordo com as entrevistas concedidas pelo Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura e da representante da Cruz Vermelha de Moçambique-Delegação Provincial de Gaza, as comunidades no distrito de Chókwè participam no processo de redução de riscos de desastres naturais através dos comités Locais de Gestão de riscos de calamidades-CLGRC (Chókwè, 15 de Dezembro de 2020) (vide a Imagem nº. 8.6.1.)

Imagem no. 8.6.1. Membros do Comité Local de Gestão de Riscos de Calamidade de Chiguidela



Fonte: Cruz Vermelha de Moçambique, 04 de Maio de 2015.

Para Artur & Maia (2008) e Guerrero, & Zelada, (2009) o CLGRC é um grupo de pessoas (de 12 a 18 pessoas) voluntárias da mesma comunidade, com responsabilidades bem definidas de, identificar e reduzir as vulnerabilidades e aumentar as capacidades e contenção da sua área de

residência face a fenómenos que podem criar calamidades, envolvendo os líderes e as autoridades locais (distritais e comunitárias).

Ainda que as tarefas dos membros dos CLGRC expostas no Quadro n.º 8.6.1, mostrem envolvimento activo das comunidades na RRD, para as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças das comunidades do distrito, a sua participação no processo de redução de riscos de desastres naturais é passiva, pois elas são apenas receptora das informações difundidas pelos líderes comunitários “Quando somos comunicados sobre ventos fortes e cheias ficamos em casa ou dirigimo-nos nos centros de reassentamento ou acolhimento” (Chókwè, Dezembro de 2020). Ademais, o mesmo grupo questionado sobre a fase em que participa no processo de redução de riscos de desastres naturais, afirmou que das três etapas de RRDN (Prevenção, Mitigação e Resposta) o grupo participa na fase de mitigação, onde à luz do n.º 2., do artigo 20, da Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto, sobre Gestão e Redução do Risco de Desastres, prevê que “A mitigação impõe a adopção e aplicação de medidas ou acções que visam impedir ou reduzir o impacto de desastres.”

Como forma de contrapor esta passividade deve haver mais envolvimento das mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças no processo de tomada de decisão. Para Valá (1998) e Macucule (2006) este envolvimento será um processo segundo o qual os membros duma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise de problemas, propõe soluções, mobilização de recurso e realização de intervenções de desenvolvimento. Constituirá ainda um processo educativo no qual os participantes aumentam os seus conhecimentos e compreensão de vários factores que afectam as suas comunidades, melhorando qualitativamente a sua intervenção na resolução de assuntos que lhes dizem respeito, em função dos seus interesses e aspirações. A participação entendida desta forma permite o aproveitamento pleno do capital social existente no seio da comunidade, através das suas práticas e a identificação de mecanismos concretos locais para solução dos problemas.

8.7. Resposta local à desastres naturais

8.7.1. O Papel das Instituições do Estado e das Organizações da Sociedade Civil, Agências Humanitárias Internacionais e sua actuação na protecção da mulher e criança e redução de riscos de desastres

A RRDN que por sinal é uma área multisectorial, para a sua materialização esforços devem serem partilhados entre actores, é dentro deste espírito que Kerkhof (2016) afirma que desde 2008 a Organização Internacional para as Migrações juntamente com o então INGC actual INGD têm

vindo a implementar medidas de Redução de diferentes do Riscos de Desastres e programas de Adaptação às Alterações Climáticas.

Os debates sobre o aquecimento global da terra, mudanças climáticas e os desastres naturais que se tornam cada vez mais violentos alertam à todos países para a necessidade de adopção de acções concretas com vista a responder a este desafio. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida como UNFCCC, os Marcos de Acção de Hyogo, Sendai o Protocolo de Quioto são instrumentos internacionais de resposta às mudanças climáticas (MICOA, 2005 e UNISDR, 2015).

Para MICOA (2005) a resposta às mudanças climáticas está assente em dois tipos de abordagem, nomeadamente, *medidas de mitigação e medidas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas*.

As **medidas de mitigação** estão intimamente ligadas a redução e/ou prevenção de emissão pelo ser humano de poluentes que intensificam o efeito de estufa na atmosfera e procuram lidar com as causas das mudanças climáticas e influenciar o ritmo e magnitude das mudanças, ao passo que as **medidas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas**, partem do pressuposto que, mesmo que esta redução ocorra, os efeitos das mudanças climáticas continuarão a fazer-se sentir em diversos locais por muitos anos, dado o longo período de vida de alguns GEE, daí a necessidade de medidas com vista a fortalecer a capacidade adaptativa das pessoas, ecossistemas e regiões às transformações que vêm ocorrendo de forma a minimizar o seu efeito. Adaptação refere-se ao ajustamento pelo qual a natureza e os seres vivos, incluindo os humanos desenvolvem num meio ambiente em transformação (MICOA, 2005).

De acordo com os depoimentos dos participantes de entrevistas semi-estruturadas, nomeadamente o Director dos Serviços de Distritais de Planeamento e Infraestrutura e dos representantes da Cruz Vermelha de Moçambique-Delegação Provincial de Gaza e da Caritas de Moçambique, as comunidades constituem os principais parceiros para o processo de redução de riscos de desastres no Distrito de Chókwè, através do seu envolvimento nas actividades de identificação de problemas, recursos existentes e soluções para as suas comunidades, retenção das pessoas em locais de acomodação ou reassentamento.

No processo de construção de casas para o reassentamento, a Caritas apenas facilitou no processo de construção, isto é, com base naquilo que as comunidades dispõem a caritas apenas acrescenta o material que não é possível obter localmente. (...) Outra forma de participação pode ser vista, quando uma comunidade carece de um sistema de abastecimento de água multifuncional (abeberamento do gado, consumo humano, e

irrigação nas machambas), as Caritas promovem um encontro e por via disso a comunidade indica o local ideal para a abertura do tal sistema (Ernesto Vasco Dimande Oficial de Monitoria e Avaliação dos Programas da Caritas na Região de Chókwè, Chókwè, 01 de Dezembro de 2020).

Apesar daquelas afirmações, os depoimentos dos participantes dos grupos de discussão mostram que sua participação no RRD, bem como o conhecimento das entidades de protecção à mulher e crianças vítimas de desastres naturais e suas actividades ainda é incipiente, visto que nem todas as comunidades conhecem o papel que aquelas instituições desempenham no processo e se conhecem é apenas como fornecedores de doações após a ocorrências cheias à pessoas afectadas (Vide os Quadros nº. 8.7.1.1. e 8.7.1.2).

Este facto foi comprovado com a imagem nº. 8.7.1.1 a seguir apresentada, onde a maioria dos participantes afirmaram que haviam recebido máscaras da ONU Mulheres, entretanto desconheciam a missão dessa instituição.

Imagem nº. 8.7.1.1. Mulher com Máscara oferecida pela ONU Mulher



Fonte: (Autor, Lionde, Chókwè, 09 de Dezembro de 2020)

Outro aspecto não menos importante é o facto de desde as cheias de 2013 que afectaram as suas comunidades nenhum técnico das entidades que actuam na RRD assim como mulher chefe de agregado familiar e suas crianças terem sido formados ou capacitados em matéria de protecção às mulheres chefes de agregados familiares e crianças em situação de cheias, ciclones ou seca.

Não há motivos para mentir à cerca disso, eu confirmo que na nossa comunidade temos um grupo de pessoas que foi escolhido aqui no Centro e formado em matérias de desastres naturais, mas uma formação direccionada

apenas à mulher chefe de agregado familiar ou à crianças vulneráveis essa nunca aconteceu, talvez venha a ter lugar, mas até então ainda (Participante do grupo de discussão em Chilembene, Chókwè, 16 de Dezembro de 2020).

Os Serviços têm um *focal point* em RRD, mas este não têm nenhuma formação orientada à mulher chefe de agregado familiar e crianças (Mário Valentim Nhamossa, Director de Serviço de Planeamento e Infra-Estruturas no distrito de Chókwè, Chókwè, 15 de Dezembro de 2020).

Quadro nº.8.7.1.1. Sobre Experiência com as entidades responsáveis pela protecção da mulher e criança e redução de riscos de desastres

Grupos de Discussão por Comunidade	Experiência com as entidades responsáveis pela protecção da mulher e criança e redução de riscos de desastres
Lionde	<ul style="list-style-type: none"> • Não temos conhecimento da existência dos Comitês Locais de Gestão de Calamidades, as mensagens sobre ocorrência de ventos fortes, cheias ouvimos através da liderança local nos centros. • A única instituição que conhecemos é a Cruz Vermelha de Moçambique, uma vez que, após as cheias de 2000 e 2013 fez doações nos centros de acomodação.
Matuba	
Hókwè	
Chiaquelane	
Conhane	
Mapapa	
Macarretane	A CVM tem difundido informação sobre água e saneamento do meio e nutrição.
Chiguidela	Em Chiguidela, Chilembene, Massavasse afirmaram que tinha um comité que somente dá alerta sobre a ocorrência de eventos naturais.
Chilembene	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados

A ausência de uma formação ou capacitação específica em matéria de redução de riscos de desastres nas mulheres chefes de agregados familiares e crianças vulneráveis à cheias e nos técnicos de diferentes entidades que lidam com o assunto no Distrito de Chókwè perpetuará segundo Fragoso; Gehlen; & Silva (2012) a generalização dos dados e informações quanto à destruição de habitações, pessoas desabrigadas e desalojadas, número de feridos e óbitos, aumento de doenças, acesso a alimentação sem se considerar o recorte de género nas consequências e sequências dos desastres.

De acordo com o mesmo autor desconsiderar-se-á também que para além das cheias em si existem outras variáveis sociais a serem levadas em conta como a etnia, a classe social e o género, pois estas variáveis nos permitem perceber que a distribuição dos indivíduos na estrutura social influencia a intensidade dos impactos sobre as suas vidas trazendo à tona o papel da vulnerabilidade social perante as análises desse fenómeno.

Neste contexto também será oculto que os impactos de desastres que afectam o núcleo familiar devido a destruição da habitação em desastres causados por cheias são sentidos fundamentalmente pelas mulheres, pois a casa representa, entre outras coisas, o espaço de reconhecimento social da

posição assumida pelas mães na estrutura social. Este fenómeno retratado desta forma, se justifica a necessidade de aprofundamentos e de pesquisas na região que apontem com precisão a realidade dos desastres naturais considerando as especificidades da condição feminina diante desses eventos e que contribuam para a incorporação de políticas públicas que venham atender as necessidades de todos e em especial mulheres chefes de agregados familiares e crianças (SIENA & VALÊNCIO, 2009).

9. Conclusão

Nesta parte da dissertação serão apresentadas as conclusões da pesquisa cujo foco era avaliar a situação das mulheres e crianças como refugiadas ambientais no Distrito do Chókwè.

Importa salientar que as questões que nortearam o trabalho cingiram-se na definição do perfil das mulheres chefes de agregados familiares e refugiadas ambientais no Distrito de Chókwè; avaliação da incidência dos deslocamentos internos das mulheres e crianças do Distrito em estudo; e análise do grau de vulnerabilidade das mulheres e crianças em contexto de desastres naturais no Distrito do Chókwè.

Em relação ao perfil das mulheres chefes de agregados familiares e refugiadas ambientais no Distrito de Chókwè, o estudo constatou que não obstante a frequência escolar ser baixa igualmente não têm nenhuma formação profissional; a habitação é precária; a maioria despõe de um telefone celular e mesmo as que não despõem têm acesso à informação através dos vizinhos; além de terem na agricultura como actividade predominante, as mesmas têm dependência total daquela actividade, pois além de ser actividade que garante o sustento também é tida como de geração de renda; e todas apresentam uma situação socioeconómica vulnerável.

Ao que se relaciona com a incidência dos deslocamentos internos das mulheres e crianças do Distrito em estudo, é de destacar que a falta de formação profissional e a dependência total da agricultura para o reassentamento da mulher chefe de agregado familiar e consequente redução de riscos de desastres, não se pode olhar apenas a segurança do espaço (que não é afectado pelas inundações), mas também a forma como a mulher chefe de agregado familiar produz o sustento para si e para os seus dependentes, pois a sua mudança de residência para locais seguros poderá significar a diversificação agrícola/rural dos seus meios de subsistência e obter novas habilidades. As fracas condições socioeconómicas daquele grupo além de resultarem no acesso limitado aos serviços de saúde, o que contribui para aumentar o número de doenças e consequente perdas de vida, devido a carência na alimentação a mulher chefe de agregado familiar sofre assédio sexual e expõe-se à prostituição, pois a ajuda que é prestada aos afectados pelas cheias é na sua maioria gerida e controlada por homens, excluindo-se assim as mulheres, suas necessidades, competências e experiências para contribuir com essas actividades, o que podia minimizar a exposição ora referida sobretudo nos Centros de acolhimento temporário.

A participação da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças no processo de redução de riscos de desastres naturais é passiva, pois elas são apenas receptoras das informações difundidas

pelos líderes comunitários, daí que há necessidade de fortalecer medidas não estruturais de modo a tornar a mulher chefe de agregado familiar e crianças como actores activos na RRD no distrito de Chókwè.

No final percebeu-se que devido ao seu perfil e pelo facto da mulher chefe de agregado familiar e suas crianças (a decisão da mobilidade destes últimos depende das suas progenitoras) apresentarem uma mobilidade restrita e empregos sazonais mal remunerados, entre outras, esta continuará a ser a que mais sofre em decorrência de desastres naturais, daí que é urgente e pontual reforçar as medidas estruturais e não-estruturais de preparação daquele grupo alvo, infraestruturas, para de forma eficiente e eficaz reduzirem os riscos de cheias, uma vez que esses eventos não podem ser evitados, porém pode haver uma melhor adaptação às suas ocorrências, minimizando os impactos causados por sua passagem por regiões susceptíveis a elas.

Outro aspecto não menos importante é a generalização não só dos dados e informações sobre impactos dos desastres naturais que constam nos relatórios dos diferentes actores responsáveis pela RRD no distrito de Chókwè, bem como a actuação dos diferentes actores no RRD o que de certa forma oculta que os impactos de desastres são sentidos fundamentalmente pelas mulheres chefes de agregados familiares, pelo que há necessidade de aprofundamento de pesquisas no Distrito que apontem com precisão a realidade dos efeitos das cheias considerando as especificidades da condição feminina diante desse evento e que contribuam para a incorporação de políticas públicas que venham atender as necessidades de todos e em especial mulheres chefes de agregados familiares e crianças.

10. Referências Bibliográficas

1. ABBAS, M. 2018. **Chókwè: efeitos locais de políticas instáveis, erráticas e contraditórias.** OBSERVADOR RURAL. Disponível em <<https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-62.pdf>> acesso Março de 2021.
2. ABDULA, A. & TAELA, K. 2005. **Avaliação das capacidades de gestão do risco de desastres.** Maputo. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
3. ALISSON, E. 2012. **Mulheres são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas globais.** São Paulo. Agência FAPESP. Disponível em <<http://agencia.fapesp.br/mulheres-sao-mais-vulneraveisaos-impactos-das-mudancas-climaticas-globais/16146/>>, acesso em ago. de 2018.
4. ALVES, A. Refúgio e Soberania Estatal: “Refugiados Ambientais”. In: JUBILUT, L. et al. Refugiados Ambientais. Boa Vista: Editora da UFRR. 2018.
5. AMARAL, Giverage. **Mudanças ambientais, percepções de risco e estratégia de adaptação aos eventos extremos em Moçambique: Estudo de caso em Machanga.** 2018. 222f. Tese (Doutorado em Ambiente e sociedade na área de concentração “Aspectos sociais de sustentabilidade e conservação”) Curso de Pós Graduação em Ambiente e sociedade, Universidade Estadual de Campinas, 2018.
6. AMARAL, R. SANTORO, J. TOMINAGA, L. 2009. **Desastres naturais: conhecer para prevenir.** São Paulo: Instituto Geológico.
7. ARA-Sul. 2013. **Relatório da época Chuvosa 2012-13 - Evolução Hidrológica.** Maputo.
8. ARAÚJO, M. 2003. **Os Espaços Urbanos em Moçambique.** Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, 165- 182pp.
9. ARTUR L. & MAIA, R. 2008. **Ensino de gestão de risco de Calamidades: Manual do Professor.** Maputo: INGC.
10. ARTUR, L. e HILHORST, D. 2011. **Everyday realities of climate change adaptation in Mozambique.** Elsevier.
11. BERTONI, J; TUCCI, C. 2003. **Inundações urbanas na América do Sul. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.** Disponível em <<http://www.cepal.org/samtac/noticias/documentosdetrabajo/5/23335/inbr02803.pdf>> Acesso em: Abril 2021.
12. Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional e Fundação Oswaldo Cruz. 2009. **Mudanças climáticas, migrações e saúde: Cenários para o Nordeste Brasileiro, 2000-2050.** Belo Horizonte, CEDEPLAR/FICRUZ, Julho de 2008. Disponível em <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Cedeplar_Sumario_Executivo.pdf> acesso em Junho de 2020.
13. Centro Internacional de Formação. 2012. **O planeamento estratégico: eixo central de uma política de desenvolvimento local sustentável.** Unidade 3.
14. Centro internacional de formação. 2012. **O risco de desastres: origem, avaliação, redução e prevenção no quadro do desenvolvimento local sustentável.** Unidade 2. Cooperação Humanitária do Governo e do Povo do Brasil.
15. Centro Internacional de Formação. 2012. **Os processos de globalização, descentralização e desenvolvimento local face ao impacto dos desastres no território.** Unidade 1.
16. CLARO, C. 2018. **O Conceito de “Refugiado Ambiental”.** In: JUBILUT, L. et al. Refugiados Ambientais. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima.
17. Conselho de Ministros. 2017. **Plano Director para a redução do risco de desastres 2017-2030.** Maputo.

18. Conselho de Ministros. 2017. **Plano Director para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030**. Maputo.
19. CONSULTEC & SALOMON. 2013. **Avaliação da situação hidrológica e hidráulica das cheias 1977-2013**. Maputo.
20. CHRISTIE, F. e HANLON, J. 2001. **Mozambique and the Great Flood of 2000**. Long House Publications, London.
21. De CASTRO, F. 2011. **Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades**. Disponível em <https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo30_31/Eixo2_5> acesso Março de 2021.
22. Direcção Nacional de Águas. 1988. **Relatório: Cheia do rio Limpopo Fevereiro – Março 1988**. Maputo: DNA.
23. Dos Santos, M. et al. 2010. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf>> acesso Março de 2021.
24. FEIJÓ, J. **Investimentos Económicos, Assimetrias Socio-espaciais e Movimentos Migratórios** In: AGY, A. et al. **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos**. Maputo: PubliFix, 2017.
25. FORTIN, M. 1999. **O processo de investigação: da concepção à realização**. Loures: Luso-ciências.
26. FRAGOSO, M. GEHLEN, V, & SILVA, T. 2012. **Condição das Mulheres Diante das Situações de Desastres Naturais**. Revista Brasileira de Geografia Física
27. FREITAS, C. et al. 2012. **Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terramoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil**. Ciência & Saúde Colectiva.
28. Food and Agriculture Organization. (2014). **Redução de Risco de Calamidades para a Segurança Alimentar e Nutricional**. FAO. Disponível em <<http://www.fao.org/3/i3775o/i3775o.pdf>> acesso Março de 2021.
29. Fundo das Nações Unidas para População. 2015. **Suplemento do Relatório sobre Situação da População Mundial 2015**. Maputo: UNFPA.
30. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR) et al. 2014. **A recuperação de cheias recorrentes 2000-2013**. Disponível em <https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/report-mocambique-recuperacao-cheias-recorrentes-2014_0.pdf> acesso Março de 2021
31. GODOI, C. 2015. **Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas. V. 55 | n. 6 | nov-dez 2015. Disponível em <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/grupo_de_discussao_como_pratica_de_pesquisa_em_estudos_organizacionais_1.pdf> acesso em Junho de 2020.
32. GONZALEZ, D. & COSTA, A. 2016. **Análise da percepção de risco e vulnerabilidade a partir dos alunos do ensino médio na vivência de Nova Friburgo RJ após desastre natural de 2011**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 9 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 187-211, dx.doi.org/10.17127/got/2016.9.009.
33. Governo de Moçambique. 2000. **Balanço Final: Apelo de Emergência face às cheias**. Maputo.
34. Governo de Moçambique. 2019. **Moçambique Ciclone Idai PDNA avaliação de necessidades pós desastre**. Maputo.

35. Governo Distrital de Chókwè. 2013. **Relatório Final sobre cheias de 23 de Janeiro.** Chókwè.
36. GUERRA, S. 2018. **Refugiados ambientais no Brasil: uma abordagem a partir do caso do Haiti.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC.
37. GUERRERO, J; & ZELADA, C. 2009. **Manual do Facilitador Local: Parte 1.** Maputo: INGC.
38. GUERRERO, et al. 2017. **Base de informação para a elaboração de políticas: Migração, ambiente e mudanças climáticas.** Disponível em <https://environmentalmigration.iom.int/sites/default/files/Assessing%20the%20Evidence_Mozambique_PT_0.pdf> acesso Março de 2021.
39. GÜNTHER, H. 2006. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>> acesso em Junho de 2020.
40. HARRIS, J. TODARO, M. **Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise de dois setores.** In: MOURA, Hélio Augusto de. **Migração interna: textos seleccionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 173-209.
41. Instituto Nacional de Estatística. 2019. **IV Recenseamento geral da população e habitação 2017: Indicadores Sociodemográficos Distritais - Província de Gaza.** Maputo: INE- Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais.
42. Instituto Nacional de Estatística. 2010. **Estatísticas do Distrito de Chókwè.** Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
43. Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, 2006. **Plano Director para a Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDGC).** Maputo.
44. Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. 2011. **Relatório de nacional de progresso da implementação da plataforma de acção de Hyogo (HYA).** Maputo.
45. Instituto Nacional de Estatística. 2019. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017.** Maputo: INE.
46. Instituto Nacional de Estatística. 2020. **Folheto Estatístico Distrital.** Maputo: INE.
47. INE, 2020. **Anuário Estatístico.** Maputo: INE.
48. International Organization for Migration (IOM). 2009. **Migration, climate change and the environment.** Geneva.
49. IWAMA, A. et al. 2016. **Risco, vulnerabilidade E adaptação às mudanças climáticas: uma abordagem interdisciplinar.** São Paulo v. XIX, n. 2. p. 95-118 n abr.-jun. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00095.pdf> acesso Março de 2021.
50. JOCOBS, C, e ALMEIDA, B. 2020. Relatório de pesquisa: **Propriedade e alterações climáticas: direitos e deslocados ambientais em Moçambique.** Van Vollenhoven Institute for Law, Governance and Society.
51. Jornal de Angola, 2017. **Mulheres vulneráveis a desastres naturais.** Disponível em <http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/mulheres_vulneraveis_a_desastres_naturais> acesso em Maio 2020.
52. JUNGLES, A. 2012. **Cartilha Prevenção de Riscos de Desastres: Oficina do Eixo Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades.**
53. KERKHOF, L. 2016. **Realocação como Estratégia de Adaptação para Inundações Recorrentes na Província de Gaza, Moçambique.** Maputo: OIM Moçambique.
54. KLEIN, M. MASSUQUETTI, A. & SPRICIGO, G. 2012. **Migrações internas: um estudo do Município de Novo Hamburgo (RS).** Ensaios Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, v. 33, n. 2 p. 603-632.

55. KNECHTEL, M. 2014. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes.
56. KOBİYAMA, M. et al. 2006. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba, PR: Editora Organic Trading.
57. KUIJPERS, A. et al. 2013. **Missão de avaliação da assistência técnica para a recuperação das cheias em Moçambique**. Maputo: MOPH e DNA.
58. LÁZARO, L. 2013. **Desastres naturais e vulnerabilidade social e institucional: caso do Petrópolis – Brasil**. São José dos Campos.
59. LEE, S. 1966. **A Theory of Migration**. *Demography*, 3(1), 47-57.
60. LICCO, E. 2013. **Vulnerabilidade social e desastres naturais: uma análise preliminar sobre petrópolis, rio de janeiro**. Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. São Paulo.
61. LIMA, M. 2005. **Percepção de Riscos Ambientais**. In L.Soczka, (Ed.), Contextos humanos e Psicologia Ambiental (203-217pp). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
62. LIVANINGO, 2020. **Relatório Refugiados Climáticos: Impacto das Mudanças Climáticas nas zonas costeiras de Moçambique**. Maputo.
63. LOBO, C. e MATOS, R. 2011. **Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos de População. v. 28, n. 1, p. 81-101, jan./jun. 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a05v28n1.pdf>> acesso Março de 2021.
64. LORENZETTI, A. 2013. **Relatório famílias hospedeiras análise social das comunidades rurais vivendo em zonas propensas aos desastres na província da Zambézia**. Maputo: Cruz Vermelha Moçambique. Disponível em <https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/familias-hospedeiras_analise-social-mozambique.pdf> acesso Março de 2021.
65. LUCHINO, M. & RIBEIRO, W. 2016. **Refugiados ambientais e a atuação do ACNUR como organismo internacional de proteção**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM.
66. MACAMO, E. 2017. **The Taming Of Fate: Approaching Risk from a Social Action Perspective Case Studies from Southern Mozambique**. Cordesria, Dakar.
67. MACHADO, O. & POLEZA, M. 2017. **Medidas estruturais e não estruturais implementadas para minimizar impactos com as inundações no Município de Itajaí**. Itajaí: Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.
68. MACUCULE, A. 2006. **Introdução à Gestão Participativa de Recursos Naturais**. Maputo: IUCN.
69. MANJORO, A. ROSSE, M. e FERREIRA, P. 2020. **Desafios de Moçambique Após os Ciclones IDAI e Kenneth**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Disponível em <<https://iep.lisboa.ucp.pt/asset/4386/file>> acesso Abril de 2021.
70. MASKREY, A. 1993. **Los desastres no son naturales**. Colómbia: LA RED: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina.
71. MEINERZ, C. 2011. **Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação**. Porto Alegre. Disponível em <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> acesso em Junho de 2021.
72. MENTZER et al. 2001. **Defining Supply Chain Management**. Journal Business Logistics, Vol.22, No. 2. Disponível em <http://www.aui.ma/personal/~A.Berrado/MGT5309/DEFINING%20SUPPLYCHAIN%20MANAGEMENT_Metzner%20et%20al.%202001.pdf> acesso Maio de 2021.
73. MINISTÉRIO DE COORDENAÇÃO PARA ACÇÃO AMBIENTAL. 2005. **Avaliação da Vulnerabilidade as Mudanças Climáticas e Estratégias de Adaptação**. Maputo: MICOA.

74. MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL. 2019. **Avaliação das Necessidades Pós Desastre (PDNA) após o ciclone tropical IDAI**. Maputo. Disponível em
<file:///C:/Users/Uem%20Dir%20RH/Downloads/PDNA%20Mozambique%20Cyclone%20Idai%20-20PostDisaster%20Needs%20Assessment_Full_Report_Portuguese%20(2).pdf>
75. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. 2005. **Perfil do Distrito de Chókwè Província de Gaza**. Maputo: MAE.
76. MONTEIRO, O & MAVUME, A. 2012. **Respondendo as mudanças climáticas em Moçambique: Tema 9: Proposta de estratégia nacional para a redução do risco de desastres e de adaptação às mudanças climáticas**. (ENARC) Maputo: INGC.
77. MONTEIRO, J. et al. 2010. **Discussão dos Desastres Naturais: Uma Contribuição para a Gestão de Áreas de Risco**. Porto Alegre.
78. MOURA, É. **Percepção de risco em áreas de população vulnerável a desastres naturais do município do Guarujá – SP**. Campinas. 2011. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia.) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas. 2011.
79. MOURA, R; SILVA, A. 2008. **Desastres naturais ou negligência humana?** Revista Geografar, 3(1), 58–72. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/12910>> acesso em Junho de 2020.
80. MORAIS, J. 2014. **Desastre ambiental: Percepção de risco em uma comunidade não atingida, situada próxima ao local do evento**. X CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO.
81. MOREIRA, D. 2002. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson.
82. MUANAMOHA, R; RAIMUNDO, I. **Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano**. In: AGY, A. et al. **Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos**. Maputo: PubliFix, 2018.
83. Nações Unidas, 2011. **Dia Internacional para a Redução de Desastre – 13 de outubro de 2011**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/dia-internacional-para-a-reducao-de-desastre-13-de-outubro-de-2011/>> acesso em Maio 2020.
84. NOLASCO, C. 2016. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Centro de Estudos Sociais. Coimbra. Disponível em <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf/> acesso em Junho 2021.
85. ONU News, 2017. **Agência da ONU diz que mulheres são mais vulneráveis a desastres naturais**. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2017/05/1586821-agencia-da-onu-diz-que-mulheres-sao-mais-vulneraveis-desastres-naturais>> acesso em Maio 2020.
86. ONU News. 2013. **Situação das cheias em Moçambique acompanhada pela ONU**. Nova Iorque. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2013/01/1426961-situacao-das-cheias-em-mocambique-acompanhada-pela-onu>> acesso em Outubro de 2020.
87. PATRÍCIO, G. 2016. **Compulsando as migrações internas e internacionais**. Revista InterEspaço. Grajaú, v. 2, n. 5 p. 78-101.
88. PEIXOTO, J. 2004. **“As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”**. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. Disponível em <<https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>> acesso em Março de 2021.
89. PEREIRA, C. SAMBO, & M. CHAIMITE, E. 2013. **Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade**. Maputo: IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

90. POLEZA, M. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes** de 1983. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. Disponível em <http://www.bc.furb.br/docs/TE/2003/290956_1_1.pdf> acesso em Fevereiro. 2021.
91. Programa das Nações Unidas para o Assentamento Humano (UN-Habitat) 2014. **Arquitetura para a Redução de Risco de Calamidades: Práticas Fundamentais para Implementadores de RRC**. Nairobi: UN-Habitat.
92. QUEFACE, A. 2009. **Abordagem Geral sobre Desastres Naturais e Mudanças Climáticas em Moçambique**. Maputo.
93. Rádio e Televisão de Portugal (RTP). 2013. **Cheias no sul de Moçambique forçam evacuação de Chókwè, em Gaza**. Disponível em <http://www.rtp.pt/rdpafrica/noticias-africa/cheias-no-sul-de-mocambique-forcam-evacuacao-de-chokwe-em-gaza_954> acesso em Outubro de 2020.
94. RAIMUNDO, I. **Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique**. In: **Revista Científica Inter-Universitária Economia, Política e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 13-39, dez. 2009a.
95. RAIMUNDO, I, e RAIMUNDO, J. 2015, também escreveram. **A migração moçambicana na África Austral: Povoamento e formação de famílias transnacionais**. In Mónica Arroyo and Rita C. Ariza da Cruz (org) **Território e circulação: a dinâmica contraditória**, 239-270pp. São Paulo (Brasil). Annablume Editora.
96. RAMOS, É. **Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional**. Tese de Doutorado em Direito, área de Direito Internacional supervisionado por Alberto do Amaral Júnior, 2011, São Paulo, Universidade de São Paulo, https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-10082012-162021/publico/TESE_versao_parcial_ERIKA_PIRES_RAMOS.pdf
97. RAOUL, R & Piguët, E. 2011. **Migração e mudança climática em América Latina**. Brasília: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. 49-74pp. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042013003.pdf>> acesso Março de 2021.
98. SANTOS, J. 2012. **Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.
99. SARAIVA, G. 1993. **Soluções não-estruturais e requalificação ambiental de sistemas fluviais**. Simpósio sobre catástrofes naturais, sessão sobre cheias e inundações, Ordem dos Engenheiros. Lisboa: LNEC.
100. SIENA, M; VALENCIO, N. **Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema**. In VALENCIO, N. et al. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RIMA Editora. 2009.
101. SILVA, J. & SAMORA, P. 2019. **O papel da mulher na prevenção de desastres ambientais: Experiências internacionais e sua aplicabilidade ao contexto brasileiro**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. (ENAPUR). 27 a 31 de Maio.
102. SILVA, M. 2015. **Impacto dos desastres naturais sobre a saúde de Crianças e adolescentes. Um estudo de caso**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
103. SIMÃO, A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira**. 2005. 160f. Tese (Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) Curso de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, 2005. Disponível em <http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1927/1/DISSERTA%20C3%87%20C3%83O_Div>

- ersifica% C3%A7%C3%A3o%20como%20alternativa%20para%20o%20desenvolvimento%20da%20agropecu% C3%A1ria%20familiar%20sul-mineira.pdf> acesso Maio de 2021.
104. SOBRINHO, A. 1980. **As inundações e o ordenamento do território em Portugal.** Serviços de recursos hídricos da COBA: S.A.R.L.
 105. SULAIMAN, S. & ALEDO, A. 2016. **Desastres naturais: convivência com o risco.** Estudos Avançados.
 106. TAVARES et al. 2011. **Percepção dos riscos naturais e tecnológicos, confiança institucional e preparação para situações de emergência: O caso de Portugal continental.** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra., Disponível em <<http://journals.openedition.org/rccs/1380>> acesso Junho de 2020.
 107. TOMINAGA, L., SANTORO, J., & Amaral, J. 2009. **Desastres Naturais: conhecer para prevenir.** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1ª Edição. São Paulo: Instituto Geológico.
 108. TROSTMANN, K. 2019. **Vulnerabilidade, Resiliência e Adaptação às Mudanças Climáticas: O que significa a adaptação para as cidades?.** Disponível em <<https://wribrasil.org.br/sites/default/files/VULNERABILIDADE%20RESILIENCIA%20E%20ADAPTAC%CC%A7A%CC%83O%20A%CC%80S%20MUDANC%CC%A7AS%20CLIMA%CC%81TICAS%20.pdf>> acesso Março de 2021.
 109. UNISDR, 2015. **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 – 2030.** 1st edition. Genebra.
 110. UNITED NATIONS. 2017. **Towards a Risk-informed and Integrated Approach to Sustainable Development- Plan of action on disaster risk reduction for resilience.**
 111. VALÁ, S. 2009. **Desenvolvimento rural em Moçambique um desafio ao nosso alcance,** Maputo: L. Ussivane.
 112. VIEIRA, J. 2010. **Metodologia de Pesquisa Científica na Prática.** Curitiba: Editora Fael. 152 p.
 113. WELLER, W. 2006. **Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método.** São Paulo. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ep/a/7c6QvcWJc6pX6xwgxYVLFKv/?format=pdf&lang=pt>> acesso em Junho de 2021.

Base Legal

Lei n.º 10/2020, de 24 de Agosto, sobre **Gestão e Redução do Risco de Desastres.**

ANEXOS

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

GUIÃO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

Refugiados ambientais na Província de Gaza: Situação das mulheres e crianças no Distrito do Chókwè

O presente guião de questionário serve como elemento norteador para a entrevista dos informantes chaves.

Apresentação

Bom dia, chamo-me Orlando Eduardo Chongo, estudante do Curso de Mestrado em População e Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane, através desta técnica pretendo recolher dados para a minha dissertação de Mestrado.

Guião 1: Entrevista a Mulheres chefes de agregados Familiares do distrito de Chókwè.

1. Há quanto tempo vive nesta comunidade?
2. Fale sobre as cheias e secas no distrito de Chókwè?
3. Quais são os que mais a afectaram em toda a sua vida?
4. Onde se refugiam quando há cheias e que meios de transporte usam para chegar às áreas seguras? Quais são essas áreas seguras?
5. Já alguma vez este em um centro de acolhimento? Em que ano? E porquê?
6. Já ouviu falar de Centros de Acolhimento Temporários/Reassentamentos? Se sim, pode descrever as condições em que elas apresentam (tipo de abrigo, situação de higiene e acesso a cuidados de saúde)?
7. Pode falar da sua experiência nesses centros?
8. Durante ou após o desastre que dificuldades as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças têm passado?
9. Podem falar da vossa experiência com os Comitês Locais de Gestão de Calamidades, Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, Serviços Distritais de Planeamento e

Infraestruturas, da parceria entre a ONU (Organização das Nações Unidas) Mulheres e a Federação Internacional da Cruz Vermelha?

10. Nos últimos 08 anos alguma mulher desta comunidade foi capacitada em matéria de protecção às mulheres chefes de agregados familiares e crianças em situação de cheias, ou ciclones, ou secas?
11. Qual é a sua opinião sobre a participação das mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças na redução de risco de cheias?
12. De que forma as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças participam na redução de risco de cheias?
13. Qual é a fase onde as mulheres chefes de agregados familiares e suas crianças têm apoiado no processo da RRD (Prevenção, Mitigação, Prevenção, Resposta)?
14. De 2000 até então qual foi o ano em que houve mais participação das mulheres chefes de agregados familiares e crianças na redução de risco e porquê houve?

Guião 2: Entrevista ao representante de INGC, Administrador do distrito de Chókwè, ONU-Mulher, UNICEF, Cruz Vermelha de Moçambique Delegação de Gaza e um representante do Ministério da Mulher Género, Criança e Acção Social

1. O que é participação comunitária na redução de risco de desastres?
2. Fale das mulheres e crianças como refugiados ambientais no distrito de Chókwè.
3. Sabendo que as mulheres e crianças são as mais afectadas por desastres naturais, que iniciativas a vossa instituição tem desenvolvido para reduzir o risco de desastres neste grupo vulnerável?
4. De que forma as mulheres chefes de agregados familiares e crianças das comunidades assistidas participam/contribuem para a RRD?
5. Que indicadores ou instrumentos são usados para avaliar a inclusão das mulheres chefes de agregados familiares e crianças na redução de risco de desastres?
6. Tendo em conta que a RRD é uma área multisectorial, a Vossa instituição tem uma parceria com instituições Governamentais/Não Governamentais/humanitárias para a RRD nas mulheres chefes de agregados familiares e crianças? Se sim que actividades cada um desenvolve?
7. Nesta parceria, existe um programa específico/iniciativas para capacitar e proteger apenas as mulheres chefes de agregados familiares e crianças vulneráveis/vítimas de desastres naturais? Se sim, pode dar exemplos desses programas e actividades desenvolvidas?
8. Será que nesta parceria os diferentes actores na sua abordagem tomam em consideração a vulnerabilidade da mulher chefe de agregado familiar e da criança. Dar Exemplos.
9. Nos últimos 08 anos algum técnico de Vossa instituição foi capacitado em matéria de protecção às mulheres chefes de agregados familiares e crianças em situação de refugiados ambientais?

Guião de entrevista 3: Sobre as Crianças filhos (as) de mães chefes de agregados familiares no distrito de Chókwè

1. Há quanto tempo vive nesta comunidade?
2. O que é desastre natural?
3. Em poucas palavras o que provoca desastres naturais na vossa comunidade?
4. Já teve uma palestra sobre RRD nas Crianças? Se sim. O que aprendeu e quando?
5. Nos últimos três anos, na sua escola/comunidades realizou-se uma palestra sobre redução RRD para crianças em situação de refugiados ambientais?
6. Conhecem Instituições responsáveis por crianças e que já orientaram palestras sobre RRD?
7. Após o desastre natural terão recebido um apoio psicossocial? Qual foi a instituição?

Agradecimentos

Obrigado pelo tempo despendido e pela informação que concedeu nesta Entrevista.

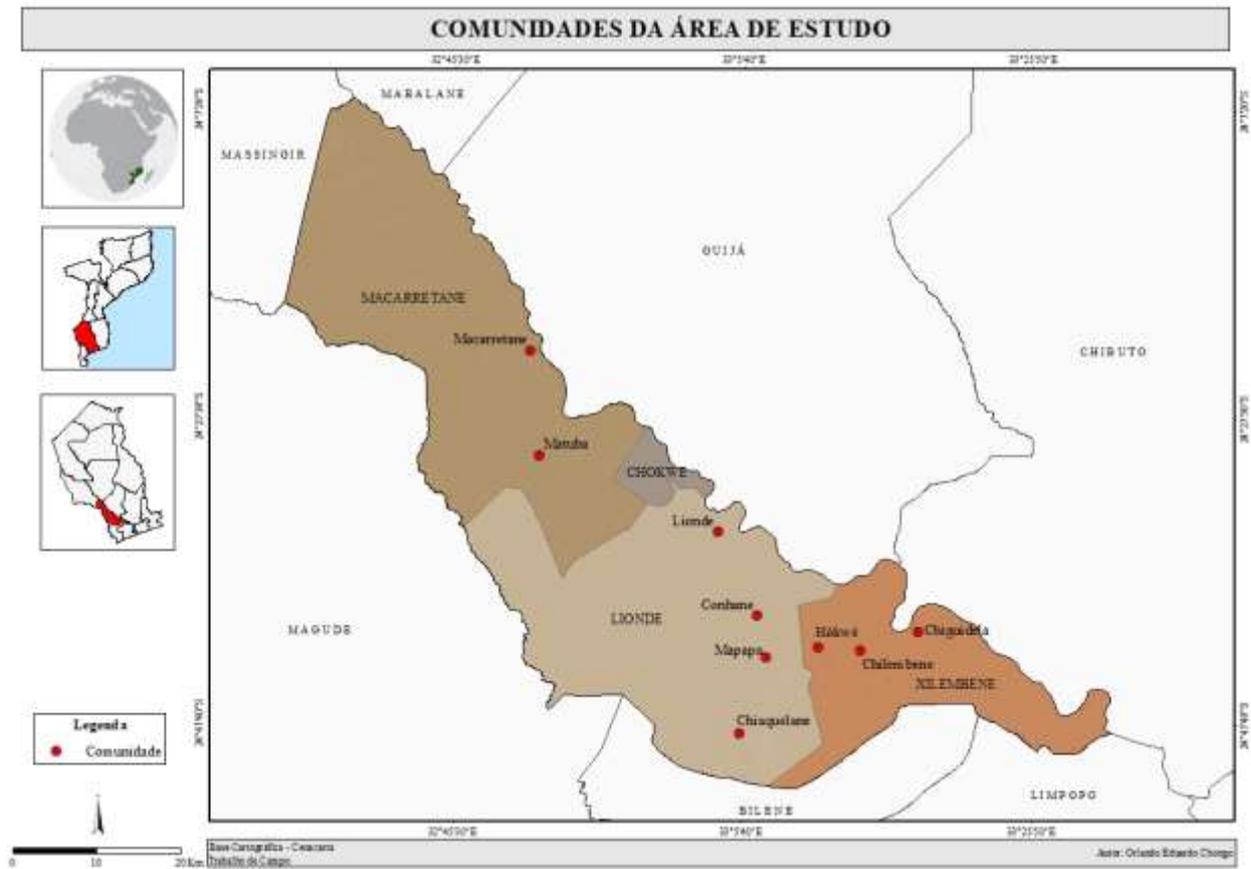
Quadro no. 6.7.1. Cheias, Tempestades ou Ciclones e Secas que ocorreram no país entre 1976 e 2019

Anos	Cheias		Ciclones		Seca
	Rios	Áreas Afectadas	Nome	Área Afectada	
1976	Rio Incomati	Província de Maputo	Claudete	Províncias de Maputo e Gaza	
1977	Rio Limpopo	Província de Gaza			
1979	Rio Búzi, Púnguè	Províncias de Sofala e Manica	Angelle	Província de Nampula	
1982/83					Províncias Gaza e Inhambane
1984	Rio Umbeluzi	Província de Maputo	Demoina	Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane	
1988	-	-	Filão	Zambézia	
1991/92	-	-			Província de Sofala
1994	-	-	Nádia	Província de Nampula	
1996	Rio Limpopo	Província de Gaza			
1997	Rio Búzi, Púnguè, e Zambeze	Províncias de Sofala; Manica e Tete	Bonita	Província de Zambézia	
1999	Rio Inharrime e Govuro	Província de Inhambane	03S	Província de Inhambane	Província de Tete
2000	Rio Umbeluzi, Incomati, Limpopo, Save e Búzi	Províncias de Maputo; Gaza; Inhambane; Sofala e Manica	Eline	Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica.	
			Hudah	Províncias de Zambézia e Nampula	
2001	Rio Púnguè, Zambeze, Chire e Licungo	Províncias de Sofala; Manica; Zambézia e Tete			Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula
2002	-	-	Atang	Província de Cabo Delgado	Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo
2003	Rio Licungo, Melule, Monapo	Províncias de Zambézia; Nampula	Delfina	Províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.	Províncias de Tete, Manica e Maputo

	Rio Revúbué, Mirahoto e Maguide	Tete			
	Rio Save, Muare, Ripembe	Províncias de Gaza; Inhambane; Manica; Sofala;	Japhet	Províncias de Inhambane, Manica, Sofala e Gaza.	
			Tempestade	Maputo Cidade e Província	
2004	-	-			Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza
2005	-	-	-	-	Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo
2006	-	-	Fávio	Província de Inhambane	
2008	-	-	Jokwe	Província de Zambézia	
2012	-	-	Dando	Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane	
	-	-	Funso	Províncias de Zambézia e Cabo Delgado	
	-	-			
2013	Rio Limpopo	Província de Gaza	Irina	Províncias de Inhambane, Gaza e Maputo	
2017	-	-	Dineo	Província de Inhambane	Província Gaza
2019	-	-	Idai	Províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia	
	-	-	Kenneth	Províncias de Cabo Delgado e Nampula.	

Fonte: MICOA (2005), GFDRR et al. (2014), Conselho de Ministros (2017) e MMAS (2019)

Mapa 7.1.2. Comunidades da área de Estudo (Distrito de Chókwè)



Quadro no. 8.6.1. Tarefas dos membros dos CLGRC

Ord.	Categoria de Membro	Tarefas de prevenção e mitigação	Tarefas em período de emergência
1	Coordenador	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar com os líderes comunitários e comunidade a elaboração do Plano de acção de GRC; - Monitorar em coordenação com os líderes comunitários a implementação do Plano de acção de GRC; - Criar mecanismos de coordenação e comunicação entre o nível local e distrital; e - Promove a realização de simulações locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordena a activação e desactivação dos alertas locais declarados pelas autoridades competentes; - Monitora a trabalho dos membros do comité; e - Coordena a necessidade de apoio externo, caso ultrapasse as capacidades de resposta locais.
2	Coordenador Adjunto	<ul style="list-style-type: none"> - Tem a responsabilidade de manter actualizada toda a informação da comunidade: habitantes, casas, famílias, veículos, saídas de emergência etc., de acordo com o formato pré – estabelecido, e assegura que a comunidade conheça. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxilia o coordenador no desempenho das suas tarefas.
3	Responsável do Kit de Prontidão	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer um levantamento dos recursos locais para formar um <i>kit</i> se a comunidade não tiver. - Faz a revisão mensal do <i>kit</i> junto das autoridades da comunidade para garantir a sua existência. - Explica a utilidade do <i>kit</i> à comunidade. - Assegura que o Kit esteja num lugar seguro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibiliza o <i>Kit</i> para uso de acordo com as necessidades.
4	Escuta pela Rádio	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que o rádio esteja sempre em funcionamento; - Sensibilizar a comunidade para que contribua com pilhas. - Participar activamente em todas as actividades que o comité desenvolva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escutar por rádio as informações sobre a evolução do fenómeno e manter o fluxo de comunicação com os líderes comunitários, coordenador do Comité e aos restantes membros e CTDGC; - Estabelecer um mecanismo para transmissão da informação; - Assegurar que a informação seja clara para todos; e - Preencher fichas de registo de informação quando ocorre um evento relevante.
5	Aviso Prévio	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a população sobre o funcionamento do Sistema de Aviso de Ciclones de Moçambique e cheias. - Combinar com a comunidade a utilização de sinais tradicionais nos sistemas de aviso prévio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Receber por parte dos líderes comunitários a orientação para a implementação dos alertas e alarmes e divulga-los junto da comunidade; - Manter a comunidade em constante organização para a resposta; e - Içar as bandeiras em caso de aproximação de um ciclone, em locais previamente identificados de acordo com a evolução do fenómeno.
6	Evacuação	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e traçar as rotas de evacuação e pontos de encontro, para utilização em 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar, guiar e assegurar que os membros da comunidade se dirijam

		<p>caso de emergência, e assegurar que todos os membros da comunidade conheçam.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar um plano de utilização dos recursos locais. - Acordar com os proprietários (donos) dos meios de transporte para a utilização em caso de necessidade. - Fazer o registo da população e actualização anual em coordenação com os líderes comunitários. 	para locais seguros;
7	Busca e Resgate	<p>Identificar e alistar os recursos locais (humanos e materiais) e a respectiva localização para utilização em caso de emergência.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar um plano de utilização dos recursos. - Treinar membros da comunidade para Busca e Resgate para actuarem em caso de emergência. - Gerir e manter os recursos materiais para as acções de busca e Resgate. 	<p>Executar as operações de busca e resgate retirando as pessoas que se encontrarem em perigo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer informação sobre pessoas em perigo às estruturas competentes.
8	Abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, em coordenação com outras entidades, os edifícios ou espaços (a serem montadas as tendas ou lonas) que poderão ser usadas como abrigos colectivos, postos de saúde e centros de distribuição de alimentos. - Localizar fontes de água e locais para a construção de latrinas em coordenação com os líderes comunitários, parceiros locais, saúde e outros. - Solicitar a capacitação sobre a Gestão dos Centros de Acomodação em matérias de: condições sanitárias, abastecimento, necessidades básicas, actividades culturais, produtivas, recreativas, saúde mental e outras condições básicas. - Sensibilizar a comunidade sobre o uso do Centro de Acomodação - Elaborar um regulamento interno sobre o funcionamento dos centros de abrigo e assegurar que a comunidade conheça. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar com os líderes comunitários, parceiros locais, Saúde e outros para organização e funcionamento do Centro de Acomodação. - Apoiar aos líderes comunitários para o registo das pessoas afectadas nos centros de acomodação. - Garantir a distribuição de bens aos afectados.
9	Gestão de informação e avaliação de danos e necessidades	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o levantamento do censo anual de: habitantes, casas, famílias, veículos, serviços sociais (água, energia, saúde, educação) Infra-estruturas públicas, recursos naturais e ambientais. - Elaborar e actualizar os mapas de ameaça. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a avaliação preliminar de danos logo após a ocorrência de um fenómeno na comunidade. - Identificar as necessidades básicas e urgentes da comunidade para solicitar assistência humanitária.

Fonte: INGC (2009)

Quadro nº. 8.7.1.2. Principais Instituições (estado e das Organizações da Sociedade Civil e Agências Humanitárias Internacionais) que lidam com RRD no distrito de Chókwè

Ord.	Instituições	Actividades desenvolvidas para RRDN no distrito de Chókwè
1	SDPI	O SDPI é responsável pela construção, conservação e monitoria de todas as infraestruturas, equipamentos (SAP) promoção/realização de actividades (Criação de CLRRD, Clubes de ambiente, CERRD) relacionados com as actividades de Redução de Riscos e Desastres Naturais a nível do Distrito, buscando parcerias, estabelecer coordenação com os mesmos e garantir a sustentabilidade de todas as actividades realizadas. Também é responsável pela sensibilização e divulgação dos efeitos das mudanças climáticas, ordenamento territorial e avisos prévios.
2	INAS	Desenvolve actividades de Assistência e acção social aos grupos mais carenciados e vulneráveis, antes, durante e depois da ocorrência dos eventos naturais calamitosos apoiando em produtos alimentares, subsídios aos mais necessitados e diversos apoio consoante a necessidade.
3	Caritas Moçambique	Apoia nas actividades de abastecimento de água nas comunidades transformando furos e bombas manuais em sistemas de abastecimento de água funcionando com painéis solares, e ainda equipam com dessalinizadores pelo facto de a maioria das fontes serem salubres.
4	Cruz Vermelha de Moçambique - Delegação de Chókwè	A CVM desenvolve actividades de assistência aos grupos mais vulneráveis em colaboração com organizações governamentais (Ministério da Agricultura, Saúde, Acção Social e o INGC) de redução da vulnerabilidade e prevenção de desastres. A sua função primária não é a implementação, contudo nas suas actividades de planificação pré-desastre concentra os seus esforços na promoção do acesso a água e aos alimentos. Em situações pós-desastre, a CVM tem apoiado a provisão de cuidados de saúde.
5	Save Children	Desenvolve actividades de criação, capacitação e equipamentos e revitalização dos comités escolares e locais de redução de risco e desastres.
6	World Vision	Desenvolve actividades de criação, revitalização, capacitação e equipamento de comités locais de redução de riscos e desastres.
7	GIZ	A GTZ tem concentrado as suas actividades no reforço das capacidades das organizações baseadas na comunidade locais na gestão do risco de desastres, através do uso de mecanismos tradicionais adoptados pelas comunidades, como por exemplo o uso de barcos tradicionais para operações de busca e salvamento e actividades de simulação de cheias.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas atribuições dos actores que operam na RRDN no distrito de Chókwè.

